

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Milena Aparecida Almeida Candiá

**O ARTÍFICE DO CONSENSO:
Antônio Carlos Ribeiro de Andrada
no cenário educacional de Juiz de Fora
(1907 /1930)**

Rio de Janeiro

2007

Milena Aparecida Almeida Candiá

**O ARTÍFICE DO CONSENSO:
Antônio Carlos Ribeiro de Andrada
no cenário educacional de Juiz de Fora
(1907 /1930)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Professora Doutora Ângela Maria de Souza Martins.

Rio de Janeiro

2007

Milena Aparecida Almeida Candiá

**O ARTÍFICE DO CONSENSO:
Antônio Carlos Ribeiro de Andrada
no cenário educacional de Juiz de Fora
(1907 /1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Professora Doutora Ângela Maria de Souza Martins.

Prof^ª. Dra. Ângela Maria de Souza Martins (Orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^ª. Dra Dalva Carolina Menezes Yazbeck
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^ª. Dra Nailda Marinho da Costa Bonato
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
28/02/2007

Para Jairo, Aninha e meus pais,
Antônio Candiá e Maria de Lourdes
Almeida Candiá (*in memoriam*)
Com amor, dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Dr.^a Ângela de Souza Martins, minha orientadora, que com confiança e estímulo, permitiu que eu desenvolvesse este trabalho com autonomia necessária ao meu crescimento intelectual;

À Prof.^a Dr.^a Dalva Carolina de Menezes Yazbeck, por quem nutro grande admiração, que, com grande generosidade, me iniciou no campo da História da Educação;

À Prof.^a Dr.^a Nailda Marinho Bonato que ofereceu valiosas contribuições para a condução do trabalho de pesquisa;

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, pela oportunidade, tão valiosa, que me foi oferecida no sentido de poder transpor mais uma etapa de minha trajetória acadêmica;

Aos colegas do Mestrado e às colegas do NESCE-FACED/UFJF, companheiros de formação e de pesquisa, pelo apoio e respeito que sempre demonstraram por meu trabalho;

Às amigas, Rosângela Veiga Júlio Ferreira e Gisele Carmona, pela dedicação fraternal, muito contribuíram para a revisão do texto final desta Dissertação;

Ao Jairo e a Aninha que, com carinho e muita paciência, souberam compreender e tolerar os momentos mais críticos deste percurso;

A Eliane, do Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes/JF, e ao Francisco, da Divisão de Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora, pela simpatia e a atenção dedicada ao meu trabalho de campo;

Ao querido Pedrinho, meu “assistente técnico” pela grande ajuda na leitura das fontes manuscritas;

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, tornaram esta trajetória menos árdua;

A Capes pelo investimento nesta pesquisa.

A todos os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O presente estudo, de cunho documental, resgata a trajetória do político Antônio Carlos Ribeiro de Andrada em Juiz de Fora/MG, nas primeiras décadas do século XX estabelecendo como cerne da investigação a sua ação mediadora no contexto educacional desta cidade. Para isso, busca-se compreender tal percurso como um projeto intelectual fundado na modernidade que, em certa medida, se consubstancia na Reforma do Ensino Primário e Normal (1927/1928) empreendida por Antônio Carlos quando presidente do Estado de Minas Gerais (1926/1930). Neste caso, esta pesquisa sustenta suas análises em uma concepção mais alargada de intelectual, entendido não só como aquele que produz cultura, mas que a organiza e a legitima em uma dada sociedade. Perspectiva teórica que permite compreender este político como um representante da elite ilustrada mineira que, no decorrer de toda sua trajetória pública, conferiu à Educação um caráter estratégico concebendo-a tanto como um instrumento para a coesão social quanto um importante vetor para o progresso de uma Nação. Deste modo, o trabalho resgata uma história ainda pouco explorada pela historiografia regional no que tange à Educação de Juiz de Fora no início do século XX permitindo revelar, também, a complexidade que envolve este ator político não apenas com relação aos aspectos mais subjetivos de sua atuação, como a sagacidade de sua retórica e seu carisma político, mas, sobretudo, a força deste intelectual orgânico que via na Educação um instrumento capaz de garantir sua legitimidade e autoridade política. Um ator, um artífice do consenso, organizador de um projeto político-cultural que fez da ambiência cultural de Juiz de Fora um lugar comum para sua política de conciliação.

Palavras-chave: Antônio Carlos R. de Andrada – intelectual – projeto político-cultural

ABSTRACT

This actual study, based on documental sources, recovers the trajectory of the public man Antônio Carlos Ribeiro de Andrada in Juiz de Fora/MG, in the XX century first decades establishing as a principal point of investigation his mediated action in the educational context of this city. Thus, it is necessary to understand such course as an intellectual project based in the modern age that, in certain way makes real the Normal and Primary Teaching Reform enterprising by Antônio Carlos when he was Minas Gerais President. In this case, this research supports its analysis in an intellectual larger conception, no understood just someone who produces culture but also organizes and legitimates it in a specific society. Theoric perspective that allows to understand this politic man as a Minas Gerais illustrated social class representant who, in all his public trajectory has given to Education an estrategic character understanding it as an instrument for the social cohesion as an important conductor to the Nation's progress. In this way, this work recovers a kind of history just little explored by regional historiography about Juiz de Fora Education in the beginning of XX century allowing also to reveal the complexity that involves this politic actor not as in relation to the more subjective aspects of his performance like a sagaciouness of his rhetoric and his politic charism, but above all, the force of this organic intelectual that has seen the Education like an instrument capable to guarantee his legitimacy and politic authority. An actor, an agreement's artisan, a politic-cultural project organizator who has made the Juiz de For a's cultural surroundings a common place to his conciliation politics.

Key-words: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada – intelectual – cultural-politic project

SUMÁRIO

Introdução	10
1. Um intelectual por entre projetos e conquistas	17
3.2. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada: um artífice do consenso	17
3.3. Rumos metodológicos	22
3.4. Antônio Carlos e as bases de um projeto hegemônico: referencial teórico	29
2. Reconstruindo contextos: Juiz de Fora nos primeiros anos do século XX	34
2.1. O Desenvolvimento econômico e social de Juiz de Fora: dos meados do século XIX ao início do século XX	34
2.2. A Imprensa de Juiz de Fora nos primeiros anos da República: Um Andrada na Ambiência Cultural de Juiz de Fora	41
2.3. O Movimento Republicano em Juiz de Fora: Antônio Carlos e sua política de conciliação	48
2.4. A organização do sistema educacional de Juiz de Fora nos primeiros anos do século XX: Os grupos escolares e suas cerimônias	59
3. “Depois do pão, a educação é a primeira necessidade do povo”: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada no cenário educacional de Juiz de Fora (1907- 1930)	71
3.1 Antônio Carlos e o ensino superior em Juiz de Fora	74
3.2 Projetos em Disputa : Antônio Carlos e a expansão da rede pública de ensino primário em Juiz de Fora (1908-1926)	83
4. Novos tempos, antigos projetos: A Reforma do Ensino Primário e Normal do Governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1927/1928) no contexto educacional de Juiz de Fora	102

4.1. Princípios norteadores da Reforma	102
4.2. A reinstalação da Escola Normal de Juiz de Fora na Reforma do Ensino normal de Antônio Carlos R. de Andrada	114
5. O ator e seu palco: A política personalista de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada	123
Considerações finais: Um olhar sobre as múltiplas faces de um ator social	135
Referências	139
Fontes	143

Introdução

“Façamos a revolução antes que o povo a faça”

A autoria desta arguciosa frase tem sido freqüentemente atribuída à figura de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.¹ Político de tradição liberal, herdeiro de uma elite com grande influência econômica e política na Zona da Mata Mineira, em especial na cidade de Juiz de Fora/MG, construiu, desde os primeiros anos da República até o final dos anos de 1930, uma trajetória expressiva no cenário político estadual e nacional.

A citação acima revela toda a perspicácia de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada frente à crise política, econômica e social instalada no final da década de 1920 em nosso país. Conjuntura que imprimiu mudanças significativas no sistema político brasileiro, consolidadas a partir da Revolução de 1930, da qual foi ele um dos seus principais articuladores. Suas palavras demonstram a preocupação de se estabelecer estratégias de ação que ao mesmo tempo conciliassem os anseios de mudanças da sociedade daquela época, com os interesses políticos e econômicos das elites dirigentes.

Esse Andrada assumiu em 1926 a Presidência de Minas Gerais, momento em que sua atuação se fez mais marcante no contexto educacional do Estado, com a criação da Universidade de Minas Gerais, em 1927 e com a Reforma do Ensino Primário e Normal, em 1927/28.

Sobre sua atuação, Peixoto (1983) assinala que a Educação ocupou um lugar de destaque no programa de governo de Antônio Carlos R. de Andrada, tendo, nesse contexto um caráter estratégico e mediador frente à crise político-social que se instalou naquela década, marcada por conflitos e impasses decorrentes de mudanças estruturais na base econômica do país.

A expansão urbano-industrial dos anos de 1920 possibilitou o fortalecimento e a ascensão de novas frações da sociedade, entre elas a classe média e o operariado, que passaram a reivindicar maior participação no processo político, maior acesso à escolarização e melhores condições de vida e de trabalho.

Emergem, ainda, segundo Peixoto (1983), forças antagônicas no interior das

¹Optou-se em situar historicamente este político no próximo capítulo, onde será traçada uma breve biografia com o objetivo de dar maior sustentação às análises posteriores e evitar extensas rupturas no texto desta introdução.

oligarquias mineiras, representadas pela ala mais progressista do PRM – Partido Republicano Mineiro. Tal facção reage estrategicamente às pressões sociais propondo a modernização da estrutura política do Estado, até então, de caráter excludente e exclusivista. Estrutura essa, sustentada naquele momento pelas elites cafeeiras, que garantiam seu processo de dominação através de práticas autoritárias e ilícitas².

Ao assumir o governo do estado de Minas, Antônio Carlos aproximou-se da ala mais progressista de seu partido, estabelecendo um programa de governo de cunho contestatório que viabilizasse a supressão daquelas práticas, no intuito de garantir maior legitimidade e funcionalidade ao regime republicano. Neste caso, pode-se dizer que seu governo teve como alvo: “modernizar para contornar uma crise institucional em processo, modernizar para evitar rompimentos”. (Cf. PEIXOTO, 1983, p.69).

Ainda dentro desse quadro conjuntural, Peixoto (1983) compartilha com Edgar Carone (1976) a idéia de que as reformas implementadas nesse governo, entre elas a da Educação, tiveram uma motivação política mais ampla, visto que Antônio Carlos Ribeiro de Andrada almejava chegar à Presidência da República.

Deste modo, conclui a autora, que a Educação, nos anos de 1920, além de servir a Antônio Carlos como um importante instrumento de visibilidade política, justificado pelo seu ambicioso projeto de chegar à Presidência da República, serviu também como veículo de controle e persuasão social, capaz não só de atender às exigências da época, mas de incorporar novos grupos ao projeto das classes dominantes.

Como contraponto às análises anteriores, Dias (1997), ao analisar a natureza política que envolveu a criação da Universidade de Minas Gerais (1927), no governo de Antônio Carlos, afirma que esta realização não poderia ser entendida apenas pelo seu aspecto de manobra política, no intuito de projetar regional e nacionalmente este ator, uma vez que este “estadista mineiro” tinha uma visão de mundo de cunho liberal mais refinada, que incluía certo respeito pela opinião pública, não podendo o mesmo ser visto simplesmente “como um coronel ou como um representante fiel e exclusivo deste” (p. 29).

Este autor supõe ainda que Antônio Carlos seguisse um comportamento na

² Dentre essas práticas estavam as eleições a bico de pena, o voto a descoberto, a intolerância às oposições e os extremos do federalismo. Ver Peixoto (1983, p.69).

linha da ilustração, levantando a idéia de que certos projetos implementados em seu governo, entre eles a sua ampla reforma de ensino, poderiam ser entendidos como uma tentativa de fazer convergir a “razão pragmática” e a “razão humanística” - vertentes marcantes da tradição intelectual mineira – em uma razão científica (Cf. DIAS, 1997, p.134).

Foi a partir das análises dos autores descritos acima que se debruçou este estudo, buscando no cenário cultural e político de Juiz de Fora resgatar a trajetória de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada no início do século XX, sustentando a idéia de que a Educação ganha centralidade no seu projeto político desde os primórdios de sua vida pública.

Neste caso, o presente trabalho procura ampliar as análises sobre esse Andrada, preenchendo algumas lacunas existentes na sua história política, em especial, no que se refere ao seu projeto educacional, entendido como instrumento estratégico e mediador para um projeto cultural mais amplo. Um projeto que representasse os interesses de uma elite, da qual fazia parte e pela qual atuou como intelectual organizador e mantenedor da hegemonia política na região da Mata Mineira.

Cabe, ainda, ressaltar que a constituição deste objeto de investigação não se deu apenas pelas leituras anteriores, mas, sobretudo, a partir do confronto destas análises com o campo de investigação, ou seja, a partir do diálogo entre pesquisador e fontes. Com base em um estudo documental³ que visava resgatar a história dos primeiros grupos escolares de Juiz de Fora (MG) - mais precisamente, a partir da apreciação do documento Livro de Registro dos Termos de Instalação e Atas de Exames dos Primeiros Grupos de Juiz de Fora (1907-1925), foi possível entrever a presença constante do político Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, nas cerimônias de abertura e encerramento dos anos letivos dessas instituições (1907-1911).

Diante disso, iniciou-se a delimitação do objeto de pesquisa, partindo da inserção orgânica deste político no contexto de criação dos primeiros Grupos Escolares de Juiz de Fora, em especial, de sua inserção nas cerimônias ocorridas nos primeiros anos de instalação dos grupos (1907-1911), tomadas como espaço

³ Projeto de Pesquisa "O Estado e a Educação Básica em Juiz de Fora: Pioneirismo, organização e expansão" coordenada pela Profª. Drª. Dalva Carolina (Lola) de Menezes Yazbeck. No Núcleo de Estudos Sociais do Conhecimento e da Educação – NESCE/FACED/UFJF. 2003-2006. A fonte relacionada encontra-se no acervo da Escola Estadual Delfim Moreira, Juiz de Fora/MG.

recorrente de visibilidade e legitimidade política por Antônio Carlos.

Segundo esses registros, foi possível notar que tais cerimônias perderam sua relevância a partir de 1911, quando a presença de pessoas “gradadas” da sociedade não se faz tão recorrente, tornando os textos destes documentos, cada vez mais sucintos.

O fato dessas cerimônias destituírem-se do caráter solene, configurando-se apenas como uma norma regulamentar interna aos grupos escolares, associou-se, curiosamente, ao período de deslocamento de Antônio Carlos do cenário político de Juiz de Fora para o cenário nacional, quando este assumiu o cargo de Deputado Federal (1911). Indício que possibilitou a reflexão sobre a relevância dada pelo político à temática educacional nesta cidade nos primeiros anos do século XX. A partir disso, algumas questões foram levantadas:

Neste momento, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada já esboçava seu projeto educacional? Quais eram suas concepções de educação e qual a sua visão frente à Reforma de Ensino Primário implementada por João Pinheiro? A Educação somente ganha relevância no projeto político de Antônio Carlos, a partir da conjuntura de crise instalada em meado da década de 1920, ou ela já estava presente, de forma significativa, em seu projeto político, desde o início do século XX na cidade de Juiz de Fora? Será possível, ainda, pensar que a Educação já se apresentava, com um caráter estratégico, para Antônio Carlos, no contexto urbano-industrial desta cidade? Quais as contribuições de Antônio Carlos R. de Andrada à Educação de Juiz de Fora até 1930, que se fizeram significativas para a expansão e desenvolvimento do sistema educacional desta cidade? Seriam essas cerimônias um novo espaço de visibilidade política, *locus* de celebração da modernidade, no qual Antônio Carlos R. de Andrada buscou maior legitimidade e credibilidade, diante de uma platéia socialmente heterogênea?

Ao debruçar sobre essas questões, a pesquisa buscou analisar quais foram as contribuições e as estratégias desenvolvidas por Antônio Carlos no cenário educacional de Juiz de Fora, durante sua trajetória política, até 1930, que se fizeram expressivas para o desenvolvimento da Educação na cidade, como também para a manutenção de sua hegemonia político na região.

Para tanto, o trabalho apóia-se no conceito de intelectual orgânico, proposto por Antonio Gramsci, entendido numa visão mais ampla, como aquele indivíduo que não apenas produz cultura, mas também aquele que a organiza e a legitima na sociedade, estabelecendo consensos.

Nessa perspectiva, Antônio Carlos é concebido como um homem de ação, que buscou através de sua intervenção mediadora conformar a cultura a seus fins, visando uma dinâmica de adequação entre as formas de produzir e as formas de viver, sentir e pensar a realidade. Dinâmica tal, que entendia o processo educativo – compreendido para além da educação formal, nas diferentes dimensões da ambiência cultural - como elemento estratégico para um projeto que se queria hegemônico⁴.

Procurou-se ainda, evidenciar, em certa medida, qualidades mais subjetivas e carismáticas deste ator, materializadas em sua política personalista empreendida no cenário educacional citado.

Deste modo, esta investigação, de cunho documental, fundamentada em fontes primárias e secundárias, estrutura-se em dois eixos de análise. De um lado, procura evidenciar a ação mediadora do político no que tange a sustentação de diferentes projetos educacionais defendidos pela sociedade civil, ao longo de sua trajetória pública em Juiz de Fora. Do outro, busca resgatar a inserção deste intelectual nas diferentes instituições culturais desta cidade, dentre as quais podemos destacar, além das instituições educativas e associativas, a imprensa, onde atuou como redator chefe no *Jornal do Commercio* de Juiz de Fora (1897/1902) e como proprietário do *Jornal Diário Mercantil* Juiz de Fora (1912/1930). Espaços que se tornaram veículos de sistematização e homogeneização de suas idéias, como sítios privilegiados de divulgação de seu projeto político-cultural.

Com isso, o trabalho está estruturado em cinco partes. Em um primeiro momento, são abordados os rumos teórico e metodológico percorridos na pesquisa. Nesse tópico é apresentada, ainda, uma biografia sucinta de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, com a finalidade de situar historicamente este ator.

No segundo capítulo, estão traçados os cenários, econômico, político e cultural de Juiz de Fora, desde a constituição de seu espaço urbano, nos meados do século XIX, até o início do século XX, com o intuito de oferecer maiores subsídios às análises sobre a inserção de Antônio Carlos nas diferentes dimensões da ambiência cultural desta cidade. Para melhor sistematização dividiu-se este capítulo em quatro subitens.

Foca-se no primeiro subitem o desenvolvimento econômico e social de Juiz de Fora, caracterizando a transição de um espaço essencialmente rural para uma

⁴Sobre a concepção de cultura de Gramsci, ver VIEIRA 1999).

economia de expansão industrial e comercial. São identificados, também, seus processos migratórios e a emergência de novos grupos sociais, entre eles, o operariado urbano. Nesse segmento, evidencia-se, de forma mais abrangente, o dinamismo cultural desta cidade, com a expansão de associações, clubes e outros espaços de difusão cultural - jornais, teatros etc. - a fim de demonstrar a maior complexidade do espaço urbano de Juiz de Fora no início do século XX.

No subitem seguinte, traça-se mais especificamente o dinamismo da imprensa juizdeforana, nos primeiros anos da República, evidenciando a atuação de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada como um intelectual, que concebeu este espaço como um importante veículo de expressão e de ação política. Além disso, em largas pinceladas, busca-se situar este ator nos diversos espaços de sociabilidade da cidade, dos quais cita-se os clubes, as associações corporativas, sociedades filantrópicas e a Maçonaria.

No terceiro subitem, estão delineadas as representações políticas existentes em Juiz de Fora, suas elites e as relações de poder estabelecidas neste espaço social, evidenciando as estratégias de conciliação empreendidas por Antônio Carlos nos primeiros anos da república.

Encerrando o segundo capítulo, aborda-se o panorama geral da organização do sistema educacional de Juiz de Fora, na primeira década do século XX, identificando as particularidades que envolveram tal dimensão cultural. Reconstituiu-se, ainda, a criação dos primeiros Grupos Escolares de Juiz de Fora, identificando-os como um novo espaço público, símbolo da modernidade e do progresso social, defendidos pelo ideário republicano daquela época. A partir desse contexto, procura-se descrever os aspectos da cultura organizacional destas instituições, em especial, as cerimônias ocorridas nos primeiros anos de suas instalações, onde a presença de Antônio Carlos se fez recorrente.

O terceiro capítulo deste trabalho busca, a partir da categoria de intelectual orgânico, reconstruir a intervenção efetiva do Andrada no cenário educacional de Juiz de Fora, desde sua atuação como Presidente da Câmara e Agente Executivo do Município (1908/1911), até sua ascensão no cenário político nacional. Descreve-se, assim, neste tópico, sua ação mediadora, através da qual sustentou em diferentes momentos as iniciativas educacionais da sociedade civil, coerentes com seu projeto político-cultural. Além disso, foram analisadas, também, suas concepções sobre a educação, trazendo à tona nuances significativas de sua trajetória política, ainda

pouco explorada na historiografia regional.

O quarto eixo de discussão, dando continuidade ao anterior, aborda a Reforma do Ensino Primário e Normal (1927/28) instituída no governo de Antônio Carlos quando presidente do estado (1926/1930). Revelam-se, aí, os princípios norteadores daquela verdadeira “cruzada” em prol da remodelação da escola pública primária considerando, ainda, os reflexos desta reestruturação no sistema educacional de Juiz de Fora. Além disso, procura-se resgatar a atuação deste político como professor na antiga Escola Normal Oficial de Juiz de Fora (1894/1900), fechada em 1906 e reativada vinte anos depois, em 1928, quando de sua atuação como Presidente do Estado, transformando-a em um marco de sua intervenção no cenário educacional de Juiz de Fora.

No último capítulo, acreditando na possibilidade de abarcar outras dimensões desse sujeito histórico, busca-se a partir das categorias conceituais de ‘política da personalidade’ e ‘carisma secular’, propostas por Richard Sennett (1998), esboçar uma análise, ainda que preliminar, sobre as qualidades mais subjetivas e carismáticas deste ator. Características essas, que pudessem corroborar para uma atuação mais personalista de Antônio Carlos, evidenciada no palco das cerimônias dos primeiros grupos escolares de Juiz de Fora.

Para finalizar, são tecidas algumas considerações pertinentes às questões inicialmente propostas pela pesquisa, procurando sustentar a idéia central deste trabalho, que foi demonstrar a relação intrínseca entre cultura e política evidenciada na trajetória pública de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada que, possivelmente, concebeu a Educação como um vetor de consenso e desenvolvimento social, já nos primórdios de sua trajetória política.

1. Um intelectual por entre projetos e conquistas

1.1. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada: um artífice do consenso

A política é como as nuvens, a gente olha e ela tem um formato. Volta a olhar e tem outro formato.⁵
Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada tem suas raízes assentadas em figuras de renome da história brasileira. Pelo lado paterno era neto de Martim Francisco Ribeiro de Andrada, um dos elos da trindade Andradina no Império, que juntamente com seus irmãos Antonio Carlos Ribeiro de Andrada (o primeiro) e José Bonifácio de Andrada e Silva (o Patriarca da Independência), tornaram-se personagens de primeiro plano no processo de Independência do Brasil (1822). Pelo lado materno, descendia de José Aires Gomes, um fazendeiro da região da Borda do Campo, hoje cidade de Barbacena. Inconfidente mineiro, José Aires foi por isso condenado ao degredo perpétuo em Moçambique, em 1791.

Seu pai, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (o segundo), inaugurou o braço da família Andrada em Minas Gerais, iniciando sua vida pública em Barbacena, como advogado e posteriormente Juiz Municipal e de Órfãos. Este Andrada participou ativamente da propaganda republicana, com intensa atividade jornalística naquela cidade, declarando-se publicamente à causa republicana em 1886. Com a Proclamação da República, o bacharel foi eleito Senador ao Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais. Casou-se com Adelaide Feliciano Lima Duarte – bisneta do inconfidente e irmã de José Rodrigues Lima Duarte, Ministro de Estado e Senador do Império. O casal teve 13 filhos, sendo Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (o biografado), o terceiro filho desta geração. Ele e seu irmão, José Bonifácio de Andrada e Silva – nascido um ano depois – foram os que mais se projetaram na vida pública.

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, o terceiro Andrada com este nome, nasceu em Barbacena em 5 de setembro de 1870, fez seus estudos preparatórios no Colégio Abílio desta cidade⁶, adquirindo neste estabelecimento uma significativa

⁵Frase atribuída a Antônio Carlos, apropriada por José de Magalhães Pinto. (Ver PEREIRA & FÁRIA, 1998, p. 530)

⁶Esta filial do Colégio Abílio do Rio de Janeiro fora instalada em Barbacena pelo seu diretor Abílio César Borges, o barão de Macaúbas, em 1881, o prédio abriga hoje a Escola de Cadetes do Ar, do Ministério da Aeronáutica.

formação humanista e religiosa. Após terminar seus estudos secundários, em 1888, inscreveu-se, juntamente com seu irmão, José Bonifácio, na Faculdade de Direito de São Paulo, recebendo o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em outubro de 1891.

Foi no período de faculdade, marcado por intensa propaganda republicana, que Antônio Carlos manifestou sua forte vocação para a política, defendendo com entusiasmo os ideais republicanos. Tomou parte ativa do Clube Republicano Acadêmico, fundando posteriormente o Clube Republicano dos Estudantes Mineiros. Ao lado de seus colegas redigiu o jornal *Vinte e Um de Abril* editado por este clube, e colaborou, ainda, com os jornais *O Popular* e *Leste Minas*, órgãos de divulgação republicana em Barbacena. Seus artigos revelaram, desde então, interesses por assuntos de organização social e política (Cf. PEREIRA & FARIA, 1998).

Antes de obter seu diploma, fundou em 1890, em Barbacena, o Partido do Operariado Barbacenense, manifestando em seu programa a sua formação humanista acrescida de uma clara visão liberal, marcas de uma tradição recebida pela família e pela ambiência cultural vivenciada em Barbacena e São Paulo, contextos marcados fortemente pelo ideário republicano (Cf. PEREIRA & FARIA, 1998).

Obtido o título de bacharel em 1891, estréia na profissão como promotor público na Comarca de Ubá (MG), transferindo-se mais tarde, já como Juiz Municipal, para a cidade de Palma (MG), mudando-se para Juiz de Fora (MG) em 1893. Nesta cidade passou a exercer a advocacia, o magistério e o jornalismo, alicerçando aí as bases de sua longa trajetória pública no cenário político regional e nacional. Neste período, elegeu-se em 1900 para o cargo de vereador da sede deste município⁷.

Em 1902 assumiu o cargo de Secretário das Finanças do Estado de Minas Gerais no governo de Francisco Salles, exercendo-o até 1906, quando assumiu interinamente a prefeitura da capital – Belo Horizonte, concluindo naquele ano as obras do Teatro Municipal.

No final de 1906, regressou a Juiz de Fora retomando suas atividades na advocacia. No ano seguinte, elegeu-se Senador Estadual para a 5ª legislatura (1907-1910) e ainda, em novembro deste mesmo ano, elegeu-se também vereador do município de Juiz de Fora, assumindo, em abril de 1908, os cargos de Presidente da

⁷Esta pesquisa apontará dados mais minuciosos acerca de sua atuação no magistério e no jornalismo em Juiz de Fora nos próximos capítulos.

Câmara e Agente Executivo deste município (1908-1911)⁸.

Em setembro de 1911, elegeu-se Deputado Federal para o restante da 7ª Legislatura (1909-1912) na vaga de Artur Bernardes, quando da renúncia deste, reelegendo-se seguidamente para a 8ª até a 12ª Legislaturas. Neste período, foi líder da maioria na Câmara Federal (1914 e 1924), seu Presidente (1914 e 1919), membro da Comissão de Finanças (1914 a 1917 e 1919 a 1925), além de Redator do Orçamento da União (1911-1917 e 1919-1923). Entre 1917 e 1918, interrompeu seu mandato parlamentar para assumir o Ministério da Fazenda no governo de Venceslau Brás, efetuando uma política de valorização do café. Esta preocupação com o setor cafeeiro evidenciou-se novamente em 1920, como Relator da Receita na Câmara Federal, ao propor a utilização de recursos acumulados na Caixa de Conversão para sustentação de um novo plano de valorização do produto.

Em 1925 elegeu-se Senador Federal para o restante da 12ª Legislatura (1924-1926). No ano seguinte foi incumbido de representar o Brasil no Congresso Internacional de Finanças, em Londres e no Congresso Parlamentar em Genebra, este último convocado pela Liga das Nações. Antes de sua viagem, foi indicado pelo PRM para candidato à Presidência do Estado, elegendo-se em setembro de 1926.

Iniciou seu governo sob o símbolo da renovação e do progresso, estabelecendo profundas mudanças na administração estadual. Entre essas, se destacaram a remodelação dos serviços de saúde, segurança pública e do sistema penal, criando a Secretaria da Segurança e Assistência Pública, o Departamento Administrativo do Estado e a Guarda Civil. Implantou, ainda, o projeto pioneiro das penitenciárias agrícolas. No setor econômico, deu incentivo à agricultura e à indústria mediante a expansão do crédito público; criou o Instituto Mineiro de Defesa do Café e incentivou a modernização do setor siderúrgico do estado, através de concessões fiscais à iniciativa privada. No plano político instituiu o voto secreto e cumulativo para as eleições estaduais e municipais em Minas, iniciativa ainda inédita no Brasil.

Toda essa trajetória política alcançou seu ápice na Educação quando Antônio Carlos realizou a maior e a mais ampla reforma de seu governo. Com Francisco Campos à frente da Secretaria do Interior, fundou a Universidade de Minas Gerais (1927) empreendendo a Reforma do Ensino Primário e Normal (1927-1928).

⁸Naquela época este cargo equivalia ao cargo de Prefeito Municipal.

Data também desta época a criação da Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico (1929-1946).

Segundo Peixoto (1983), Antônio Carlos compartilhava com Francisco Campos o princípio de que o progresso social e econômico estaria diretamente relacionado ao aprimoramento do ensino popular. Nesta direção empreendeu amplos esforços, não só no sentido de remodelar a escola, melhorar a formação dos professores e promover a expansão do sistema público de ensino, mas, sobretudo, no sentido de tornar estas ações vetores para uma reforma social mais ampla. Os princípios desta reforma estavam apoiados fortemente no movimento da Escola Nova⁹.

No final de seu mandato (1926-1930) Antônio Carlos participou ativamente da organização da Aliança Liberal, tendo papel decisivo neste movimento oposicionista à candidatura do paulista Júlio Prestes à Presidência da República, no processo sucessório de Washington Luís. Tal processo desencadeou profunda crise política em consequência da ruptura do pacto de alternância no poder federal estabelecido entre as oligarquias regionais de Minas e São Paulo, durante as primeiras décadas da República. Foi quando Antônio Carlos uniu-se às lideranças de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba para apoiar a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência, apresentando um programa político inovador e mais democratizante.

Com o resultado que dava a vitória para Júlio Prestes e o assassinato de João Pessoa (governador da Paraíba, em 1930), acirrou-se a insatisfação dos diferentes grupos da Aliança Liberal frente ao futuro governo, culminando assim no movimento revolucionário de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder. Antônio Carlos, inicialmente desfavorável à revolta armada, aliou-se em seguida aos revoltosos, apoiando todas as articulações e planos de ação deste movimento. Participou, em seguida, dos movimentos que visaram a reorganização política de Minas, sustentada nos parâmetros modernizadores da Nova República, entre eles, a criação da Legião Liberal Mineira.

Contudo, desde sempre, persistiu marcando sua posição a favor de uma autonomia estadual e de uma ordem constitucional que limitasse os poderes do Governo Federal. Posição coerente aos princípios do liberalismo clássico, que lhe teria rendido o seu afastamento compulsório do Governo Vargas em 1937, com a

⁹ Esta Reforma será detalhada no capítulo 4 deste trabalho.

instalação do Estado Novo¹⁰.

No período de 1930 a 1937, participou ativamente da política federal tendo sido eleito, em 1933, Deputado Federal Constituinte, presidindo inclusive seus trabalhos. Em seguida, foi eleito também para a legislatura ordinária (1934-1937), ambas pelo Partido Progressista – partido criado para dar apoio ao Governo Federal e do qual Antônio Carlos foi primeiro presidente.

Promulgada a Constituição de 1934, Antônio Carlos foi conduzido ao cargo de Presidente da Câmara Federal, exercendo interinamente a Presidência da República de maio a junho de 1935, quando da viagem de Getúlio Vargas a Argentina e ao Uruguai. Permaneceu neste cargo até a instauração do Estado Novo, se ausentando da vida pública após este golpe.

Antônio Carlos foi membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), publicando as obras: *O Ministro da Fazenda da Independência e da Maioridade* (Rio de Janeiro, editor Jacinto Ribeiro dos Santos, 1913); *Bancos de emissão no Brasil* (Rio de Janeiro, Livraria Leite Ribeiro, 1922); *Finanças e Financistas do Brasil – 1822-1922* (publicada originalmente em espanhol, no Jornal argentino *La Nación*, e posteriormente publicado no Brasil, s/r). Prefaciou, ainda, o livro do embaixador J.C. Soares, *A borracha* (1925).

Em janeiro de 1946, na cidade do Rio de Janeiro, sai de cena o político Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Sua morte, acompanhada por familiares e amigos, foi noticiada pela imprensa, que não poupou comentários sobre sua trajetória política. Foi decretado luto nacional por três dias e, em Minas, luto oficial de sete dias, pelo então Interventor Nísio Batista. No momento solene de seu sepultamento foram prestadas honras de Chefe de Estado, acompanhadas por diversas autoridades políticas e intelectuais. Dentre estes, destaca-se a presença de Gustavo Capanema, Israel Pinheiro, Virgílio de Melo Franco, Afonso Arinos, Benedito Valadares e Augusto de Lima Junior, que discursou como representante dos intelectuais mineiros.

Essas foram imagens de uma trajetória que se tornou perene por entre histórias e memórias da política nacional. Imagens que não se dissiparam como nuvens, mas sedimentaram idéias e juízos sobre um intelectual comprometido com a causa educacional de sua época.

¹⁰Na ocasião do golpe de 1927, Antônio Carlos apoiava a União Democrática Brasileira – UDB -, cujo candidato à sucessão era o paulista Armando de Sales Oliveira, representante dos mesmos princípios estadualistas e liberais que Antônio Carlos defendia. Já na rebelião constitucionalista de 1932, liderada pelos paulistas, seu apoio ao Governo provisório de Getúlio foi mais discreto.

1.2. Rumos metodológicos

*Toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, a seus interesses, o que não é só inevitável como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente. Compete ao historiador fazer um estudo “objetivo” do passado sob a sua dupla forma. Comprometido na história, não atingirá a verdadeira “objetividade”, mas nenhuma outra história é possível.*¹¹

Diante dos limites que nos impõe a História como Ciência, esta pesquisa qualitativa, de cunho documental, apoiou-se em algumas reflexões sobre o trabalho historiográfico, cuja compreensão se limitou a uma interpretação possível do passado, uma construção e reconstrução que teve por finalidade tornar inteligível o processo histórico, sem perder de vista as contradições e paradoxos que envolvem este campo do saber.(Cf. LE GOFF, 1994)

Neste sentido, para uma primeira reflexão sobre esta produção historiográfica, partiu-se da discussão que envolve o intercâmbio entre o passado e o presente. Para Le Goff (1994), esta interação deve ser o objeto privilegiado de reflexão do historiador. É a partir das nuances que envolvem tal questão que o pesquisador toma consciência de que o passado é, também, um aspecto do presente, uma função deste, visto que cada época elabora sua representação sobre o passado histórico de acordo com suas necessidades atuais e com suas próprias concepções de mundo. (LE GOFF, 1994)

Para Marc Bloch, a História é a “ciência dos homens no tempo”, da qual se deve destacar três aspectos que envolvem o trabalho do pesquisador. Em primeiro lugar, o seu caráter humano, enquanto sujeitos de vontade, com juízos e intenções; em segundo, o seu caráter científico e abstrato, admitindo-se a reciprocidade entre o passado e presente. Em terceiro, o seu caráter descontínuo, não linear, que não devendo ser confundido com a ordem cronológica dos acontecimentos, mas a partir de um movimento próprio, considerando as rupturas e as discontinuidades do processo histórico.(BLOCH *apud* LE GOFF. 1994, p23)

Nesta perspectiva, o fato histórico resulta de uma montagem arbitrária do

¹¹ (LE GOFF, 1994, p.51)

historiador, exigindo do mesmo um trabalho técnico e teórico, que se instaura através da dependência recíproca entre passado e presente, inevitável e legítima, “na medida em que o passado não deixa de viver e de se tornar presente” (LE GOFF, 1994, p.25)

A interação passado/presente não deve impedir que o historiador se distancie criticamente dessas duas dimensões, condição essencial para se evitar o anacronismo. Nesse caso, segundo Le Goff (idem), o pesquisador deve posicionar-se de forma crítica com relação a determinadas abordagens, que têm como cerne a idéia de que a História se constitui como um eterno presente, noção pela qual os acontecimentos históricos são abstrações constantes do passado, deixando de estar no tempo¹². Para o autor, tal perspectiva leva o historiador a negar a própria idéia de história, como também o próprio sentido do passado ontológico enquanto fato.

Esse autor compartilha com Schaft a idéia de que é possível, sim, pensar a história como ciência do passado, desde que a compreendamos como um processo de reconstrução, como novas releituras do passado, como atualizações plenas de perdas e ressurreições, falhas e rupturas. Constrói-se não por verdades absolutas, mas pouco a pouco, através de revisões incessantes do trabalho historiográfico, pelas verificações sucessivas e acumulativas de verdades parciais: um processo ininterrupto de aperfeiçoamento do saber sobre os diversos aspectos da realidade, transformando qualitativamente a visão que temos da história. (SCHAFT apud LE GOFF, 1994, p.33).

Outra dimensão importante que foi considerada nesta produção historiográfica refere-se à reflexão sobre o trabalho com as fontes documentais. Sobre isso é preciso reiterar que as idéias e métodos do historiador sofrem a influência de elementos que envolvem sua realidade, como origem social, crenças e valores. O historiador deve orientar sua interpretação histórica, estando consciente das conseqüências que esses aspectos podem acarretar para a objetividade de seu trabalho (cf. LE GOFF, 1994).

Esta objetividade, no entanto, não é garantida pela submissão absoluta aos fatos – uma vez que estes são construções sistemáticas do historiador e não algo dado. Tal objetividade supõe sempre a reflexão sobre o jogo de poder que autoriza as

¹²A idéia do passado dominado pelo presente, defendida originalmente por Croce, considera que “toda” história é história contemporânea, ou seja, “por mais afastados no tempo que pareçam os acontecimentos de que trata... a história, esta ciência liga-se sempre às necessidades, às situações presentes, nas quais esses acontecimentos têm ressonâncias” (Ver LE GOFF, 1994, p 24)

manipulações conscientes e inconscientes da memória coletiva.

Deste modo, o trabalho do historiador já não se funda apenas na seleção das fontes, mas, sobretudo, na constatação do caráter monumental destes documentos enquanto vestígios intencionais capazes de perpetuar o passado de uma sociedade histórica.

Esse documento/monumento, produto da escolha do historiador, deve ser submetido a uma crítica radical, que não mais se fixe na procura de sua autenticidade, mas numa descrição intrínseca do documento, buscando evidências das condições de sua produção em um contexto mais amplo. Dito de outro modo, uma crítica que busque evidenciar seu caráter monumental, a partir da identificação das relações de forças atuantes na sociedade, responsáveis não só pela sua edificação, mas também por sua perpetuação e manipulação no decorrer do processo histórico.

Neste caso, historiador deve se voltar às fontes com um olhar desmistificador, desconstruindo a idéia de um instrumento inócuo, neutro, objetivo. Ele deve concebê-las como montagens legitimadoras das estruturas de poder de uma determinada sociedade, mas de grande importância para seu trabalho.

Para além dessas considerações, a escolha das fontes pelo historiador não depende somente do objeto e dos objetivos de sua pesquisa, mas, ainda, das concepções teóricas que o sustentam. São elas também que revelam os dados empíricos capazes de fornecerem o conteúdo da investigação (Cf. BUFFA, 2005). Esta escolha deve pautar-se nos mais diversos registros que dialoguem com o objeto estudado, a fim de se obter uma maior compreensão deste, pois tal diversificação “pode revelar aspectos e características diferenciadas das relações do homem, quer sejam com outros homens ou com o meio em que vive” (LOMBARDI, 2004, p.158).

Coerente com esse alargamento do conceito de fonte¹³, e no intuito de buscar indícios sobre a atuação de Antônio Carlos no cenário político-cultural de Juiz de Fora, o presente trabalho apoiou-se em diversas fontes, entre as quais destacaram-se os Livros de Registro dos Termos de Instalação e Atas de Exames dos Primeiros Grupos Escolares de Juiz de Fora (1907/1925), o Termo de Instalação e Livro de Visitas do 1º Jardim da Infância de Juiz de Fora (1925/1926), os Relatórios sobre a Instrução Pública de Juiz de Fora (1905 a 1912), apresentados pelos inspetores

¹³Concepção defendida amplamente na cultura da historiografia da Educação que reflete hoje um movimento que busca novas formas de produzir o saber histórico, apontando, também, para o alargamento nas temáticas estudadas neste campo. (Ver NÓVOA, 1997; CARVALHO, 2003; VIEIRA, Prelo e outros).

escolares Heitor Guimarães e Albino Esteves, as Resoluções da Câmara Municipal de Juiz de Fora (1904 a 1912), o Mapa Estatístico Escolar (1913), o relatório de Estevam de Oliveira (1902), o Regulamento da Reforma de Instrução Primária do Estado de Minas Gerais – Reforma João Pinheiro (1906), como também discursos oficiais, depoimentos, crônicas, artigos em jornais, memórias autobiográficas, iconografia e outros testemunhos daquela época. Apoiou-se ainda em fontes secundárias da historiografia regional e na literatura pertinente à pesquisa.

Tiveram grande relevância como suportes empíricos, os periódicos da imprensa jornalística juizdeforana referentes ao período estudado. Foram consultados vários editoriais do *Jornal do Commercio*, do *Diário Mercantil*, do *Correio de Minas* e do jornal *O Dia*.

Sobre tais suportes, Vieira (2007) aponta a necessidade de refletir sobre sua produção social, compreendendo-os como importantes mecanismos de constituição de memória. Para o autor, esses recursos precisam ser problematizados a fim de se evitar sua naturalização, uma vez que são, por si, intervenções efetivas sobre a realidade, e que encerram interesses diversos, expressos por valores, juízos, modos de classificação e de ação social.

Vale, ainda, ressaltar a importância do acervo iconográfico, pois através de fotografias da época, muitas informações relevantes podem ser extraídas, oferecendo um grande auxílio na ampliação e na interpretação da dinâmica educacional e do objeto em questão (OLIVEIRA; GATTI JÚNIOR, 2002).

Outros suportes foram utilizados para se trilhar os caminhos desta pesquisa, entre os quais destacam-se obras de alguns memorialistas juizdeforanos, como *Baú de Ossos* de Pedro Nava, *O Badalo do Sino* de Wilson de Lima Bastos e *Como o Tempo Passa* de José Rangel. Além disso, teve grande relevância a obra biográfica de Antônio Carlos R. de Andrada, traçada pelas biógrafas Lígia Maria Leite Pereira e Maria Auxiliadora de Faria. Constituída por um extenso *corpus* documental, esta obra serviu como um importante subsídio para o processo de levantamento das fontes supracitadas.

Com relação à natureza das obras acima referidas, Le Goff (1994) afirma ser importante conceber tais gêneros como produções do imaginário social, como expressões essenciais da realidade histórica. A história oral, a autobiografia e a história subjetiva são recursos importantes para se ampliar a base do trabalho

historiográfico, modificando a imagem sobre o passado e dando voz aos esquecidos. Entretanto, o autor nos chama a atenção para o fato de que a memória, tanto oral quanto escrita, apesar de ser um nível elementar de história, deve ser concebida pelo historiador como um objeto da história e não a história propriamente dita (LE GOFF, 1994, p.62).

Uma terceira reflexão refere-se ao processo de elaboração da interpretação histórica e de sua produção propriamente dita. Gatti Júnior (2002) afirma que esta se dá pelo diálogo necessário entre as concepções do historiador e seus indícios. A ausência de reflexão de natureza teórica inviabiliza a existência de interpretações históricas consistentes. Entretanto, esta reflexão não deve ser entendida como um a priori absoluto, mas como um recurso para se iniciar o inquérito das fontes de pesquisa. O historiador deve fugir tanto de uma produção meramente descritiva dos fatos (positivismo histórico) como também de análises simplificadoras da realidade histórica, centradas em determinados aspectos da vida social (como por exemplo: uma visão economicista do processo histórico).

Para Buffa (2005), as categorias de análises – conceitos que permitem o arranjo das idéias, dos fatos e dos dados relativos à delimitação proposta – através de um movimento de idas e vindas entre as concepções teóricas e os dados obtidos, permitem direcionar o olhar do pesquisador, ajudando-o na seleção das fontes e na interpretação da realidade estudada.

Sobre tais categorias Le Goff (1994) sustenta que elas não correspondem às entidades empiricamente confirmadas, mas tornam inteligível um conjunto de dados inicialmente separados. A significação em história se faz, ainda, pela lógica interna de cada elemento, sendo ela essencialmente contextual. Suas explicações são mais avaliações do que demonstrações, e incluem, em termos racionais, também a opinião do historiador.

Nesse sentido, Zaia Brandão (1992) revela que enquanto sujeito do processo histórico, o historiador se impõe a:

uma infundável reconstrução de sentidos, que deve explorar, ou pelo menos supor, os múltiplos significados vividos pelos atores históricos, singulares e coletivos, em diferentes cenários de interfaces da vida.¹⁴

Tornam-se ainda necessárias, a partir do processo de interpretação

¹⁴ (Ver BRANDÃO, 1992, p.5).

historiográfica, buscar generalizações que lhe garantam maior cientificidade, pois “não haveria história nem discurso conceitual sem generalizações” (LE GOFF, 1994, p.42)

Com relação ao discurso histórico, é desejável ao historiador a capacidade imaginativa, tanto no sentido de tornar o passado concreto (“animar o que está morto”), quanto no sentido de uma imaginação científica, manifesta pelo poder da abstração. Ele deve trabalhar sobre os documentos históricos, tendo a história não apenas como um ramo do saber, mas “uma forma intelectual para compreender o mundo” (Huizinga 1936 apud LE GOFF, 1994, p.40). Este trabalho depende essencialmente das condições da documentação, sendo que cada fonte exige um tratamento diferenciado no interior de uma problemática de conjunto (história problematizadora). Portanto, como afirma Le Goff (1994), o estudo historiográfico limitado no espaço e no tempo não deve estar fechado em si mesmo, ele deve estar aberto a outros horizontes, levantando um problema e se prestando à comparação.

Visto isso, partindo da questão central proposta por esta pesquisa _ que foi evidenciar o caráter estratégico que teve a educação no projeto político de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, desde o início de sua vida pública até os anos 1930 _ este estudo apoiou-se na categoria de Intelectual orgânico proposto por Antonio Gramsci. Busca através deste suporte teórico distinguir na trajetória deste político, sua importante função, como intelectual organizador e mantenedor de uma cultura que se queria hegemônica.

Aborda-se também neste estudo o conceito de hegemonia política, compreendida aqui como um processo pelo qual determinado grupo social mantém seu *status* como elite dirigente, não apenas pelo aparato coercivo do Estado¹⁵, mas, sobretudo, pela homogeneização cultural. Tal preponderância é garantida através da legitimação, por parte do coletivo social, de valores e interesses daquele mesmo grupo dominante, produzindo-se o consenso. Nesse caso, a hegemonia é resultante de um complexo de atividades culturais e ideológicas, das quais são protagonistas os intelectuais que organizam este consenso, permitindo o desenvolvimento de uma direção mais homogênea da sociedade.

Com relação à periodização deste estudo, a pesquisa limitou-se ao recorte

¹⁵O aparato coercitivo do Estado, que constitui a Sociedade Política, abrange todas as instituições responsáveis pela manutenção da autoridade estatal, compreendendo desde o aparato jurídico, com suas leis, até as instituições de poder armado.

temporal que abrange os primeiros anos do século XX (1907) até 1930, período em que atuação de Antônio Carlos se fez mais expressiva no cenário educacional de Juiz de Fora e de Minas Gerais. Esta delimitação, segundo Le Goff (1994), é fundamental ao trabalho historiográfico, pois para que a datação se torne historicamente pensada é preciso acompanhá-la em sua duração, em sua periodização. Dito de outro modo, a periodização é o principal instrumento de inteligibilidade sobre mudanças significativas que ocorrem no processo histórico.

Para concluir, é importante ressaltar que este trabalho não pretendeu realizar um estudo meramente biográfico, mas seus objetivos procuraram se estender para além disso. Este estudo se propôs preencher certas lacunas existentes na historiografia sobre este ator político, dando voz ao inaudito e, de certa forma, buscando não só a singularidade do indivíduo, mas, acima de tudo, as particularidades que envolveram a temática estudada, como um objeto que requer atenção e está no “limite do pensável”.(LE GOFF,1994, p.35)

1.3. Antônio Carlos e as bases de um projeto hegemônico: Referencial teórico

Segundo Gramsci (1979), para se compreender a função e o lugar ocupado por um intelectual ou grupos de intelectuais na sociedade, faz-se necessário compreender o processo histórico real e complexo de formação das diversas categorias de intelectuais no mundo moderno.

Para este autor, cada grupo social “essencial” ¹⁶cria para si, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais, garantindo-lhe maior homogeneidade e consciência de sua própria função no sistema societário, favorecendo a organização e expansão deste mesmo grupo.¹⁷

Assim, cada nova classe elabora, em seu desenvolvimento progressivo, seus intelectuais orgânicos, atuantes não somente no campo econômico, mas, sobretudo, no campo político e cultural, tendo em vista a necessidade de criar condições mais favoráveis à sua expansão. Estes intelectuais têm como marca fundamental a capacidade organizativa das relações gerais entre a classe que representa e a sociedade como um todo.

Do mesmo modo, as categorias de intelectuais pré-existentes, organicamente envolvidas com a estrutura econômica anterior (intelectuais tradicionais) são assimiladas pelo novo grupo social dominante, marcando uma continuidade histórica. Este processo de assimilação se dá de forma mais rápida na medida em que esse novo grupo cria e fortalece sua própria categoria de intelectuais orgânicos. Diz Gramsci (id.): “Uma das características mais importantes de todo grupo essencial que se desenvolve no sentido de domínio é a sua luta pela assimilação e conquista ideológica dos intelectuais tradicionais”. (p.9)

Esses intelectuais tradicionais, por sua vez, julgam-se autônomos, uma categoria independente e distinta do grupo social dominante. Gramsci (1979) recusa esta pretensa neutralidade, afirmando que esse critério de distinção da categoria intelectual com relação às outras atividades da sociedade moderna, deve ser buscado no conjunto geral das relações sociais, no qual esta atividade se insere. Além disso,

¹⁶Na perspectiva gramsciana, o grupo essencial é aquele que marca historicamente a sociedade, independente do local que ocupa nesta sociedade. Neste caso, o termo pode ser utilizado tanto para referir-se à burguesia como também ao operariado, classes essenciais do processo produtivo no mundo moderno.

¹⁷Como exemplo podemos citar a classe empresarial que, a partir do processo de industrialização, criou seus próprios intelectuais orgânicos – intelectuais urbanos – marcando sua hegemonia no sistema econômico e político e cultural. Na outra ponta, temos os eclesiásticos ligados organicamente à aristocracia fundiária (p.5). (GRAMSCI,)

reitera o autor, que esta categoria não deve ser tomada como uma função isolada e livre da dinâmica social. Pois para Gramsci, todo homem, independente de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual, ou seja, todo homem é um filósofo que contribui para manter ou criar uma nova visão de mundo. Neste caso, qualquer trabalho humano, seja ele o mais instrumental, encerra também uma atividade intelectual criadora – *homo faber + homo sapiens*.

Porém, esta capacidade de pensar comum a todos os homens não faz destes iguais diante da cultura. Pois esta é o resultado do embate e da interação das concepções de mundo e das práticas sociais que perpassam as diferentes dimensões da ambiência cultural – a família, a língua, a classe social, o lugar de origem, a religião, o trabalho, etc – lugares onde se encerram todos os horizontes de formação do indivíduo numa dada sociedade.

Neste caso, há necessidade de se estabelecer uma distinção entre essa noção mais genérica e as categorias que exercem formalmente uma atividade intelectual na sociedade. Tal caracterização não pode ser realizada em termos abstratos, mas através de processos históricos concretos, intrinsecamente relacionados ao contexto social (a atividade produtiva) e às aspirações de determinadas camadas de uma sociedade.

Sobre este processo de construção e diferenciação das diversas categorias de intelectuais, Gramsci (1979) reitera, ainda, que suas relações com a produção econômica são mediatizadas, em diversos graus, por todo o contexto social. Isto é, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são “funcionários”, estando a organicidade dos mesmos, apoiada na maior ou menor relação que estes intelectuais travam com o grupo social essencial, fixando gradações tanto no que se refere às suas funções quanto às dimensões superestruturas da sociedade, constituindo uma hierarquia.

Gramsci (1979) aponta dois grandes planos superestruturais: a sociedade civil - que é formada pelo conjunto de organismos privados - e a sociedade política ou o Estado. O primeiro plano tem a função organizativa de garantir a hegemonia social, que o grupo dominante exerce de forma “espontânea”, a partir do consenso, dado pela grande maioria à orientação diretiva deste grupo. “O segundo plano, de domínio direto, é aquele pelo qual o aparelho de coerção estatal assegura” esta direção hegemônica. Os intelectuais atuam assim, dentro destes planos, organizando-se hierarquicamente, de acordo com suas atribuições organizativas e diretivas.

Visto isso, pode-se dizer que a teoria gramsciana, ao partir de uma visão integral sobre o processo de afirmação política dos diversos grupos sociais, amplia não apenas a noção de intelectual, concebendo-o também aquele que organiza e difunde um projeto político-cultural, ampliando, ainda, a noção de cultura, entendida tanto como produto da ação criativa dos sujeitos, mas, principalmente, como o lugar de onde se institui a luta hegemônica pela direção da sociedade.

Portanto, a cultura “não é mais o terceiro *front*, ao lado do político e do econômico, mas sim o *front* que inclui todas as dimensões de um modo de vida, de uma civilização, de um projeto de reforma integral da sociedade.”. Ou seja: “cultura significa um modo de viver que se produz e se reproduz através de um projeto de formação (do indivíduo)” (VIEIRA, 1999, p.163 e167, grifos do autor).

Segundo Vieira (1999), pela perspectiva gramsciana, a cultura se materializa como uma estrutura que envolve homens, grupos e classes sociais, lutando pelos seus projetos, pelos seus ideais, encerrando, assim uma dinâmica social permanente e imprevisível. Esse olhar sinaliza para a complexidade da ação formadora do espaço social e para a sistemática intervenção dos homens, do partido, do Estado, a fim de garantir a hegemonia social.

Nesse sentido, Gramsci (1979) afirma que a formação dos partidos políticos modernos está diretamente relacionada à criação de novas categorias de intelectuais.

Todos os partidos políticos atuam na sociedade civil desempenhando o mesmo papel que é atribuído ao Estado na sociedade política, tendo, para alguns grupos sociais, a função de elaborar sua própria categoria de intelectuais orgânicos. Não mais na relação imediata com a atividade produtiva, mas diretamente ligada às atividades políticas e filosóficas. Ou seja, a atividade partidária se desenvolve como uma atividade educativa, uma função diretiva na formação de “intelectuais políticos, qualificados, dirigentes e organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral e política (GRAMSCI, 1979, p.14)”.

Ainda sobre à gradação das diversas categorias atuantes na sociedade moderna, este autor destaca duas categorias fundamentais para o a configuração de um quadro teórico sobre o processo de formação e atuação desses diferentes grupos.

Dentre as diversas categorias, destaca-se a dos intelectuais urbanos, ligados diretamente ao processo de industrialização, trazendo as marcas e as vicissitudes do mesmo. Estes intelectuais têm pouca autonomia sobre o processo de produção,

funcionando como intermediadores entre a massa instrumental e a classe empresarial, sendo responsáveis pela execução imediata do plano de produção. Os intelectuais urbanos (técnicos) não exercem nenhuma função política sobre essa massa instrumental.

Em uma direção oposta, observa-se a categoria de intelectuais rurais, na sua maioria, formada por intelectuais “tradicionais” - advogados, professores, padre, tabelião, médicos, etc -, figuras centrais nas sociedades de economia predominantemente agrícola. Estes intelectuais se ligam à massa social camponesa e à pequena burguesia das cidades menores, colocando as mesmas em contato com a administração estatal. Têm por isso, uma grande função político-social, representando um modelo de aspiração social para o camponês.

Neste sentido, a assimilação da categoria anterior, pelo grupo essencial revela-se imprescindível ao fortalecimento da capacidade organizativa e diretiva deste mesmo grupo. Torna-se, portanto, importante entender o processo histórico de formação destes intelectuais tradicionais, que detiveram o monopólio da cultura na sociedade ocidental, desde a era clássica até o mundo moderno.

De acordo com Gramsci (1979) esta categoria, na maioria das vezes, tem sido absorvida pelas classes economicamente dominantes no processo de industrialização, garantindo a elas, por diversos mecanismos, sua supremacia intelectual e política.

Ao se buscar uma transposição do fenômeno apontado anteriormente para a realidade de Minas Gerais, partindo do século XIX até o final dos anos de 1920, pode-se dizer, em termos genéricos, que o processo de industrialização dessa sociedade, foi, em certa medida, delongado pela manutenção do monopólio político e intelectual de uma aristocracia rural. Que, diferentemente de outros contextos sociais, garantiu ao mesmo tempo, o monopólio político-intelectual e econômico da região. Tal aristocracia possuía como base de sustentação de sua hegemonia a detenção do poder econômico. Realidade reforçada por uma cultura religiosa, predominantemente católica, que possibilitou a grande distância entre a massa popular - na sua quase totalidade analfabeta - de seus intelectuais.

Diferentemente do contexto acima, a cidade de Juiz de Fora foi marcada, no decorrer da metade do século XIX e início do século XX, por uma forte urbanização e industrialização, sendo possível identificar já nesse espaço alguns elementos fundamentais de uma sociedade capitalista.

Essas transformações econômicas e culturais teriam, de certa forma, influenciado a atuação de Antônio Carlos em favor de uma elite econômica empreendedora deste processo modernizador. Neste caso, ao se constituir um cenário de maior complexidade social e cultural demandou-se, também, uma organização política mais eficiente e coercitiva, capaz de sustentar o projeto modernizador dessa elite através de ações mais conciliatórias produtoras de consensos nesta sociedade.

Nesta perspectiva, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada foi concebido como um político inserido na práxis social, consciente de sua capacidade organizativa assegurada através de sua ação mediadora, que buscou sustentar uma unidade ética e cultural. Desta forma, cabe dizer que sua ação hegemônica pressupunha também uma ação pedagógica, capaz de converter seu projeto cultural em norma ativa de conduta, procurando dar uma direção mais homogênea ao coletivo social.

2. Reconstruindo contextos: Juiz de Fora nos primeiros anos do século XX

No intuito de fornecer alguns subsídios para a análise da trajetória político-intelectual de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada no cenário cultural de Juiz de Fora, e concebendo as relações sociais como campo privilegiado para o trabalho do historiador, busca-se, neste capítulo, recuperar a conjuntura de inserção deste ator nos diferentes espaços de sociabilidade dessa cidade. Para tanto, reconstrói-se o cenário econômico, social e político de Juiz de Fora, desde o início da constituição de seu espaço urbano, nos meados do século XIX, até o início do século XX, procurando através desses contextos, constituir sentidos à ação mediadora desse intelectual.

No entanto, tal empreendimento procurou ir além de uma contextualização imobilista, que visasse apenas à reconstituição de panos de fundos inertes. Busca-se, assim, restaurar o universo social pelo qual se estruturou em parte esse sujeito histórico, colocando-o como um pólo ativo dessa dinâmica social, capaz de filtrá-la, retraduzí-la e resignificá-la em uma dimensão mais peculiar. Movimento esse, ditado por sua subjetividade, que se revela também como uma matriz transformadora destes diferentes contextos. (Cf. PEREIRA & FARIA, 1998, p. XVI)

2.1- O Desenvolvimento econômico e social de Juiz de Fora: dos meados do século XIX ao início do século XX

O primeiro período marcante da história econômica de Minas Gerais ocorreu no século XVIII com o apogeu da mineração, caracterizando uma época de efervescência cultural e de intensa atividade urbana. Esta realidade imprimiu uma temporalidade mais acelerada em relação às outras capitânicas, voltando-se a região para mercado internacional europeu. Já no final daquele século, com a retração da atividade mineradora, a economia mineira ruralizou-se, tornando-se a fazenda um núcleo polarizador da vida social, política e cultural desta região¹⁸. (Cf. ARRUDA, 1990)

Ocorreu, aí, uma verdadeira inversão, não só no âmbito econômico, mas

¹⁸Este “microcosmo”, suporte da história de Minas Gerais até o final da década de 1920, distinguiu-se de suas congêneres localizadas em outras regiões do país, por seu caráter de isolamento, auto-subsistência e diversificação produtiva.

também nos âmbitos temporal, social e cultural. “A história de Minas Gerais torna-se marcada pelo predomínio da duração centrada na fazenda [onde], tudo se reduz à longa duração do cotidiano, aprisionado e contido no predomínio das relações sociais imediatas (...)”. (ARRUDA, 1990, p.136)

Evidencia-se, como conseqüências desta ruralização, uma intensa dispersão populacional dos centros mineradores para outras regiões da província, como também, novos padrões societários, pelos quais o convívio citadino tornou-se restrito, e as cidades tornaram-se apêndice dos núcleos produtores. Ou seja, uma extensão da vida rural e não mais cidades medulares da vida econômica e social. (ARRUDA, 1990, p.154)

Apesar da decadência da economia exportadora, cunhou-se nesse período um lento e progressivo crescimento interno, pautado numa economia mercantil de subsistência, impulsionada por um extenso contingente de mão-de-obra escrava. Nesta época, Minas Gerais deixou de importar produtos de primeira necessidade, passando a produzi-los, suprindo seu mercado interno, bem como exportando para outras províncias, em especial para a província do Rio de Janeiro. Deste modo, a fazenda passou a ser o núcleo vital dessa economia agrícola artesanal¹⁹.

Para Arruda (1990) a sociabilidade gerada nesta inversão econômica, não afastou a herança cultural da sociedade mineradora, mas se somou a esta vivência profundamente enraizada, se configurando num universo de interposição do rústico ao ilustrado, ostentando vícios aristocráticos e aumentando as clivagens sociais.

A interposição cultural pôde ser evidenciada, com maior força, nas regiões cafeeiras da zona da Mata Mineira, que nos anos de 1880, passaram representar quase 30% das exportações brasileiras de café, se distinguindo das outras regiões do estado voltadas somente para a economia interna. Segundo a autora, os fazendeiros desta região tinham pretensões claramente aristocráticas, influenciados em larga medida pela proximidade com a corte, revelando, portanto, uma complexidade do quadro societário mineiro (Cf. ARRUDA, 1990).

O peso da atividade cafeeira na economia de Minas Gerais, até a década de 1930, foi majoritário, dependendo a receita fiscal do estado quase que

¹⁹Sobre isso, ARRUDA (1990) acrescenta, ainda, que neste momento, recriava-se nas fazendas mineiras uma estrutura social básica, típica da produção agro-manufatureira da pré-Revolução Industrial da Inglaterra, que associava atividade agrícola e artesanal, caracterizando uma estrutura fechada e auto-suficiente, fato que poderia justificar o entrave à industrialização sofrido pelo estado de Minas, até o final da década de 1920.

exclusivamente do desempenho da exportação do café²⁰ Tal dinamismo econômico permitiu uma grande concentração de terras e uma relativa monetarização, o que possibilitou a diversificação da economia na região da Mata mineira. (C.f.VISCARDI, 1995) .

A descrição do contexto acima se torna relevante para a compreensão do processo de urbanização e industrialização de Juiz de Fora. Esta cidade surge às margens do Caminho Novo²¹, na Zona da Mata mineira, como um pequeno núcleo agropastoril, local de parada para tropeiros e viajantes que vinham da Corte ou da região mineradora. Seu processo de expansão urbana foi acentuado a partir da década de 1840, com a introdução da cultura do café, o “ouro verde”, principal impulsionador da economia desta região, atraindo grandes contingentes populacionais, migrados principalmente das antigas áreas de mineração.

No final da década de 1880 este município era o mais desenvolvido da região, transformando-se em principal centro urbano e industrial do estado de Minas Gerais até 1930, ocupando, ainda, o 1º lugar na produção cafeeira do mesmo.

Em decorrência deste dinamismo econômico, a cidade ganha um ar aristocrático, esboçado pelos barões do café, elite agrária que garantiu prestígio político, econômico e social à região, diversificando seus investimentos e implementando um projeto modernizador, que impulsionou o processo de industrialização desta cidade. (Cf.YAZBECK, 1999)

Já no final do século XIX, observa-se uma crescente diversificação de sua população urbana, com o aumento da classe operária, de profissionais liberais, investidores, comerciantes, incorporando-se também à mesma, escravos libertos, imigrantes e migrantes de outras regiões. Segundo censo de 1890, a cidade de Juiz de Fora tinha naquela época cerca de 18 000 habitantes, sendo que deste total, 2503 hab eram imigrantes estrangeiros e 1.632 hab migrantes de outros estados, representando quase 24% de sua população²².

Com relação ao processo de industrialização de Juiz de Fora, Giroletti

²⁰Tal receita era garantida tanto pelo recolhimento de impostos sobre a exportação e territorial, quanto pelas demais tributações derivadas indiretamente desta atividade econômica.

²¹O Caminho Novo dos Campos Gerais traçado por Garcia Rodrigues no início do século XVIII, permitiu o encurtamento do transporte do ouro até à Corte, abrindo trilha em região pouquíssima explorada naquela época a Zona da mata mineira, possibilitando novas perspectivas econômicas, políticas e sociais para esta região. Ele partia da Borda do Campo, atual Barbacena, indo em direção ao Rio de Janeiro.

²² Ver Almanach de Juiz de Fora/ 1897- IHGJF. Segundo o censo de 1907 esta população estava em torno de 28.553 habitantes.

(1980) afirma que a origem do crescimento industrial desta cidade está na construção da estrada União Indústria, que permitiu a dinamização da produção cafeeira, tornando-se Juiz de Fora uma via de passagem obrigatória de produtos importados e exportados pelo estado de Minas.

Para o autor, esta rodovia, construída em 1861, teria possibilitado o maior escoamento da produção cafeeira, favorecendo também, o desenvolvimento do comércio e de outras atividades econômicas. Além disso, sua construção permitiu a introdução e fixação de mão-de-obra livre e qualificada, trazendo para o município os imigrantes alemães, artífices e agricultores, que mais tarde, juntamente com outros imigrantes, em especial os de origem italiana, se inseriram neste espaço urbano como operários, comerciantes e proprietários de pequenas indústrias²³. (Cf. GIROLETTI, 1988)

Segundo este autor, no final dos anos de 1880, Juiz de Fora se constituiu como palco de grandes interesses e de intensa circulação de mercadorias e de acumulação de capital. Esse dinamismo econômico foi impulsionado, ainda, por dois fatores, de um lado pela instalação de duas importantes ferrovias, que proporcionaram à cidade uma rede de transporte eficiente para o escoamento de sua produção cafeeira²⁴ e de outro a aquisição de mão-de-obra qualificada advinda de novas imigrações.

Andrade (1987) afirma, no entanto, que a expansão e o fortalecimento de uma burguesia industrial em Juiz de Fora deveriam ser entendidos como resultados tanto da acumulação cafeeira, quanto da acumulação comercial e da imigração, sendo que o peso que cada uma exerceu sobre a atividade industrial deveria ser melhor estudado.

Essa autora sustenta a idéia de que Juiz de Fora, reproduziu, em certa medida, o processo paulista de industrialização, a partir da acumulação originária da cafeicultura escravista. Embora as indústrias de imigrantes representassem quase 50% da totalidade dos estabelecimentos industriais, foi a burguesia nacional a maior detentora do capital investido na produção fabril desta cidade.

Reitera, ainda, que a produção do café e seu transporte não devem ser analisados como compartimentos estanques, mas como atividades interdependentes e

²³ Sendo estes imigrantes responsáveis pela criação de 50% das indústrias juizforanas.

²⁴ Neste período o escoamento era feito basicamente pelas ferrovias D. Pedro II e pela estrada de ferro Leopoldina.

dinâmicas do processo produtivo, pois foi o dinamismo desta produção cafeeira que justificou a construção da estrada União Indústria e não o contrário, empregando, aí tanto trabalhadores livres como escravos (ANDRADE, 1987, p. 35).

Na mesma direção nos aponta Yazbeck (1999), reforçando a idéia de que “Juiz de Fora confirma o padrão de desenvolvimento da indústria brasileira, ocorrido entre meados dos anos de 1880 e o final da década de 30, baseado na expansão do setor agrícola e, em particular, do café” (YAZBECK, 1999, p.246).

Desta forma, observa-se uma transferência dos recursos gerados pela economia cafeeira para outros setores, entre eles o imobiliário, o financeiro e o industrial, evidenciando-se um processo de expansão capitalista. (Cf. VISCARDI, 1995, p.8)

Ainda, segundo Giroletti (1980), a industrialização de Juiz de Fora pode ser delineada em dois períodos: o primeiro a partir de 1865, com as instalações predominantes das indústrias de pequeno porte, caracterizadas pela “produção limitada, uso de tecnologia elementar, baixo índice de capital investido e absorção de pequena quantidade de mão-de-obra” (p. 28). Configuração essa, que se modifica, em um segundo momento, a partir de 1890 e principalmente no início do século XX, com a implementação de indústrias de grande porte (sociedades anônimas), com maior número de operários e utilização de tecnologias mais modernas, entre elas o uso da energia elétrica como força motriz. Um avanço que passou a ser realidade para a cidade com a criação da Companhia Mineira de Eletricidade em 1889.

De acordo com o censo de 1907, destacam-se neste período os setores têxtil e o de alimentação, que empregavam mais capital, mais operários e maior produção, sendo o primeiro segmento caracterizado, em quase sua totalidade, pelo trabalho fabril, que absorvia um grande número de operários, dos quais muitos eram mulheres e crianças²⁵.

Essa produção era destinada, além do mercado interno, para os mercados de São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás. A abertura para outros mercados consumidores associada à proximidade com o centro político do país, imprimiu certo cosmopolitismo à cidade, afastando-a, temporariamente, das raízes mineiras. O que pôde ser percebido na arquitetura urbana de Juiz de Fora, com forte influência do estilo neoclássico ou eclético francês - cópias de construções do Rio de Janeiro, e

²⁵ Ver Álbum de Juiz de Fora (1915), organizado por Albino Esteves. Ver, ainda, Andrade (1987).

com pouquíssima influência da matriz arquitetônica mineira. (Cf. YAZBECK,1999)

Deste modo, o crescimento e a diversidade de seu espaço urbano já se fazem notar desde o final do século XIX, com o fortalecimento do mercado consumidor interno e com a implementação de melhorias urbanas, entre as quais podemos citar os serviços de transporte, como os bondes de tração animal (1881) e depois os elétricos (1902); o serviço de telefonia (1883); o telégrafo (1884); o fornecimento de água potável aos domicílios (1885); o fornecimento de energia elétrica e de iluminação elétrica pública (1889) – estas últimas implementadas a partir da fundação da Cia. Mineira de Eletricidade. Além dessas, destaca-se a organização de seu sistema financeiro, com a criação do Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais (1887) e a do Banco de Crédito Real de Minas Gerais – primeiro banco do estado (1889). Tal crescimento ficou evidenciado, também, no setor cultural e social, com a expansão da imprensa, da arte, do ensino e dos movimentos associativos, entre os quais se destacam os clubes, as sociedades filantrópicas, profissionais e de pensamento²⁶.

Esses clubes de acordo com Sennett (1998), foram as primeiras instituições criadas na Europa para o discurso privado, no qual se podia selecionar a platéia, suscitando mais prazer nas interações discursivas (p.111). Tais clubes foram espaços de sociabilidade recorrentes na sociedade juizdeforana, entre os quais pode se citar, o Clube Juiz de Fora, o Clube dos Fanáticos Carnavalescos, a Sociedade Anônima Clube Prado de Juiz de Fora entre outros. Com relação ao movimento associativo cita-se como exemplo, o Instituto Jurídico Mineiro (1893), a Sociedade de Medicina e Cirurgia (1889), a Academia Mineira de Letras (1909), a Associação de Imprensa de Minas (1909), além de diversas Lojas Maçônicas.

O processo dinamizador apontado acima também repercutiu nas atividades culturais da cidade, refletindo-se principalmente na arte literária, com seus inúmeros poetas e cronistas que ajudaram a fundar em 1909 a Academia de Letras de Minas Gerais - anos mais tarde transferida para Belo Horizonte. As artes cênicas também se fizeram presente neste espaço urbano, com a apresentação de companhias de óperas,

²⁶ Estes clubes, considerados por SENNETT (1998) como as primeiras instituições criadas para o discurso privado, no qual se podia selecionar a platéia, suscitando mais prazer nessas interações discursivas (p.111), podem ser destacados entre eles: o Clube Juiz de Fora, o clube dos Fanáticos Carnavalescos, Sociedade Anônima Clube Prado de Juiz de Fora. Com relação ao movimentos associativos temos como exemplo, o Instituto Jurídico Mineiro (1893), a Sociedade de Medicina e Cirurgia (1889), a Academia Mineira de Letras (1909), a Associação de Imprensa de Minas (1909), além de diversas Lojas Maçônicas.

de operetas, de revistas, de comédia, de zarzuelas, nacionais e internacionais no Teatro Novelli²⁷.

Vale registrar a representação dada por Lindolfo Gomes a esse rápido crescimento econômico e urbano da cidade, que foi retratado, já em 1896, em artigo publicado no Almanach de Juiz de Fora:

A população atinge atualmente mais de 15.000 almas e as edificações multiplicam-se progressivamente; em cada rua, em cada canto, dia a dia surgem novos prédios, novos *chalets* [...]. A cidade é quase toda iluminada à luz elétrica [...] abastecida de regular água potável, servida de carros de praça e de uma *ferro-carril* [...]; Juiz de Fora é uma cidade essencialmente cosmopolita e caminha aceleradamente, progredindo espantosamente [...]. A fumarada das fábricas, o burburinho das ruas, o rodar ruidoso dos carros, a grita dos apregoadores enche-nos consoladoramente de animação e suaviza-nos as horas insípidas de trabalho.²⁸

O olhar otimista e romântico deste autor contrasta com uma realidade oposta, configurada pelo paradoxo entre desenvolvimento econômico e suas iniquidades, das quais, podemos citar os problemas de insalubridade e higiene, decorrentes da urbanização desordenada e das péssimas condições de vida e de trabalho de seu operariado, sendo a cidade de Juiz de Fora freqüentemente assolada por epidemias.²⁹

A realidade apontada acima, retrata, ainda, a heterogeneidade desse espaço urbano, marcado pela ascensão e o fortalecimento de novos grupos sociais, entre eles o operariado e a pequena burguesia, impulsionando o debate sobre questões contraditórias presentes na sociedade juizdeforana. Temas que tiveram lugar de destaque nos diversos movimentos associativos da cidade, elevando muitas vezes, a educação popular como um instrumento fundamental para a sustentação deste crescimento, bem como, para a diluição das iniquidades decorrentes do mesmo processo³⁰.

²⁷Ver José Rangel. Como o Tempo Passa. 1940.

²⁸Lindolfo Gomes apud Oliveira, 1998, p.47.

²⁹Sobre isso ver Christo (1994)

³⁰Idem.

2.2. Antônio Carlos na Ambiência Cultural de Juiz de Fora.

A imprensa juizdeforana, espaço formador e difusor de valores e idéias, foi marcada, já no final do século XIX, por intenso dinamismo. Com progressiva expansão e modernização, observadas desde 1870³¹ e seguindo orientações diversas, sejam elas políticas, religiosas, humorísticas, profissionais ou de classe, circularam nesta cidade, centenas de periódicos, entre diários, semanários, revistas, almanaques e poliantéias, que tiveram, na sua maioria, vida efêmera, mas que não deixaram de expressar o pensamento de sua época.

De maior penetração na sociedade e com circulação mais regular, os jornais diários tiveram lugar de destaque na imprensa de Juiz de Fora. Os principais diários que circularam no final do século XIX foram *O Pharol* (1873); o *Diário de Minas* (1888); o *Gazeta da Tarde* (1889); o *Correio de Minas* (1894) e o *Jornal do Commercio* (1896).

Para se ter uma idéia dessa atividade, sabe-se, por exemplo, que no final do século XIX esta cidade possuía mais diários que inúmeras capitais estaduais, como por exemplo a capital do Paraná com apenas dois diários.

O jornal *O Pharol*, originalmente, fundado em Paraíba do Sul (RJ), de propriedade de Thomaz Cameron, transferiu-se para Juiz de Fora em 1873, circulando até 1939. Logo após sua transferência ganhou orientação liberal nas mãos de Charles Dupin, francês que o dirigiu por doze anos, trazendo para a cidade e o para o estado de Minas Gerais, as inovações tecnológicas do setor, entre elas as máquinas de impressão a vapor.

Com a saída deste jornalista em 1885, já como diário, tomou um rumo mais conservador, tendo sido adquirido em 1891, por uma sociedade anônima, da qual faziam parte alguns políticos de orientação claramente monarquista. Passou a representar, neste momento, os interesses da classe mais conservadora dessa sociedade e com grande influência política no município. A partir de 1897, o periódico ganhou uma orientação republicana, nas mãos de Francisco Bernardino.

Segundo Rangel (1940), nesse jornal escreveram figuras significativas da política e das letras em Juiz de Fora e em Minas Gerais, das quais devem ser citados os jornalistas: Charles Dupin, Azevedo Júnior, Oscar da Gama, Silva Tavares,

³¹Surgem os primeiros jornais, já na década de 1870. Entre eles, O Constituinte (1870), O Imparcial (1870) – com orientação abolicionista, O Comercial (1871), A luz, O Paraibuna, O Gazeta de Juiz de Fora, todos de circulação passageira.

Lindolfo Gomes, Heitor Guimarães, Machado Sobrinho, Gilberto de Alencar e os políticos Diogo Pereira de Vasconcelos, Francisco Bernardino, Constantino Paleta, Cesário Alvim, Fonseca Hermes e outros.

Propagador de opiniões que agitaram a vida política local foi esse periódico principal instrumento de veiculação das críticas mais ácidas e contundentes a Antônio Carlos, desde o início da sua trajetória política na cidade.

O *Diário de Minas* fundado por João Ribeiro de Oliveira e Souza, primeiro presidente da Associação Comercial de Juiz de Fora (1897) teve como redatores Heitor Guimarães e Fonseca Hermes, tendo acolhido em suas colunas nomes de relevo nas letras nacionais daquele tempo, entre esses Raul Pompéia, Augusto de Lima, Raimundo Corrêa e Lúcio de Mendonça, além de nomes locais. Segundo Oliveira (1981), foi considerado o marco inicial do movimento literário em Juiz de Fora. Em outubro de 1891 foi incorporado ao Jornal *O Pharol*. (p.27)

O *Correio de Minas* foi fundado por Estevam de Oliveira, republicano convicto que fez de seu jornal espaço de contestação e crítica. Teve Lindolfo Gomes como redator literário. Sua circulação sofrera algumas interrupções até 1904. Em 1913, a direção passou para os filhos de Estevam, adquirindo mais tarde outros donos que imprimiram ao jornal diversas orientações. Circulou até 1930.

Além desses diários, figuraram como importantes veículos de sustentação do projeto político de Antônio Carlos o *Jornal do Commercio* e o *Diário Mercantil*. O primeiro foi fundado por Vicente Leon Aníbal e vendido a Antônio Carlos em junho de 1897, que passou a figurar como seu redator chefe até 1902, quando transferiu a direção do jornal para seu primo João Penido Filho, por ocasião de sua indicação para o cargo de Secretário das Finanças do Estado. Vendeu-o para Francisco Valadares em 1911. Este jornal teve ao longo de sua existência outros redatores, entre eles José Rangel, Augusto Franco, José Maria dos Santos, Albino Esteves, Raul Penido, J. Paixão, Francisco Valadares, Francisco Lins e Mário Magalhães, nomes que se fizeram presentes na trajetória política de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Circulou até 1939.

Em 1912 Antônio Carlos, tendo já assumido o cargo de deputado federal, fundou juntamente com João Penido Filho o Jornal *Diário Mercantil*, que passou na década de 1930 para as mãos de Assis Chateaubriand, como órgão dos *Diários Associados*, circulando até a década de 1980, período em que se tornou o único jornal diário da cidade

Nos primeiros anos de circulação do *Jornal do Commercio*, Antônio Carlos escrevia quase diariamente, deixando explícita, desde o início, sua linha político-ideológica. Comprometido com os ideais liberais de sua época, ou seja, tendo como escopo principal “provocar por aí a atenção dos poderes públicos” em favor das classes produtoras, promovendo assim, o progresso social a partir do “respeito à lei e das garantias da liberdade popular”, o jornal salientava sua “absoluta neutralidade ante as lutas estéreis dos agrupamentos partidários”³².

Este político concebeu a imprensa enquanto espaço organizador da cultura, *locus* de inserção de intelectuais envolvidos em projetos políticos e educacionais. Uma imprensa entendida como uma comunicação integral, pela qual se visavam mobilizar a opinião pública não só no sentido de informar como também no de formar novos valores e idéias. Um instrumento privilegiado de divulgação de suas visões de mundo.

Neste espaço Antônio Carlos buscou uma proximidade orgânica com o mundo da produção, ressaltando sempre o papel essencial das classes produtoras para o progresso de uma sociedade.

Tal implicação pode ser vista em artigo assinado por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, em edição comemorativa da virada do século XX, no *Jornal do Comércio*, através do qual o articulista eleva esse progresso como elemento essencial à ordem moral, intelectual e material da sociedade:

Comemorando a aurora do século XX, o *Jornal do Comércio* presta, com o número de hoje, um tributo devido aos que tem sido os obreiros do progresso desta nobre e generosa terra.

Em rápida síntese, o *Jornal* de hoje consagra o resultado proveitoso que a atividade humana colheu, na metade do século, neste vale fecundo do Paraibuna.

A todos os aspectos esse resultado foi notavelmente feliz na ordem moral, ele está afirmando neste vasto movimento associativo que gira, quase todo, em torno das mais altruísticas idéias: na ordem intelectual, na prosperidade da instrução pública, na elevação do ensino, e principalmente na pujança da imprensa e das letras; na ordem material, pelo incomparável movimento das indústrias, pelo progresso delas, fazendo de Juiz de Fora um vasto empório industrial, um campo ilimitado à ação civilizadora do comércio, e na ordem política, pela sua vigorosa iniciativa em tudo quanto haja interessado à vitória dos princípios democráticos.

O século XX encontra esta zona de Minas transformada em centro de luminosa civilização: e, entretanto, há apenas meio

³²*Jornal do Commercio*, Juiz de Fora, 1º de junho de 1897, p.1, “Antônio Carlos Ribeiro de Andrada assume o jornal do Comércio”.

século que o trabalho humano abre nestas terras o sulco indelével de sua ação. Tem sido forte a geração que aqui vai imperando e que, por isso, merecerá a consideração dos pósteros.

Que os homens do século XX sejam herdeiros desse poder de iniciativa, dessa emulação vigorosa, dessa energia de vontade e dessas qualidades progressistas, eis os votos que fazemos ao assinalar o alvorecer do novo século.³³

Mais tarde, com pretensões políticas bem mais claras que as anteriores, em 1912, já como deputado federal, fundou, juntamente com seu primo, João Penido Filho, o *Diário Mercantil*. Vejamos o que explicita, Penido Filho, na ocasião das comemorações do 1º ano deste jornal:

Em meio dessa luta³⁴, ficou o pujante Partido Republicano Mineiro sem órgão de publicidade que o representasse nesta importante circunscrição de Minas

Para preencher essa lacuna, para representar as idéias e defender o partido de que fazemos parte, foi resolvida, pelo espírito superior de Antônio Carlos e por mim, a fundação do Diário Mercantil, e daí para cá nenhum tropeço se antepôs jamais à sua marcha positivamente triunfante (...)³⁵

Este recorte aponta para as estratégias empreendidas por Antônio Carlos no sentido de afirmar o princípio educativo³⁶ da atividade jornalística, elemento importante de sua atuação diretiva nesta sociedade, fortalecendo a organização partidária (PRM) das elites dirigentes.³⁷

Este político manifestou grande preocupação com a opinião pública que, segundo ele, deveria ser respeitada dentro dos limites da conveniência e interesses públicos, cabendo ao Estado dirigi-la. Concepção que se revela em seu discurso sobre seu programa de governo, apresentado em janeiro de 1926:

³³ *Jornal do Commercio*, 1º de janeiro de 1900, p.1 apud In FÁRIA, Mª Auxiliadora de & FERREIRA, Lígia Maria Leite. Presidente Antônio Carlos: Um Andrada da república. 1998.p.38-9. Ver também OLIVEIRA, Paulino de. História de Juiz de Fora. Juiz de fora. Gráfica Comércio e Indústria. 1966.p177.

³⁴ João Penido Filho refere-se à oposição acirrada sofrida em campanhas eleitorais passadas, feitas por alguns “republicanos históricos” de Juiz de Fora contra esses dois políticos, ainda no início do século XX. (Ver PEREIRA, Lígia M. L. & FÁRIA, Mª Auxiliadora de Presidente Antônio Carlos: Um Andrada da República. O Arquiteto da Revolução de 30).

³⁵ PENIDO FILHO, *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 23 de janeiro de 1913, p.1

³⁶ A definição de princípio educativo proposta por esta pesquisa apóia-se no corpo teórico gramsciano, o qual define tal categoria como um processo educativo que busca difundir elementos essenciais de uma dada cultura – tradição cultural. Este processo formativo pode se dar através das diversas experiências, lógicas, artísticas e psicológicas do indivíduo e não tem uma finalidade prática imediata, mas busca através de uma ação pedagógica não declarada a formação do caráter do indivíduo, através da absorção e assimilação de tais elementos.

³⁷ *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 23 de janeiro de 1912.

Terei continuamente, na mais alta conta as manifestações legítimas da opinião pública, da qual não poderão, nem deverão desviar-se os governos realmente democráticos. O direito que a estes assiste, quando tal fato si dá é o de esclarecer e nortear a opinião, a fim de que, libertando-se de idéias nocivas, ela se mantinha na direção que as conveniências publicas exigem ou aconselharem;³⁸

Demonstra, assim, em seu discurso a posição de um liberal conservador que procurou garantir as liberdades individuais dentro de uma ordem legal estatuída.

Cabe ainda registrar que, no início de sua vida pública em Juiz de Fora, Antônio Carlos teve expressiva inserção em diversos movimentos associativos da cidade. Como membro diretor do Instituto Jurídico Mineiro (1898), foi responsável pela reforma de seus estatutos e na condição de orador representou este órgão no Congresso Jurídico Americano (1899). Foi, também, sócio da Sociedade de Beneficentes de Juiz de Fora, sócio honorário do Grêmio Apolo, membro eleito do Conselho Administrativo da Santa Casa de Misericórdia, sócio honorário da “Sociedade Auxiliadora Portuguesa”, membro da diretoria da “Liga Mineira contra a Tuberculose” (1901), presidente da Sociedade Anônima Clube Prado de Juiz de Fora (1898) e sócio fundador do “Clube dos Fanáticos Carnavalescos”.

Sobre este último, divulgou o *Jornal do Commercio*, em 30 de março de 1897, que tal espaço não se propunha unicamente festejar o carnaval na cidade, mas pretendia proporcionar aos sócios, jogos esportivos, sala de leitura e outras diversões. Esses propósitos foram justificados na coluna de *Vaugirard*, pseudônimo de Heitor de Guimarães, à época redator daquele diário, com as seguintes palavras: “para os que compreendem que a sociabilidade exerce extraordinária influência na educação, no gosto, nos costumes, a nascente sociedade significa um elemento forte para que se estreitem os laços que nos ligam a todos que vivemos em sociedade”.

É interessante perceber a utilização do espaço jornalístico para se legitimar hábitos e costumes de novas formas de sociabilidade, sustentando-se em uma concepção mais alargada do princípio educativo, que se estabelece nas diferentes dimensões da ambiência cultural e social. O jornal situa este clube como um espaço educativo refrator de novos gostos e constituinte de identidades sociais.

³⁸*Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 23 de janeiro de 1912.

ANDRADA, Antônio Carlos R. de, 1926. In: *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 15 de setembro de 1970, p.5.

Além da inserção de Antônio Carlos nesses diversos espaços de sociabilidade, cabe destacar a participação efetiva desse Andrada na Maçonaria. Há registro de sua inclusão na Comissão nomeada pelo Grande Oriente de Minas Gerais, em 1898, para dirigir, ao Grande Oriente do Brasil, uma representação em nome dos maçons do estado, solicitando a reforma da Constituição maçônica.³⁹

Cabe ressaltar que a maçonaria⁴⁰ teve um papel importante no final do século XIX e início do XX no que tange a difusão do ideário republicano. Entre 1870 a 1910 as lojas maçônicas brasileiras tornaram-se centros de discussões e de formação de consensos sobre a República como forma de governo ideal, assumindo estas organizações uma função pedagógica de formação política. Em geral, defendia-se um republicanismo ideal apoiado no positivismo científico, no liberalismo e no civismo, tendo, em certa medida, estreita associação com movimentos e idéias secularizantes.(Cf. SILVA. s/d)

A universalização do ensino laico transformou-se na principal bandeira de luta destas instituições contra o pensamento conservador. De acordo com Barata (1999), os maçons atuavam discretamente nas “sombras” voltando-se estrategicamente para os setores populares através da defesa da escola “laica”, em oposição a estratégia da igreja católica centrada numa educação para as elites. Além disso, buscavam uma harmonização entre capital e trabalho, com a adoção de estratégias de criação de associações operárias e a ampliação do número de escolas voltadas para o operariado.

Barata (1994) sustenta a relação da maçonaria com a construção de uma nova identidade nacional. Esta defendeu a ampliação dos investimentos em beneficência e instrução, como forma de influenciar a reorganização da sociedade e contrapor-se a Igreja. O autor destaca também a atuação dos maçons na imprensa,

³⁹Ver Jornal do Commercio, Juiz de Fora, 29 de junho de 1898, p.2. Ver também PEREIRA & FARIA

⁴⁰A Maçonaria moderna surge na Inglaterra em 1717 como uma sociedade de pensamento. Esta organização esteve profundamente vinculada à nova sociabilidade pré-democrática que se consolidava naquele momento na França, tendo um papel fundamental como difusora dos novos ideais da era moderna, entre eles o republicanismo e o liberalismo. A introdução da ordem no Brasil foi realizada por intermédio de jovens que estudavam na Universidade de Coimbra no início do século XIX. A maçonaria assumiu neste período um caráter antimetropolitano, apoiando o movimento de emancipação política do país. A primeira loja maçônica brasileira surgiu filiada ao Grande Oriente da França, sendo instalada em 1801 no contexto da Conjuração Baiana. A partir de 1809 foram fundadas várias lojas no Rio de Janeiro e Pernambuco e em 1813 foi criado o primeiro Grande Oriente Brasileiro sob a direção de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva (tio-avô do Antônio Carlos biografado neste trabalho). Após a instauração da República ocorre a federalização da maçonaria no país, com a criação dos GOB estaduais, tendo sido o de Minas criado em 1894. (Ver BARATA, Alexandre Mansur. Luzes e Sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910). 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp - Centro de Memória da Unicamp, 1999. v. 1. 199 pp)

nos espaços públicos e na educação (Cf. BARATA apud SILVA. s/d) ⁴¹

Nesse sentido, torna-se relevante reiterar a atuação de Antônio Carlos na imprensa, como em outros espaços de sociabilidade da cidade de Juiz de Fora nos primeiros anos da República, revelando a organicidade deste intelectual, que buscou através de uma ação pedagógica, que ao inserir-se na práxis social, procurou dar maior sustentação ao seu projeto político-cultural.

Como veremos mais adiante, este político sustentou vários projetos educacionais nesta cidade, dando subvenções a diversas escolas, entre as quais figuram várias noturnas destinadas ao operariado de Juiz de Fora, além de um Curso Primário de Artes e Ofício, ligado ao Instituto Politécnico da Academia de Comércio (1909), que o político ajudou a manter através de verbas municipais, quando atuou como agente executivo deste município, revelando-se, assim, indícios de seu comprometimento com a causa republicana.

⁴¹Alexandre Barata, em seu artigo “A Maçonaria e a Ilustração Brasileira” (in Manguinhos, vol. I (1), jul-out., 1994, apud SILVA. (s/d).

2.3. A conjuntura política de Juiz de Fora: Antônio Carlos e sua política de conciliação

A expressão “Minas são muitas Minas” cunhada por Guimarães Rosa, revela a complexidade do processo de ocupação e formação deste estado, historicamente dividido por regiões diferenciadas não só pelos aspectos geográficos, mas, sobretudo, pelos aspectos econômicos, políticos e culturais: um verdadeiro “mosaico mineiro”.

Viscardi (1995) afirma que essa heterogeneidade possibilitou a formação de uma elite mais plural e com interesses diversos, pelos quais estabeleceram conflitos intra-oligárquicos. Para a autora a idéia de uma elite política como bloco monolítico, “a carneirada” como era conhecida a bancada federal mineira, deve ser relativizada, uma vez que se constatou a permanência de dissensões inter-regionais, durante todo o período da primeira República. Alguns setores dessa oligarquia nem sempre atuaram de forma corporativa em defesa dos interesses da economia cafeeira, mas buscaram eixos alternativos de poder atuando, nem totalmente desconectados dos interesses hegemônicos, nem condicionados totalmente por eles (Cf. VISCARDI, 1995, p.4).

Durante os primeiros anos do regime republicano, a história política de Minas foi marcada pela oposição entre as elites da Zona da Mata mineira - maior produtora de café e reduto de republicanos históricos - e as elites da região central, ligadas às atividades mineradoras e com forte tradição monarquista. Os políticos da região Sul buscavam assegurar seus interesses, aliando-se ora aos da Mata, ora aos do centro, estratégia que lhes garantiu uma expressiva participação na bancada estadual e federal mineira, elegendo também um maior número de presidentes do Estado neste período⁴². Embora essa região estivesse economicamente ligada ao café, sua produção ainda era insignificante com relação à Zona da Mata, o que lhe garantia apenas um status de segunda grandeza.

Essa cizânia se constituiu já nos primeiros momentos da República, sendo inicialmente desencadeada pelo descontentamento dos republicanos históricos, concentrados nas regiões cafeeicultoras, contra a indicação do monarquista Cesário

⁴²Dados obtidos por FLEISCHER (1982) apud VISCARDI, 1995, p.6.

Alvim para a presidência de Minas. Fato que favoreceu a ascensão de lideranças políticas da região central, formando as primeiras dissidências entre esses dois grupos oligárquicos. Processo que levou a composição, por parte das principais lideranças da região da Mata e Sul, de chapas alternativas para a Constituinte de 1891, uma vez que, por ora, essas lideranças haviam sido excluídas da chapa oficial.⁴³

Juiz de Fora nas eleições para a Constituinte estadual assumiu ruptura definitiva com Cesário Alvim, convocando um Congresso do Partido Republicano na cidade, realizado em novembro de 1890. Tal encontro resultou no manifesto assinado por várias lideranças, que formalizavam sua oposição à chapa oficial para as eleições de janeiro de 1891. Este documento, ao mesmo tempo em que trazia críticas ao projeto inicial da Constituição do Estado, criticava também, a eleição indireta para governador, a existência de um eleitorado especial para a eleição do Senado e a ausência de autonomia municipal.

Dez anos depois, na virada do século XIX, Estevam de Oliveira, republicano histórico, com intensa participação na propaganda republicana nesta cidade, faz uma alusão a esse movimento, evidenciando seu caráter contestador:

A Proclamação da República veio encontrar em Juiz de Fora, cabeça do décimo distrito eleitoral, perfeita organização partidária, doutrina do sistema político que tem feito a grandeza da União Americana.

Numericamente o partido republicano era muito mais pujante no outrora nono distrito, onde, por ocasião do famoso Gabinete Ouro Preto, foram batidos em toda a linha, na memorável eleição de agosto de 1889, os partidos monárquicos coligados, não obstante a pressão e a corrupção desenvolvidas pelo governo, em desespero de causa. Mesmo no sexto distrito, de que era sede São João Del Rei, tinha o partido maior número de adeptos, tanto que também se fizera representar no parlamento imperial, naqueles dias de lutas gloriosas.

Mas em Juiz de Fora residia o pensamento dominante da nova cruzada. Tinham aqui moradia chefes proeminentes do partido; publicava-se ainda aqui o mais autorizado órgão da propaganda da província; era finalmente, deste centro intelectual que se irradiava, ardoroso, o calor do combate sem trégua.

Daí a circunstância de se realizar nesta cidade o grande Congresso republicano, justamente quando o último gabinete da monarquia, procurando despertar nos mineiros o já extinto sentimento monárquico, trazia à província o imperador (...) para

⁴³Por volta de 1890, políticos dissidentes formaram uma coligação político-religiosa, o partido católico, configurando-se como chapa de oposição que concorreu à eleição da Constituinte Federal. Figuravam nesta chapa o bacharel Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (pai) e João Penido, Carlos Peixoto, Silviano Brandão, Virgílio de Melo Franco entre outros.

esmagar a hidra da anarquia.

Eis, em traços largos, a origem da influência e da supremacia que o espírito republicano de Juiz de Fora tem exercido direta ou indiretamente, nos destinos da política mineira, durante o decênio transcorrido.

Se essa influência não se corporificou ainda, concretamente, na escolha de homens do seu seio para o exercício do supremo poder político no Estado, nem por isso se afigurará menos eficaz e positiva a imparcialidade. E em um partido assim instruído na pureza doutrinária do regime é naturalíssima a supremacia espiritual (...) ⁴⁴

Diante da “da positiva imparcialidade” e da “pureza doutrinária” apontadas por Estevam, as lutas em torno das idéias republicanas refletiam mais do que posições ideológicas divergentes, mas a convicção de que a liderança política do Estado deveria caber aos centros mais dinâmicos economicamente, no caso a Zona da Mata. ⁴⁵

Sobre essa pluralidade de interesses, Viscardi (1995) aponta dois momentos nos quais ela se manifesta: na discussão sobre o estabelecimento da autonomia municipal e na discussão sobre a mudança da capital. ⁴⁶

Com relação a autonomia, defendida com êxito pelos deputados da região cafeeira, engendrava duas motivações principais, uma de caráter econômico, na medida em que a autonomia municipal representava a possibilidade da ancoragem dos excedentes provindos da exportação do café para o município produtor, e a outra de caráter político, pois possibilitava o fortalecimento das lideranças locais.

Os deputados das regiões não produtoras de café, por sua vez opunham-se a esta autonomia, na tentativa de viabilizar a distribuição desses excedentes para todas as regiões do Estado.

Ilustra bem esse debate, o parecer apresentado por Francisco Bernardino, então presidente do Conselho de Intendência do Município de Juiz de Fora - cargo

⁴⁴Ver PEREIRA & FARIA, 1998.

⁴⁵Sobre isso ver RESENDE, Maria Efigênia Lage de. .Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906. Belo Horizonte. UFMG. PROED. 1982. p 51.

⁴⁶Com relação à mudança da capital a divergência entre as regiões foi bem mais nítida. Os políticos da Mata e do Sul pretendiam enfraquecer seus opositores, o grupo alvinista, que se concentravam na região mineradora, se empenhando na transferência da capital do estado para Juiz de Fora. Contenda que só se resolveu com a construção de Belo Horizonte, uma meia vitória das elites cafeicultoras, pois apesar de não alcançarem o objetivo de localizar a capital no centro econômico do estado, conseguiram neutralizar, em parte, o poder das lideranças mais tradicionais de Minas estabelecidas, sobretudo em Ouro Preto.

que assumiu logo após a exoneração coletiva dos membros desse Conselho, em outubro de 1891, tal parecer visava a prorrogação do pagamento dos impostos anuais. Segundo este intendente o intuito do parecer era de resgatar as “faculdades essenciais e orgânicas” da Câmara Municipal, garantindo-lhe poder deliberativo e soberano sobre assuntos de interesse do povo:

Segundo os princípios de Direito Público, o imposto só é legítimo quando votado pelos contribuintes ou seus representantes e, por outro lado, a administração municipal só é legítima quando eleita pelo Município. Em uma palavra, só existe administração municipal quando eleita pelo povo. Onde não há representação não há imposto. Imposto sem representação é tirania, eis o axioma fundamental (...) de todas as Democracias disciplinadas.(...) Pela aplicação e efetividade desses princípios, exercendo esse Direito, que é o Direito político por excelência, o cidadão salva a sua integridade moral, sua independência e dignidade a autonomia do Município; o cidadão, soberano e invencível em sua, cora assim as garras do despotismo. Enquanto o cidadão não se dispuser a negar o imposto aos governos ilegítimos o Brasil não terá eleições regulares, O Brasil não se governará.⁴⁷

Vê-se clara, já neste momento, a intenção do político em marcar sua oposição diante de um governo, segundo ele, ilegítimo, não só pela ausência de representatividade, mas também, pelo fato de que esse poder instaurado representava um despotismo cerceador da autonomia soberana do Município.

Tal oposição acirravam as pressões dos chamados republicanos radicais que contribuíram para o enfraquecimento do grupo alvinista. Coligação essa, que saiu, temporariamente da cena política mineira devido à renúncia de Deodoro e à conseqüente queda de Cesário Alvim.

No entanto, as dissidências persistiram nos governos posteriores⁴⁸, tendo como implicação a formação de um partido de oposição: o Partido Republicano Constitucional Mineiro (PRCM), fundado em 1893, com o intuito inicial de fortalecer a candidatura de Silviano Brandão para a presidência do Estado (1898). O núcleo fundador deste partido foi precisamente a ala dissidente republicana, que se reuniu em 1890 em Juiz de Fora, naquele congresso citado anteriormente. Essa agremiação partidária teve suas diretrizes frustradas por Silviano já, quando este assumiu a direção do partido, em 1896, contrariando as expectativas de suas bases,

⁴⁷Exposição de motivos de Francisco Bernardino apresentada à Câmara Municipal de Juiz de Fora em 1891. In: OLIVEIRA, 1966, p.139.

⁴⁸Foram eles o mandato de Afonso Pena (1892/1894) e o de Bias Fortes (1894/1898).

procurando já naquele momento reunir fortes lideranças regionais com interesses econômicos diversos.

Político da região Sul, que uma vez no poder (1898), aliou-se ao grupo alvinista, afastando os radicais da Mata. Sua atuação possibilitou nesta ocasião a concretização efetiva da “política de conciliação de interesses”. Dinâmica essa, que permitiu o fortalecimento político de Minas em âmbito nacional, favorecendo sua aproximação com São Paulo.(C.f.RESENDE apud VISCARDI, 1995, p.12)

Viscardi (1995), no entanto, relativiza esse processo, apontando-o como uma vitória provisória de uma determinada facção regional, pela qual, não haveria correspondência entre os interesses dessas elites políticas majoritárias com os interesses das elites que representavam o poder econômico na região da Zona da Mata.

Neste caso, afirma, ainda, a autora, que “a chamada “conciliação mineira” representou uma derrota de uma facção política concessionária de setores relativamente mais *modernos* do Estado, em contraposição a um grupo tradicionalmente ligado às hostes monárquicas e ao conservadorismo” (VISCARDI, 1995, p.12).

Deste modo, o processo de sucessão de Bias Fortes por Silviano Brandão para a presidência do estado de Minas, desencadeou profunda crise na política mineira, configurada por um quadro de rígido monopartidarismo, dominado pela ação disciplinadora do PRM. Este partido conseguiu, através de um “oficialismo ascendente”, afastar qualquer facção dissidente⁴⁹.

A formalização de sua candidatura ocorreu em setembro de 1897 em Ouro Preto. Seu transcurso deu-se através de arranjos políticos ratificados em uma reunião seletiva e oficiosa, que excluía importantes figuras do processo político, revelando, aí, uma ação monolítica do partido Republicano Mineiro.

No entanto, a reação do grupo anti-silvianistas foi imediata, produzindo protestos contra a formação dessas comissões “oficiosas”, compostas por membros congressistas que tinham nas mãos a indicação de candidatos à presidência e vice-presidência do Estado. Em contrapartida, os anti-silvianistas defendiam a retirada do poder deliberativo dessas comissões, propondo a transferência deste poder para uma Convenção que deveria ser formada por delegados nomeados pelos diretórios do

⁴⁹Ver RESENDE, Maria Efigênia de. P.143-5

partido. Essa Convenção foi realizada em dezembro de 1897, tendo sido liderada por Mendes Pimentel, que tornou pública tal indignação, registrada em manifesto assinado por 35 congressistas. Foi neste contexto que Antônio Carlos Ribeiro de Andrada iniciou sua trajetória política em Juiz de Fora.

No ano de 1897, foi realizada na cidade a assembléia do partido republicano local, com o objetivo de eleger seu delegado e indicar candidatos aos cargos de Presidente da Câmara e de vereadores (gerais e especiais). Esta assembléia teve, então, sua pauta de discussões estendida em torno da contenda referida anteriormente, no intuito de manifestar sua adesão aos dissidentes da reunião de Ouro Preto. Com o objetivo de se posicionar diante da proposta dos dissidentes, no que se referia a implementação do escrutínio prévio, como modo de escolha de candidatos aos cargos de presidência e vice-presidência do Estado.

Nessa reunião foram propostos alguns pareceres, saindo vitorioso o apresentado por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, publicado no *Jornal do Commercio* de Juiz de Fora, do qual era esse político proprietário e redator chefe⁵⁰

(...) visava condenar o sistema prévio até hoje adotado pelo partido Constitucional, a praxe injustificável graças à qual conseguiu dominação onipotente e em moda na política mineira, constituída pela indicação de candidatos por deputados e senadores arvorados indevidamente em membros de comissões diretoras de pleitos eleitorais.

O manifesto da facção rebelou-se contra o partido mal orientado, fê-lo em nome desse mesmo princípio, protestou contra as normas injustificáveis, bradou pela verdade eleitoral, pela liberdade e independência do eleitorado na escolha de seus mandatários.

Significado diverso não tem o substitutivo votado.

Nele se prescreve como norma invariável para a escolha de candidatos a mesma em defesa da qual se separam do partido Constitucional os signatários do aludido manifesto – o escrutínio prévio.

O propósito dominante da assembléia foi realmente o de prestar apoio à dissidência que surgiu na reunião de 1º de setembro, e se essa adesão é de valor por partir dos republicanos de um dos mais importantes municípios de Minas, sobe de pronto seu alcance, desde que se considere ter sido a mesma apoiada por homens de posição e responsabilidade política, como sejam os senadores federais Dr. Feliciano Pena e Fernando Lobo e o deputado Dr. Luís Detsi, que por essas formas aditaram positivamente a doutrina sustentada pela dissidência republicana quanto à escolha de candidatos de cargo popular.

⁵⁰Ver PEREIRA, Lúcia & FÁRIA, Maria Auxiliadora, 1998.

Apesar da forte resistência e do intenso debate que marcaram a dinâmica interna dos diretórios locais, as lideranças dissidentes e as silvianistas acabaram por estabelecerem um acordo, legitimando a candidatura de Silviano Brandão para a presidência do estado e constituindo as bases orgânicas do Partido Republicano Mineiro (PRM). A partir daí, com a combinação de novos poderes legais, violência e fraude eleitoral, Silviano e seus aliados forjaram uma “máquina estadual unificada”, o PRM, que com sua Comissão Executiva, a “Tarasca”, conseguiram estabelecer o controle político em Minas por toda a Primeira República.

Ainda por algum tempo, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada manifestou-se publicamente na imprensa contra as estratégias “perniciosas” operadas por Silviano Brandão, que visava através de sua política neutralizar a atuação dos republicanos dissidentes da Zona da Mata, numericamente em desvantagem com relação às hostes situacionistas.

Sobre a atuação deste Andrada no período referido, nos fala Afonso Arinos de Melo Franco:

Durante os anos que passara inativo na capital da Zona da Mata (Juiz de Fora) Antônio Carlos se especializara em estudos econômicos e financeiros, publicando sobre eles, na imprensa, amudados trabalhos. Também fez jornalismo político e por vezes com violência surpreendente para quem o conheceu tão britanicamente polido na madureza e na velhice. Pertencente ao grupo moderado combateu apaixonadamente, no seu jornal, a candidatura de Silviano para suceder a Bias Fortes, chegando a escrever do candidato que era um flagelo político para o Estado, por manejar aquele senador mineiro, com rara habilidade, as armas da perniciosa corrupção.⁵¹

Em 1889, já figurava Antônio Carlos como membro diretor do Partido Republicano de Juiz de Fora, composto também por João Penido Filho (seu primo), Constantino Paleta, João D’Ávila, Ambrósio Braga, Duarte de Abreu e Assis Fonseca. Naquele ano, juntamente com alguns membros desta nova diretoria, foi responsável pela reorganização dos diretórios dos diversos distritos desse município, atividade pela qual se empenhou frontalmente o Andrada.

Curiosamente, percebe-se neste momento uma diluição das divergências entre o diretório do partido republicano local com relação ao governo de Silviano

⁵¹Afonso Arinos de Melo Franco, citado por PEREIRA, Lúgia Maria & FARIA, Maria Auxiliadora. 1998. p.86.

Brandão, justamente na figura de Antônio Carlos, que manifestou seu apoio incondicional, fazendo-se representar ao presidente do estado, quando de sua visita à cidade, em março de 1899.

Desse fato o *Jornal do Comércio* registrou o discurso do Andrada que, em nome do povo e da imprensa de Juiz de Fora, aclamou que seriam sempre “aplaudidos os demais atos que forem pautados por um verdadeiro patriotismo e pelos ditames da justiça, como é de se esperar da alta capacidade política e administrativa do Dr. Silviano e de seus auxiliares”⁵².

Essa posição, claramente conciliatória, rendeu-lhe lugar cativo no recém criado PRM, garantindo ao político, posteriormente, vôos mais elevados na política mineira.

Outro fato que revelou sua habilidade para a conciliação se referiu à questão da cobrança do imposto territorial, proposto pelo governo de Silviano, em consonância ao plano de austeridade fiscal do presidente Campos Sales. Antônio Carlos, juntamente com outros políticos da Mata, demonstrou notável habilidade de negociação diante da forte resistência dos cafeicultores a essa nova tributação, propondo um novo projeto de lei que abrandasse os ânimos desses agricultores.⁵³ Esses artifício tornou-se indispensável ao PRM, trilhando rápida ascensão nesta organização.

Apesar de seu apoio confesso e de sua preocupação com os interesses e reivindicações da classe produtora, em particular dos cafeicultores, Antônio Carlos manteve no decorrer de toda sua trajetória política uma posição moderada, valendo-se de um incondicionalismo que lhe rendeu, também, profundas críticas no seio da sociedade juizdeforana.

Um episódio, que marcou sua dissensão relativa às posições estabelecidas pela classe produtora, desencadeada a partir de crítica publicada em seu jornal, onde se declarou frontalmente em desacordo com a posição tomada pelo Centro da Lavoura, liga de cafeicultores que buscaram, através de manifesto publicado em 1901, incitar os produtores da Mata ao não pagamento do imposto territorial, então criado pelo Congresso Mineiro.

Considerada por ele uma atitude hostil à organização constitucional, uma

⁵²Ver *Jornal do Commercio*, 08 de março de 1899, p.1.

⁵³Conseguiram diminuir em 2% o imposto sobre a exportação e adiando temporariamente o imposto territorial para o próximo ano.

posição precipitada, violenta e ilegal, Antônio Carlos adverte:

Não é com o incitamento à desobediência à lei que se há de educar o civismo deste povo. O respeito rigoroso das leis é a argamassa com que se solidificam as grandes nacionalidades e o apanágio mais brilhante das consciências educadas nos princípios do mais nobre civismo.

Quando Kriton quer convencer Sócrates que deve fugir para evitar uma morte injusta, Sócrates se nega com o fundamento de que se a sentença, injusta como é, é, todavia legal. .

Se os juízes fizeram mal em pronunciá-la, ele faria pior em não se sujeitar às leis de Atenas, porque o cidadão que goza da proteção e dos direitos que uma cidade lhe confere, tem com ela o pacto tácito de respeitar as suas leis (...)

(...) O estímulo em prol da desobediência das leis é, assim, atentado contra o amor da pátria e contra o respeito devido às instituições políticas (...) ⁵⁴

Sua posição foi contestada violentamente por Melo Brandão, um dos signatários desse manifesto, que rebateu as às críticas anteriores, publicando sua réplica no jornal *O Pharol*, diário da imprensa de Juiz de Fora, que fazia franca oposição a Antônio Carlos naquela ocasião, da qual transcrevemos o seguinte trecho:

(...) O exemplo de Sócrates não convém à lavoura, que está justamente repelindo a taça de cicuta preparada na oficina governamental pelos boticários que a querem assassinar. Se o conselho do pré-histórico Kriton coubesse no caso, nós preferiríamos seguí-lo a acompanhar o ato do protótipo da sabedoria antiga. Estávamos longe de esperar que de um amigo partisse um conselho tão inesperado e pérfido. ⁵⁵

Apesar desse incondicional respeito à ordem estabelecida, ao alçar vãos mais altos, nos cenários da política estadual e federal, Antônio Carlos sempre buscou defender os interesses dessa classe, porém, como bom articulador que era, buscou sempre o caminho da conciliação, mediada por sua perspicácia e destreza tão aludidas por seus contemporâneos. Das quais se recortou a de Dario de Almeida Magalhães, que faz uma alusão ao seu desempenho na revolução de 30:

O Andrada mineiro iria mostrar que não apenas a raposa, mas também leão, ou seja um político completo, atento ao conselho de Maquiavel: ‘A força é ineficiente sem a astúcia; a astúcia sem a força é impotente. É necessário, assim, unir uma à outra, imitar ao

⁵⁴*Jornal do Commercio*, Juiz de Fora, 25 de janeiro de 1901, p.1. apud PEREIRA, Lígia M^a. & FARIA, M^a Auxiliadora, 1998. p.90

⁵⁵*O Pharol*, 29 de janeiro de 1901, p.1 idem página 91.

mesmo tempo o leão e a raposa. O leão não sabe livrar-se de uma cilada, a raposa não sabe defender-se dos lobos.⁵⁶

Antônio Carlos, como representante, também, de uma categoria político-intelectual, teve, em Juiz de Fora, em certa medida, um papel definidor para sua política econômica e cultural.

Wilson Cid, jornalista de Juiz de Fora, faz a seguinte análise⁵⁷:

“Antônio Carlos fez a transição entre o baronato do café e a industrialização. Isso ajudou a formar uma hegemonia política em Juiz de Fora muito importante. E ele foi o símbolo disso. Quer dizer, como o mais legítimo executor do poder. [...]. Ele e o João Penido representavam o poder político dominante na cidade, e não era só isso, era o poder de pensamento, a intelectualidade [...] vamos perceber que a vinda do capital da cafeicultura para a zona urbana que estava na indústria, e por isso a cidade se tornou um grande centro industrial na época, é uma transmissão de capital também. O capital da cafeicultura vindo para cá. E é por isso também que se criou aqui uma elite muito poderosa. Na minha opinião, Antônio Carlos teve grande acuidade exatamente em liderar esse capital que chegou de fora e se instalou aqui para a indústria. Tanto é que logo ele se queixa da carga tributária em cima. Quer dizer não em cima dele, mas em cima dos que ele liderava [...] Não acredito que ele tivesse gosto pelas atividades industriais, pelas atividades urbanas, mas tinha consciência da importância que exerciam no desenvolvimento, na economia (...).” (CID apud in FARIA & PEREIRA, 1998, p.98).

Reitera Cid que os Andradas nunca tiveram, na verdade, uma relação muito direta com a produção industrial, mas sim “um amor pela política, pelo exercício da política” (idem).

No âmbito mais local, com relação aos arranjos políticos formados em Juiz de Fora, no início do século XX, onde eram acirradas as divergências entre as diversas facções políticas ali existentes. Pode-se notar que Antonio Carlos enfrentou significativa oposição por parte de algumas lideranças locais, tendo na figura de Duarte de Abreu seu principal opositor. As eleições de novembro de 1907, que levaram Antônio Carlos à direção do município, foram um marco importante para a sustentação de sua autoridade política nesta cidade. Sobre isso, lembrou Nava (1974):

⁵⁶Citado por PEREIRA, Lígia M^a Leite & FARIA, M^a Auxiliadora. 1998, p. XVII.

⁵⁷Entrevista concedida, em 27 de novembro de 1995, às autoras de Antônio Carlos: Um Andrada na República. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1998.

Juiz de Fora já não era mais dele [Duarte de Abreu]. O grupo vencido em 1905[...], venceria, em 1908, Antônio Carlos, e passaria a dominar por longos anos a política de Juiz de Fora. [...] cedo ou tarde, o Andrada estava destinado a tomar conta da posição. Praticamente não tinha adversário senão o Dr. Duarte⁵⁸⁵⁹

Tal oposição, de certa forma, neutralizada nos anos seguintes pela ação personalista do político andradino, ficou evidenciada naquela ocasião, antes mesmo deste assumir o cargo de Agente Executivo e Presidente da Câmara de Juiz de Fora. Ocasião em que sofreu uma Contestação de Poder, representada por Dilermano Cruz, em 27 de dezembro de 1907, que se referia à inelegibilidade de seu pleito para vereador do distrito de Rosário.

O parecer do desembargador Resende Costa foi favorável a Antônio Carlos, tendo em vista as documentações apresentadas por este político, que comprovavam seu domicílio e exercício profissional na cidade de Juiz de Fora desde 1894 até 1902; sua eleição para vereador geral desta cidade em 1900 e a aquisição de imóvel para sua residência em 1905, que desde sempre conservara mobiliada, foram suficientes para confirmar sua eleição para vereador daquele distrito.

Este conjuntura aponta para uma relativa instabilidade política na região, imprimindo, de certa maneira, uma maior necessidade de legitimação por parte de Antônio Carlos de sua autoridade e credibilidade política. Fato que o teria levado buscar diferentes estratégias de ação que lhes garantissem sua sustentação neste cenário político, justificando, em parte, a relevância dada por este ator, por exemplo, ao palco das cerimônias dos grupos escolares.

Pode-se dizer, portanto, que Antônio Carlos apresentou-se diante do cenário descrito anteriormente, como um político que se queria completo, projetando-se no espaço urbano de Juiz de Fora de forma orgânica. Trilhou seu caminho e assentando as bases de seu projeto político-cultural, a partir de uma atuação personalista e mediadora, elementos essenciais para sua política de conciliação.

⁵⁸NAVA, Pedro. Baú de Ossos, 1974, p.283.

2.4. A organização do sistema educacional de Juiz de Fora nos primeiros anos do século XX: Os grupos escolares e suas cerimônias

O dinamismo econômico e cultural retratado nos itens anteriores refletiu sobremaneira no setor educacional desta cidade. Dentre as melhorias estabelecidas por tal desenvolvimento, figura a expansão de sua rede escolar, tanto privada quanto pública, com a criação de diversos estabelecimentos de ensino primários, secundários e também superiores.

De acordo com os documentos pesquisados foi possível levantar alguns dados significativos sobre a organização do sistema educacional de Juiz de Fora até 1912⁶⁰. Pela análise, pôde-se perceber claramente uma expansão de sua rede de ensino através de estatística⁶¹ realizada em 1913, pela qual, registra-se a criação de inúmeras escolas nas primeiras décadas do século XX. Figuram naquele censo um total de 72 estabelecimentos de ensino em todo o município de Juiz de Fora, sendo 31 no distrito da cidade (zona urbana) e 41 nos demais distritos.⁶²

Da relação de 31 escolas urbanas existentes, 21 eram da rede particular e 10 da rede pública, perfazendo-se, em ambas as redes, um total de 3.904 alunos matriculados em seu perímetro urbano. Das dez escolas sustentadas pelo poder público, cinco eram mantidas pela Câmara Municipal e as outras cinco pelo governo do Estado. As estaduais – que compreendiam três grupos escolares e duas escolas noturnas – atendiam a 87,56% dos alunos matriculados no setor público (1401 alunos), ficando as escolas municipais com apenas 12,44% deste contingente (207 alunos).

Com relação à rede particular, dos vinte e um estabelecimentos apontados no censo, dez ofereciam ensino secundário, totalizando um percentual de 80,27% dos

⁶⁰Com relação às informações que se seguem, faz-se necessário esclarecer que devido às incongruências e lacunas presentes nos documentos – mapa da estatística, os relatórios da instrução pública municipal e as fichas das escolas pesquisadas – não foi possível precisar com exatidão o número de alunos matriculados. Deste modo, o objetivo aqui não foi apresentar dados incontestes, mas sim oferecer ao leitor um panorama geral e concreto da organização escolar deste município naquele momento.

⁶¹Ver Mapa da Estatística Escolar (1913): FCM:RV:pasta 02/série 156.DAH/JF – Departamento de Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora - MG

⁶²Eram os seguintes os distritos que faziam parte do município de Juiz de Fora neste período: Sarandy, Chácara, Sant' Anna do Deserto, São Francisco de Paula, São Pedro de Alcântara, São José do Rio Preto, Paula Lima, Porto das Flores, Água Limpa, Mathias Barbosa, Rosário. As escolas que funcionavam nestas localidades eram todas mantidas ou subvencionadas pela Câmara ou pelo governo do estado, diferentemente da rede urbana (distrito da cidade), composta também por estabelecimentos particulares.

2.296 alunos matriculados nessa rede. As demais escolas particulares ofereciam apenas o ensino primário, figurando com um número bem menor de 453 alunos matriculados.

Das instituições de ensino secundários existentes até aquele momento, alguns permaneceram na cena educacional de Juiz de Fora até a atualidade. Como o Instituto Granbery da Igreja Metodista (1890); a Academia de Comércio (1894); o Colégio Stella Matutina (1902) e o Colégio Santa Catarina (1900). Além destes existiram, também naquela época, o Colégio Mineiro Americano (1890), o Colégio Lucindo Filho (1911) – dirigido por Machado Sobrinho, o Ginásio Santa Cruz, o Externato Parochial (s/d), o Gymnásio de Minas (1913) – antigo Colégio Malta e o externato Delfino Bicalho (1909). O único estabelecimento de ensino secundário público existente no município foi a Escola Normal Oficial de Juiz de Fora, fundada em 1894 e fechada no final de 1906, para a instalação em seu prédio dos primeiros grupos escolares da cidade. Esta escola somente foi reaberta no ano de 1928, no governo de Antônio Carlos.

Duas daquelas instituições de ensino secundário, o *Instituto Grambery* e a *Academia de Comércio*, já naquele ano, ofereciam ensino superior, o primeiro com o curso de Farmácia e Odontologia (1904) e o segundo com o Instituto Politécnico (1909).

Do exposto, percebe-se que o setor privado, além de atender a um número maior de alunos entre 7 a 14 anos (58,81% do total geral de matrículas), concentrou-se, também, no ensino secundário, tornando-se pólo de atração de estudantes das cidades vizinhas. Outro aspecto que chama a atenção é a expressividade do número de escolas secundárias nesta cidade, se considerarmos sua dimensão populacional até os meados daquela década – cerca de 30.000⁶³ habitantes. O que denota, em certa medida, a intensidade deste setor, que já nos primeiros anos do século XX, tornou-se uma referência na área da Educação para as demais regiões do estado de Minas Gerais.⁶⁴

Ainda sobre a rede particular de ensino, observa-se que a quase totalidade destas instituições, tanto os estabelecimentos secundários como as escolas primárias, eram mantidas por diversas congregações religiosas. Destas merecem ser citadas as escolas de ensino elementar, como a Escola Evangélica Alemã (1888), as Escolas de

⁶³Ver Album do Município de Juiz de Fora. Albino Esteves (1915).

⁶⁴Sobre isso ver José Rangel (1940); Dalva Carolina de M. Yazbeck (1998).

São Geraldo (feminina e noturna) - mantidas pelas irmãs de Santa Catarina, a Escola Bom Pastor - para meninas, o Externato Paroquial São Roque (1908) e a Escola Externa Primária Metodista (1913). Escolas estas, que tinham, na sua maioria, características comuns: oferecerem ensino primário de caráter confessional e filantrópico, recebendo algumas destas, subvenções por parte do poder público.

Nota-se, portanto, nesse contexto, uma atuação expressiva das instituições religiosas existentes na cidade. De confissão católica ou protestante, todas se empenharam na defesa de seus projetos educacionais, numa tentativa de concorrer com o projeto laico do Estado, buscando sustentar sua ideologia através de uma ação pedagógica efetiva no âmbito das classes populares.

Sobre as escolas sustentadas por verbas municipais, segundo o censo citado e o relatório do inspetor escolar Albino Estevam de 1913, a Câmara mantinha um total de sete escolas na zona urbana. A maioria destas instituições era noturna, funcionando em áreas suburbanas para atender à classe trabalhadora. Somente a Escola Noturna do Centro das Classes Operárias (1908) e a Escola Noturna da Sociedade de São Vicente de Paulo (1908) funcionavam no centro da cidade. Segundo o censo, existiam também mais duas escolas noturnas estaduais, uma delas anexa ao grupo de Mariano Procópio e a outra anexa ao 1o grupo de Juiz de Fora ⁶⁵.

Pode-se se dizer que a organização desta rede de escolas noturnas, mantidas por verbas públicas e voltadas para atender à classe operária, principalmente no que tange a organização nos moldes mais racionais de escolarização encontrados nos grupos escolares, integrava-se, claramente, ao dinamismo econômico de Juiz de Fora e ao projeto cultural e educacional elaborado pelas elites industriais desta cidade, aproximando a escola ao trabalho fabril e, imprimindo uma nova ética ao mesmo, cuja força disciplinadora e organizativa ganhou centralidade na formação da classe trabalhadora. (Cf. YAZBECK, 2006)

De acordo com o que foi apresentado anteriormente, sabe-se com relação à rede estadual de ensino que os grupos escolares foram responsáveis pela quase totalidade de matrículas oferecidas pelo poder público (cerca de 88%). Até aquele período existiam na cidade três grupos, que foram criados a partir de 1906, em decorrência da Reforma do Ensino Primário, empreendida no governo de João Pinheiro (1906/1908).

⁶⁵Esta escola anexa que funcionava no mesmo prédio dos grupos centrais da cidade, mais tarde, em 1926 elevou-se a Grupo Estadual Estevam de Oliveira.

Dado o valor histórico que encerra a constituição destas instituições, marco do processo de padronização e modernização do sistema educacional brasileiro, cabe aqui, uma descrição sucinta sobre a organização deste novo espaço público.

A criação dos grupos escolares esteve diretamente ligada ao movimento republicano. Influenciado pelas idéias do liberalismo e do positivismo, importadas da Europa e da América do Norte, este movimento buscou a “atualização histórica” do país a fim de integrá-lo à civilização ocidental moderna. Neste caso, a educação popular tornou-se um eficiente instrumento para a construção de um Estado Republicano Democrático, sendo atribuída à escola a tarefa primordial de conscientização dos deveres de cada cidadão. (Cf. REIS FILHO, 1995)

A partir desse ideário, a institucionalização dos grupos escolares materializou as expectativas inovadoras e modernizadoras dos estados brasileiros. Essas escolas constituíram-se como símbolo da racionalização do ensino elementar e da modernização educacional e social no início da República. Foram projetados com novos padrões de disposição do espaço e do tempo escolar, que permitiriam uma ação pedagógica mais eficiente, disciplinadora e pautada nos princípios do civismo, da moral e da higiene.

Este novo modelo institucional ajustou-se plenamente a uma escolarização de massa apropriada aos centros urbanos mais populosos, tendo representado uma das mais importantes inovações educacionais do século XIX. (SOUZA, 1998, p.20).⁶⁶

Sua composição se deu pela reunião em um só prédio de quatro a dez escolas isoladas, estabelecendo a organização vertical do ensino, ou seja, a escola seriada. Essa organização dava-se a partir da classificação e agrupamento dos alunos em níveis ou graus sucessivos, seguindo critérios de homogeneização definidos, em geral, pela idade cronológica. Tal padrão seriado se contrapunha ao modelo de escolarização dominante à época, que atendia em uma mesma classe crianças em diferentes idade e níveis de aprendizagem: as escolas isoladas ou multiseriadas.

Além dessa racionalização estrutural e em conformidade com as prescrições legais, os grupos escolares sofreram, ainda, uma forte padronização

⁶⁶Sua idealização decorreu da experiência da Escola-Modelo criada por Caetano de Campos para atender aos alunos do 3º ano da Escola Normal de São Paulo desde 1890, tendo sido criados em 1892, neste mesmo estado, os primeiros grupos escolares do país. (Ver REIS, 1995; SOUZA, 1998)

administrativa, concernente não só aos programas, ao calendário, ao material didático e à frequência, como também, aos padrões de avaliação, estabelecendo, assim, critérios rígidos de promoção dos alunos aos níveis seguintes. Tal modelo pretendia uma divisão mais racional do trabalho escolar, que possibilitasse uma maior eficácia da ação pedagógica, em contrapartida, estabeleceu ainda critérios rigorosos de seleção e classificação dos alunos, legitimadores de altos índices de repetência e evasão escolar.⁶⁷

Em Minas Gerais os grupos escolares foram instituídos a partir da Reforma do Ensino Primário e Normal (dec. nº 1960/12, dez. 1906), estabelecida no governo de João Pinheiro (1906/1908).

Voltado para o modelo norte-americano de desenvolvimento, João Pinheiro ganhou notoriedade na política mineira pelo seu caráter empreendedor, deixando clara sua convicção de que o atraso da sociedade brasileira só seria resolvido com uma educação voltada para o trabalho⁶⁸. Para isso, era necessário um projeto que buscasse “a racionalização do setor agrário e a criação de um sistema educacional pragmático, profissionalizante, diferenciado, pouco teórico, eficiente e em sintonia com uma sociedade industrial” (BOMENY, 1993, p.35).

Sua reforma com orientações claramente pragmática e profissionalizante assumiu também um caráter centralizador. Buscou a partir da criação de um sistema efetivo de inspeção escolar garantir um maior controle sobre o trabalho docente⁶⁹.

Como elementos da inspeção Geral do Ensino, cabiam, também, aos diretores dos Grupos Escolares essa ação fiscalizadora e disciplinadora sobre todos os atores escolares, devendo sempre prestar informações e esclarecimentos ao governo do Estado sobre as atividades de tais instituições, através de seus relatórios anuais (art. 26 e 27).

Sobre os relatórios produzidos pelos inspetores e diretores, Faria Filho

⁶⁷Sobre o movimento de evasão e repetência nos grupos escolares, ver Reis Filho (1995) e Yazbeck (2006).

⁶⁸Adepto ao industrialismo, ideologia de sua época que atribuía à indústria valores como progresso, emancipação econômica, independência política, democracia e civilização, defendeu o ensino industrial e manufatureiro como um poderoso instrumento para a solução da “questão social”, com funções corretivas e moralizadoras. (Ver CUNHA, s/d, p.17)

⁶⁹A inspeção escolar abrangia duas dimensões de atuação: a administrativa e a técnica. A inspeção administrativa era exercida permanentemente pelos inspetores escolares municipais e distritais, e, extraordinariamente, pelos inspetores técnicos ambulantes. Esses últimos eram responsáveis, também, pela outra dimensão, a inspeção técnica do ensino primário. (ver Regulamento da Reforma de Instrução Primária e Normal (1906).

(2000) assinala que, para além de suas conotações legais e de suas dinâmicas organizativas, esses registros detalhados do cotidiano escolar, poderiam ser compreendidos enquanto estratégias de visibilidade e legitimidade da nova ordenação dada à instrução pública. Foram eles importantes instrumentos para a produção de uma “nova inteligibilidade da educação escolar mineira” (FARIA FILHO, 2000, p.18).

De acordo com esse autor, através dessa perspectiva de racionalidade e controle, trouxe-se para dentro da escola formas capitalistas de organização e gestão do trabalho docente. Processo que não se fez por uma simples transposição de modelos, técnicas e tecnologias, mas, sobretudo, a partir da apreensão simbólica pelos profissionais e agentes educacionais de um modelo que representava o que havia de mais avançado no campo da educação, criando legitimamente uma nova racionalidade - o modelo de institucionalização da modernidade ocidental - os grupos escolares.

Nestas instituições modelares para a educação elementar, deveriam funcionar também as *aulas anexas*,⁷⁰ nas quais seria ministrado o ensino profissional realizado exclusivamente por “prática real e efetiva” (art. 37). Neste caso, as turmas seriam separadas por sexo, nas quais os alunos executariam trabalhos práticos apropriados a sua idade. Eram oferecidas para os meninos noções básicas de arboricultura, jardinagem, marcenaria, construção civil e outras oficinas e para as meninas aulas de corte e costura, habilitando-as para a confecção de objetos de fantasia e ornamentação⁷¹. Revela-se assim, a importância dada à dimensão prática do ensino elementar, que deveria fazer de cada aluno “um cidadão útil a si e à sociedade, digno de uma Pátria livre”⁷².

Essas aulas anexas eram ministradas pelos professores técnicos designados pelo Secretário do Interior, que gozavam de algumas prerrogativas sobre os demais professores. Aos primeiros não era vedado o exercício de outra atividade profissional além do magistério, cabendo-lhes uma remuneração superior até mesmo à dos diretores dos Grupos. Aspecto que denotam a importância dada por esta reforma à formação técnica-profissionalizante⁷².

⁷⁰Art. 28, Regulamento da Reforma de ensino Primário e Normal, 1906, p.15.

⁷¹O regulamento previa ainda, o ensino de desenho linear e a mão livre, como também o ensino de métodos usuais aritméticos e geométricos, oferecido pelos professores das Cadeiras dos Grupos.

⁷²Para as demais categorias de professores, como os professores efetivos, adjuntos, auxiliares e os das escolas normais, era proibido o exercício de outra atividade profissional, seja ela remunerada ou

A cidade de Juiz de Fora, pólo industrial do estado de Minas naquele período, foi contemplada já no primeiro ano de implementação dessa reforma, com a criação e instalação de dois grupos escolares. Teve seu primeiro instalado em 04 de fevereiro de 1907, um dia antes da instalação do grupo da capital. Constituiu-se por oito Cadeiras⁷³, duas para cada série do ensino primário, com o total de 470 alunos matriculados. Passou a funcionar no prédio onde abrigava a Escola Normal Oficial de Juiz de Fora, sob a direção de José Rangel.

Este prédio⁷⁴, denominado palacete Santa Mafalda, foi palco de singular história. Sua construção, em meados de 1861, pelo Comendador Manoel do Valle Amado, próspero cafeicultor da região e amigo pessoal do Imperador Pedro II, teve por finalidade presentear o amigo monarca, em ocasião de sua visita a Juiz de Fora, quando da inauguração do tronco principal da Estrada União Indústria naquele mesmo ano.

O presente foi recusado pelo Imperador, servindo somente para seu cerimonial de beija-mão, sugerindo o regente que o prédio fosse destinado a uma instituição de ensino ou a um hospital. Sugestão que não agradou, em nada, ao Comendador, que ofendido com a recusa, mandou fechar o solar, sendo somente reaberto após a morte de seu herdeiro, em 1904, que o deixou como legado à Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora.

No ano de 1904, após intervenção de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, então Secretário de Finanças de Minas Gerais, seguiram-se as negociações entre o governo do estado e a Santa Casa, mediada por José Rangel, naquela época, diretor da Escola Normal Oficial de Juiz de Fora, que conseguiu transferir a instituição que dirigia para o Palacete. Três anos depois a Escola Normal foi fechada para a instalação dos primeiros Grupos Escolares desta cidade⁷⁵. Sobre isso, nos fala José

gratuita, pública ou privada. Sendo também proibido para todas as categorias de professores residirem fora do local onde se encontrava a sede da escola. (Ver artigos 68, 69, 70 do Regulamento da Reforma do Ensino Primário e Normal de 1906, p.21).

⁷³Essas “Cadeiras”, também denominadas de escolas singulares ou escolas isoladas, tinham como representante legal um professor regente, designado pelo governo do estado e responsável pela instrução de um número mínimo de alunos (geralmente 40 alunos) em diferentes níveis de desenvolvimento e aprendizagem. Cada município possuía um número determinado de Cadeiras, seguindo a demanda de matrículas. A partir da Reforma de 1906 passaram a ser classificadas em urbanas, distritais e de colônia, sendo os Grupos Escolares uma modalidade exclusivamente urbana, podendo em todos os casos haver escolas mistas.

⁷⁴Abriga atualmente a Escola Estadual Delfim Moreira, Juiz de Fora/MG.

⁷⁵Ver Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 230, janeiro-março. Rio de Janeiro. 1956; LESSA, Jair. Juiz de Fora e seus Pioneiros: Do Caminho Novo à Proclamação. Juiz de Fora. Ed. UFJF. 1985 apud In: Livros de dados históricos coletados pela Escola Estadual Delfim Moreira,

Rangel em suas memórias:

Até a morte do Santa Mafalda esta original situação se manteve; vindo a falecer, quasi aos oitenta anos, legou em testamento o palácio encantado à Santa Casa de Misericórdia. Sendo secretário das Finanças no governo Francisco Salles, o hábil político e administrador, o doutor Antonio Carlos, foi por este autorizado o autor destas linhas, na qualidade de diretor da Escola Normal, a entrar em negociações com a proprietária para a aquisição do edifício, o que com presteza foi realizado, passando o instituto normal a ter sua sede por vários anos nesse elegante edifício fronteiro á matriz a do Santo Antônio

Diz ainda o autor:

Do exposto se verifica que a vontade do imperador, foi por linhas transversas, e não obstante a obstinação do velho titular, mais tarde integralmente satisfeito; ali recebem hoje magnífica instrução primária algumas milhares de crianças, distribuídas em três grupos escolares, magistralmente orientadas.

O encontro entre o antigo e o novo, entre o superado e o moderno⁷⁶, permitiu a sustentação simbólica da criação desta instituição. A imponência e localização privilegiada⁷⁷ deste palacete, herança viva dos tempos áureos do regime imperial, conferiram ao primeiro grupo escolar desta cidade maior visibilidade e prestígio, como um novo espaço público *locus* da modernidade e do progresso social.

Sustentar este novo *locus* como a *escola ideal*, expressão simbólica dos princípios republicanos, rerepresentaria a contraposição a qualquer aspecto que refletisse as iniquidades do caos urbano. Ao contrário disso, o grupo escolar deveria assumir um papel de instrumento de combate à desordem social. Ou seja, esses monumentos do saber, instituições urbanas modelares, amparados pelo tripé da moral, higiene e estética, teriam como função civilizar e homogeneizar a sociedade, servindo, assim, de contraponto à *escola real*, verdadeiro espaço de resistência a esse projeto modernizador. (NUNES, 2000, p. 377)

O 2º Grupo de Juiz de Fora⁷⁸ foi instalado, em 23 de março de 1907, a fim

maio de 2000.

⁷⁶Ao se analisar a trajetória histórica da constituição deste espaço, pode-se dizer que, ainda que de forma indireta, houve por parte do Império uma preocupação, mesmo que precária, para com a educação. Fato que permite relativizar o debate acerca do descaso pela educação, naquele regime político.

⁷⁷Localizado na avenida principal da cidade, naquela época denominada Rua Direita, perímetro ocupado pelas famílias mais influentes de Juiz de Fora no período estudado. Hoje av. Barão do Rio Branco. (Ver Yazbeck, 2006)

⁷⁸Criado pelo decreto n°. 1986, de 1907. (Ver Jornal Minas Gerais, 25/26 de fevereiro de 1907, ano XVI nº41).

de suprir a insuficiência de vagas do 1º grupo, visto que o número de crianças em idade escolar na cidade era maior do que se podia atender. Passou, então, a funcionar no mesmo prédio, em turno diferente, e sob a mesma direção.⁷⁹

Toda a organização e funcionamento destas instituições (programas, métodos de ensino, horários das disciplinas, hierarquização do trabalho, etc.) estavam sujeitos às determinações regulamentares estabelecidas pela Secretaria do Interior do Estado. Dentre estas regulamentações constavam a ocorrência de cerimônias para instalação do ano letivo e as que antecediam aos exames finais, sendo elas registradas no Livro de Registro dos Termos de Instalação e Atas de Exames do 1º e 2º Grupo Escolar de Juiz de Fora.

De acordo com o Regulamento da Reforma, os Termos de Instalação dos Grupos Escolares deveriam registrar publicamente o ato de encerramento das matrículas e o início das atividades letivas. Esses registros deveriam ser obrigatoriamente lavrados e assinados pelo inspetor escolar e pelo diretor da instituição. Podiam constar ainda, assinaturas dos professores, as dos alunos que soubessem ler e escrever e de outras autoridades presentes nestas cerimônias (art. 79)

Este dispositivo permitia o controle sobre o número de matrículas nas Escolas e Grupos, que deveriam corresponder ao mínimo de 45 alunos matriculados para as Cadeiras Urbanas e 40 alunos para as Distritais e de Colônia. Impedia-se assim, a matrícula de alunos fora do período regulamentar, dificultando, em certa medida, o falseamento de matrículas pelos regentes dessas Cadeiras⁸⁰.

Quanto às Atas de Exames e Promoções dos Grupos, estes documentos registravam a solenidade pública de abertura e realização dos exames finais que deveriam ser aplicados logo depois do encerramento das aulas. Esses exames eram prestados sob a assistência de uma Comissão Examinadora, presidida pelo inspetor escolar e composta pelos professores de cada Cadeira e examinadores nomeados pelo

⁷⁹O 3o grupo de Juiz de Fora mencionado no início deste capítulo foi instalado em 1909 no bairro de Mariano Procópio, na administração de Antônio Carlos. Sua criação será tratada de forma detalhada no capítulo seguinte.

⁸⁰ De acordo com os artigos 81/82 deste Regulamento, as Escolas que não atingissem esse número mínimo de alunos matriculados, não poderiam ser instaladas, deliberando o governo, da forma que achasse conveniente, sobre tais insuficiências.

A idade mínima regulamentar para a matrícula, era de 7 anos para o sexo masculino e de 8 para o feminino, sendo a máxima de 14 anos para os meninos e 12 para as meninas. Seriam eliminados da matrícula os alunos que deixassem de comparecer à aula sem causa justificada durante três meses consecutivos, funcionando legalmente O Grupo ou Escola com frequência diária mínima de 30 alunos multiplicados pelo número de Cadeiras destas instituições. Ver regulamento, 1906, p. 24- 5 e Regimento Interno dos Grupos, dec. n° 1969 de 03 de janeiro de 1907, p. 13.

primeiro, na sua maioria políticos, jornalistas e profissionais liberais.

Tais documentos revelaram-se testemunhos expressivos da cultura escolar daquelas instituições, trazendo a tona aspectos importantes de sua organização, entre eles, a diferenciação interna de seus espaços, a ordenação do tempo escolar e do ano letivo, a diversidade de saberes introduzidos em seu programa⁸¹, suas práticas avaliativas e, por conseguinte, suas práticas de exclusão, ratificadas pelos altos índices de evasão e repetência dessas instituições, aprofundando, ainda mais, as desigualdades aí existentes.

É interessante notar a importância dada a essas cerimônias, nos primeiros anos de instalação dos grupos, sendo as mesmas revestidas de expressiva solenidade, com a presença de atores influentes na vida cultural, política e econômica da cidade (médicos, farmacêuticos, advogados, jornalistas, entre outros). Além desses atores estavam presentes pais de alunos, professores de outras instituições, indivíduos de diferentes classes sociais, bem como jornalistas, que traçavam na imprensa local, um retrato significativo das referidas instituições.⁸².

Para FARIA FILHO (2002), este novo espaço escolar ganha uma dimensão estratégica, o que poderia, em parte, explicar a presença destes atores:

[...] a defesa de um espaço específico para a realização da ação educativa escolar levada avante por uma gama de sujeitos (médicos, professores, políticos, sobretudo), pode ser entendida também, como uma busca por dotar a instituição escolar de um lugar próprio na cena social, possibilitando-lhe definitivamente distinguir-se da casa, da igreja e da rua [...]. (p.113) (grifos do autor).

De acordo com essas fontes, foi possível notar, também, que essas cerimônias perderam sua importância a partir de 1911, fato evidenciado no caráter conciso destes documentos, que deixaram de registrar o comparecimento de autoridades, tornando-se de um modo geral, mais circunscritos aos atores escolares.

A presença recorrente de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada se fez notar no

⁸¹ A partir das atas dos exames desses Grupos vê-se a inclusão de diversas disciplinas, como aritmética, Geometria, noções de Física e Química, História Natural, Geografia, História do Brasil e de Minas, noções de Higiene entre outras, caracterizando um currículo enciclopédico. Ver Livro de Registro dos Termos de Instalação e Atas de Exames dos Primeiros Grupos Escolares de Juiz de Fora, 1907-1925, acervo da Escola Estadual Delfim Moreira, Juiz de Fora, MG.

⁸² Jornal do Comércio, 24 de dez. 1907, pág. 01. O deste texto, o autor assina pelo pseudônimo de Vinícius. Nesta época o *Jornal do Comércio* era de propriedade de Antônio Carlos R. de Andrada, tendo o mesmo participado da banca examinadora. (Ver Livro de Registro de Termos de instalação e Atas de Exames Finais dos Primeiros Grupos Escolares de Juiz de Fora, de 1907-1925, p.4, verso).

período de maior expressividade daquelas cerimônias, coincidindo o esvaziamento das mesmas com o período de deslocamento deste ator para a política nacional. Fato que nos leva a pensar que Antonio Carlos estaria utilizando as solenidades dos Grupos Escolares como um novo espaço de sociabilidade, palco para sua atuação personalista. Idéia que poderia ser sustentada ao se observar que nos anos subseqüentes à sua atuação em Juiz de Fora, não foram encontrados registros de outros políticos, com cargos semelhantes nas cerimônias dos Grupos.

Outro ponto interessante para nossa análise se refere à ausência deste ator na solenidade de inauguração do primeiro grupo escolar, não tendo sido citado nos termos de instalação de 04 de fevereiro de 1907, só aparecendo no encerramento do ano letivo, quando de sua participação em uma das bancas examinadoras daquele ano. A explicação para a ausência do Andrada na instalação histórica daquele grupo, um dos marcos da reforma de João Pinheiro, pode ser buscada na dissensão, já apontada anteriormente, entre Antônio Carlos e Duarte de Abreu. Este último foi um dos maiores defensores da política reformadora de João Pinheiro na cidade de Juiz de Fora. Portanto, naquele momento de instauração da Reforma não poderia haver espaço para o político andradino.

Entretanto, Antônio Carlos ao assumir a direção do município em 1908 pôde, em certa medida, reforçar sua autoridade política abalada pela ação contestatória da oposição, buscando maior visibilidade na cerimônia do segundo ano de Instalação dos primeiros grupos de Juiz de Fora. Realizada em 21 de março de 1908, esta solenidade cercou-se de tanta expressividade quanto a de inauguração no ano anterior. Indício que nos aponta para uma estratégia legitimadora de sua ação conciliatória frente a uma platéia socialmente heterogênea. Cabe registrar a ata desta solenidade:

Por ocasião da instalação, o director convidou o senador Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e o inspector escolar municipal para occuparem seus logares na mesa.

Segundo as disposições regulamentares lavrou-se o termo de encerramento das matrículas que foi assignado pelo director, pelos professores e inspector escolar, e foram declarados installados os dois grupos escolares, aproveitando-se da ocasião o director para assignar os beneficios já colhidos pela reforma do ensino e a sympathia e confiança que esses resultados despertaram nas diversas classes alli representadas e que vinham com sua presença applaudir os esforços do pessoal dos grupos em prol do nosso alenwamento moral e intellectual.

[...]

Encerrou a sessão o senador Antônio Carlos, que se

congratulou com o povo do município pelo acto que no momento se celebrava, tendo palavras de louvor para o governo do Estado e docentes do estabelecimento. [...]

Durante a solenidade, tocou uma banda de música, tendo sidopelos alumnos entoados diversos hymnos. O batalhão escolar prestou às autoridades as continências militares, e, desfilando dentro do salão com o pavilhão nacional a frente, foi Poe essa ocasião entoada a saudação a nossa bandeira. Todas as evoluções e cânticos foram pellos assistentes muito applaudidos.

Em seguida, o director declarou que ia com seus alumnos e professores effectuar uma passeata pela cidade. Entre vivas e aclamações ao governo do Estado, director e corpo docente dos grupos, às autoridades presentes e ao Presidente da República, foi encerrada a sessão de instalação ⁸³.

Outro fato significativo para este estudo foi a constatação de que o comparecimento deste político nas solenidades dos exames finais realizadas nos primeiros grupos deu-se de forma ininterrupta entre 1907 a 1910. Nas quais Antônio Carlos figurou como componente das bancas examinadoras destes eventos. Fato que permite enriquecer a reflexão anterior sustentando um outro eixo de análise para essa conjuntura, pelo qual a inserção deste político nessas cerimônias poderia também ser entendida como a atuação de um intelectual que concebeu a educação como um vetor essencial para o desenvolvimento de uma sociedade pensada.

Desse modo, é possível pensar que para além dos aspectos mais expressivos e personalistas que envolveram sua inserção no contexto daquelas cerimônias escolares, faz-se necessário entendê-la dentro desse novo espaço de sociabilidade como uma ação pedagógica, legitimadora de um projeto cultural que se queria hegemônica.

⁸³ Assinaram este documento, além do diretor, do inspetor escolar, professores, alguns alunos e autoridades, entre estas Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Ver Livro de Registro dos Termos de Instalação do 1º e 2º Grupos Escolares de Juiz de Fora, 1908, p 7 (verso) e 8 (frente).

3. “Depois do pão, a educação é a primeira necessidade do povo”: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada no cenário Educacional de Juiz de Fora (1907-1930)

A expressão acima, cunhada por Danton em 1793, apoiava-se nos preceitos de fé do republicanismo francês que, ao conceber a Educação como único instrumento capaz de garantir ao povo sua soberania, por meio de uma razão acessível e partilhável por todos, estendeu à mesma o poder de unificar a nação e legitimar o novo regime político. Tal expressão foi citada por Antônio Carlos em discurso proferido no ano de 1909, em solenidade realizada por ocasião de seu retorno a Juiz de Fora, ao finalizar os trabalhos no Congresso Mineiro. Momento em que foi organizada na cidade uma grande manifestação de apoio ao político andradino, a fim de exaltar sua atuação como Senador naquela casa, por ter obtido importantes subsídios para o município, em especial, para o setor produtivo e educacional⁸⁴

Naquele ano sua atuação no Senado Mineiro rendeu a Juiz de Fora alguns projetos cruciais, dentre os quais, o que foi transformado em Lei Estadual que dava nova regulamentação aos empréstimos hipotecários, realizados pela Carteira Agrícola do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Este projeto estendeu de dois para dez anos o pagamento de tais comodatos, favorecendo de imediato os cafeicultores desta região.

Outros projetos viabilizados por esse político beneficiaram diretamente a classe produtora do município, como a criação de um posto de zootecnia para atender à indústria pastoril; a instalação de armazéns gerais no prédio da Alfândega; a isenção de impostos sobre a exportação de chinelos de liga; a redução de impostos de exportação de fios de algodão, defendendo também a autonomia municipal.

Com relação à educação, Antônio Carlos conseguiu aprovar dois projetos que favoreceram os institutos mantidos pela iniciativa privada na cidade: Um deles

⁸⁴Segundo o Jornal do Commercio, a chegada de Antônio Carlos à cidade foi aclamada por uma multidão de cerca de quatro mil pessoas, tendo sido marcada por efusivas manifestações. Foram proferidos discursos, executadas várias músicas pelas bandas locais, desfiles do batalhão de alunos da Academia de Comércio e manifestações de vivas por parte de alunos e professores de diversas escolas da cidade de Juiz de Fora, tanto do setor público quanto privado. Entre os estabelecimentos de ensino particulares figuram o Academia de Comércio, o Ginásio Ganbery, os colégios Malta, Stella Matutina, Santa Catharina, Colégio Sagrado Coração de Jesus, além dos três os Grupos existentes na época. Compareceram também, diversas autoridades, representantes do comércio, indústria, imprensa, associações corporativas e filantrópicas da cidade. Ver Jornal do Commercio, Juiz de Fora, 22 de setembro de 1909, p.1.

foi o de lei que facultava aos colégios particulares de nível secundário a equiparação à Escola Normal Modelo de Belo Horizonte, beneficiando aqueles estabelecimentos que ofereciam ensino normal em Juiz de Fora, entre eles o Ginásio de Minas (antigo Colégio Malta) e o colégio Santa Catharina. Tal projeto lhe trouxe grande reconhecimento, uma vez que a Escola Normal desta cidade havia sido fechada para a instalação dos Grupos Escolares Centrais, desde 1907, havendo grande pressão por parte da sociedade no sentido de reabilitá-la.

A outra iniciativa foi a obtenção de significativa subvenção do governo estadual - de 10 contos de réis - para a manutenção do *Instituto Polytechnico da Academia de Commercio*, fundado em abril de 1909, por iniciativa conjunta de Antônio Carlos R. de Andrada e os padres da Congregação do Verbo Divino, dirigentes daquela instituição⁸⁵.

Em seu discurso, Antônio Carlos justificou seus esforços ao nobre povo de Juiz de Fora, cujas “inexcedíveis” energias, transformaram o Vale do Paraibuna em uma das regiões mais prósperas do estado de Minas. Imbuído de preceitos do liberalismo moderno e apoiando-se no caráter civilizador da Educação, afirmou a importância de se investir na Educação para o engrandecimento e o progresso de uma Pátria. Para o orador a Educação representava um alimento essencial, não só ao homem, mas, sobretudo, à sustentação de um regime democrático, capaz de libertá-los de governos tiranos. Um direito que deve ser garantido ao povo pela atuação “zelosa” de todo homem público.

Pelo valor ilustrativo, transcreve-se abaixo uma descrição resumida deste discurso publicada pelo *Jornal do Commercio* em 22 de setembro de 1909.

Esforçando-se por servir aos respeitáveis interesses das classes productoras, cuja prosperidade era, em summa, a própria prosperidade nacional, esforçando-se por servir a grande causa nacional da educação popular, cumpria dever elementar de patriota, para quem a grandeza daquellas classes e a instrução do povo era a glória da própria pátria; nome de cuja invocação a todos se impunha o zelo apaixonado o fervor ardoroso do crente em face do symbolo de sua religião.

Que valeria na realidade – exclama o orador – uma pátria em que os homens públicos esquecessem os grandes interesses das classes operosas – lavoura, commercio e industria – desconhecendo os direitos que lhes assistem à proteção pública, para dellas só se lembrarem quando preciso fosse acorrental-as à tyrania das contribuições onerosas ao encargo de pesados impostos

⁸⁵Sobre esta instituição será tratado de forma mais aprofundada no decorrer deste capítulo.

que entorpecendo o esforço individual, planta a miséria onde só se deve reinar a riqueza, causa desgraça onde só deve existir a ventura, justo prêmio reservados àquelles que se voltam ao culto sagrado do trabalho.

Que valeria – exclama ainda o orador – uma pátria em que os homens públicos desamparassem a grande causa da educação do povo, apontada como o mais sólido alicerces das democracias!... Seria uma pátria a extinguir-se porque valeria por um paiz de escravos!..

A esse propósito diz que uma mocidade inculta, não preparada para a lucta da vida, determina o surto de grandes males, pela estéreo ligação da iniciativa, pela despreocupação do futuro, pelo abandono dos mais sagrados direitos; e, citando um patriota, exclama – *depois do pão, a educação é a primeira necessidade do povo...* Esforçando-se, em fim, por bem servir aos interesses de Juiz de Fora que, na verdade, tem para elle as seduções de uma paixão absorvente, quase que obedece aos fortes impulsos de um amor filial.⁸⁶ (sem grifo no original)

Pode-se dizer que as concepções que nortearam o discurso de Antônio Carlos, em certa medida, estavam pautadas naqueles princípios liberais do republicanismo francês, da racionalidade universal e do livre arbítrio individual, sob os quais concebiam a ignorância como uma servidão e o saber positivo como libertador que uniria esses dois princípios. (Cf. DEBRAY, 1994, p. 24).

Nesta direção, afirma sua crença “ardorosa” na educação popular como principal instrumento de consolidação destes ideais democráticos, tornando-se a instrução do povo uma requisição imperiosa à construção de uma Nação moderna. Desta forma, sua posição revela-se em consonância com o pensamento educacional da época, que privilegiou a dimensão nacionalizadora da escolarização. Concepção que mantinha um padrão de pensamento e realização educacional que se esgotava no ideário cívico-patriótico da educação popular.⁸⁷

Ainda neste discurso, Antônio Carlos, dirigiu algumas palavras à “mocidade” das escolas presentes na solenidade, em especial para as futuras normalistas, aquelas que na sua expressão:

sobre [os] hombros, frágeis hoje, fortes amanhã, terão de repousar galhardamente, pelos primores de sua educação, os sólidos alicerces da nobre instituição da família, [...], onde ella ostenta como obra mais bellos apanágios do nosso nome e das nossas tradições (...)⁸⁸

⁸⁶ Ver *Jornal do Commercio*, Juiz de Fora, 22 de setembro de 1909, p.1.

⁸⁷ Sobre isso ver Valle (1997).

⁸⁸ *Jornal do Commercio*, Juiz de Fora, 22 de setembro de 1909, p.1.

Denota, assim, o caráter moralizador da ação educativa e, conseqüentemente, da profissão docente, deixando claro sua preocupação de se manter as tradições e os valores da sociedade mineira através de uma ação pedagógica diretiva.

As realizações enumeradas anteriormente podem ser consideradas um pequeno exemplo da atuação desse político como elemento mediador entre os interesses de diversas classes sociais da cidade e o poder público, num contexto industrial e urbano que se sedimentava desde o início do século XX.

No decorrer de toda sua trajetória política, até os meados de 1930, observou-se uma eficaz intervenção de Antônio Carlos junto ao poder público em favor do sistema educacional de Juiz de Fora, seja na captação de recursos e na obtenção de reconhecimento oficial para os institutos criados pela iniciativa privada (secundários e superiores), seja na esfera pública, com a criação e manutenção de escolas municipais e estaduais, entre as quais, figuraram a instalação de novos grupos escolares.

Nesse sentido, busca-se no corpo deste capítulo, demonstrar esta influência ativa de Antônio Carlos, apontando-a nas diversas situações pelas em que se manifesta claramente a argúcia e o carisma deste político. Intervenção mesma, que se constituiu através de uma rede de relações sociais, pelas quais esse ator consolidou sua posição no cenário político regional e nacional, sustentando-se na interação direta com o cotidiano dessa coletividade, território fértil para a busca de apoios e consensos.

3.1. Antônio Carlos e o ensino superior de Juiz de Fora

A primeira iniciativa de criação de uma instituição de ensino superior em Juiz de Fora, partiu de Francisco Batista de Oliveira, próspero comerciante da região, que empreendeu um ambicioso projeto de fundar o 1º Curso Superior de Comércio do Brasil – a Academia de Comercio de Juiz de Fora. Para sua organização pedagógica foi contratado na Escola de Altos Estudos Comerciais de Paris o professor e diretor Georges Quesnel, exercendo tais funções até 1896. Entre os professores que compunham o primeiro corpo docente deste estabelecimento, figurou Antônio Carlos, responsável pela cadeira de História Comercial. Atividade que

exerceu juntamente com a de lente da Escola Normal Oficial (1894-1897).⁸⁹

Apesar da grande expectativa que envolveu a criação desta instituição e do apoio de várias entidades privadas e do poder público estadual, este curso, por motivos diversos não, obteve o sucesso esperado. Após diversas tentativas para se reverter seu colapso, o curso foi fechado em abril de 1900.

Em 1901, por decisão em assembléia da Sociedade Anônima da Academia de Comercio a instituição foi doada à Congregação do Verbo Divino, que assumiu sua administração. A Academia passou, nessa ocasião, a oferecer somente o curso ginásial, equiparado em 1902 ao Ginásio Nacional. No ano de 1906 foi criado pelos padres verbitas o 1º Curso Superior Comercial Noturno do Brasil. Iniciativa que reabilitou o antigo sonho de seu primeiro idealizador – Francisco Batista de Oliveira, (Cf. YAZBECK, 1999, p.53)⁹⁰

Em 1904, foram criados em Juiz de Fora, os cursos de Farmácia e Odontologia do Granbery, Instituto da Igreja Metodista, fundado nesta cidade desde 1890. Os dois cursos tinham a autonomia de emitirem diplomas legalmente equiparados aos das escolas superiores públicas, concessão garantida pela Lei Epiácio Pessoa.⁹¹ A criação desses cursos representou para essa Igreja Episcopal Americana um primeiro passo para um projeto maior, o de fundar em Juiz de Fora uma Universidade Metodista. No ano de 1912, aproveitando-se da legislação vigente (Lei Rivadávia Corrêa), ampliou ainda mais estas expectativas, fundando neste instituto a primeira Faculdade de Direito de Juiz de Fora. Novamente, Antônio Carlos aparece como um dos seus lentes fundadores (Cf. YAZBECK, 1999.p.37-38)

Data ainda da primeira década do século XX, a criação do Instituto Politécnico da Academia de Comércio, inaugurado em abril de 1909, por iniciativa conjunta de Antônio Carlos e os padres da Sociedade do Verbo Divino que assumiu a direção daquela instituição de ensino.

Naquele momento, a fundação deste Instituto representaria um contraponto às pretensões da Igreja Metodista, constituindo-se na época como o embrião de uma Universidade Católica em Juiz de Fora. Era este empreendimento uma possibilidade concreta de frear a expansão do metodismo na cidade representada pelo Instituto

⁸⁹(Ver YAZBECK, 1999 e RANGEL, 1940).

⁹⁰A Sociedade do Verbo Divino, como era conhecida na Europa, foi fundada na Holanda e na Alemanha pelo padre Arnaldo Jansen, também denominada no Brasil de Sociedade Propagadora de Ciência e artes, hoje, Sociedade Propagadora Esdeva.,

⁹¹Decreto n°. 3890, de 1º de janeiro de 1901. (Ver YAZBECK, 1999, P.35)

Granbery. .(Cf. YAZBECK, 1999, p.53)

O Instituto funcionou paralelamente aos cursos já existentes na Academia, oferecendo dois cursos, o profissional primário de artes e ofícios e o curso superior, pelo qual se formavam engenheiros elétricos, arquitetos e agrimensores⁹²

Sua inauguração em 25 de abril de 1909 revestiu-se de grande solenidade, estando presentes, além do Senador e Prefeito Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e os padres da Congregação do Verbo Divino, reverendos Mathias Willems, José Hassemer e Arthur Hoyer, o Secretário do Interior, Estevam Leite de Magalhães Pinto, o deputado estadual e orador oficial do governo, Nelson Senna, os senhores. Francisco Valladares, Oscar Vidal Barbosa Lage, Pedro Carlos da Silva, José Rangel, Moura Pinto, Bernardo Aroeira, Gama Júnior, Belmiro Braga entre muitos outros.

Naquela ocasião, abrindo a solenidade, discursou o revmo. padre Mathias Willems, diretor da Academia de Comércio, que sustentou a autoria daquele projeto na pessoa de Antônio Carlos, que segundo o reverendo teria concebido e tomado a iniciativa de criação deste instituto. Projeto que os reverendos abraçaram prontamente.

Neste discurso o reverendo Willems afirmou a utilidade do novo instituto, situando-o como primeiro "sui generis" na região, distinguindo-o dos demais institutos politécnicos existentes no país, por seu caráter prático pelo qual deveria habilitar seus estudantes para o exercício imediato na vida prática, seguindo as instituições congêneres que funcionavam na Alemanha. O reverendo aproveitou, ainda, o ensejo para reforçar os compromissos do governo do estado para com aquele tão útil Instituto. Compromisso este, reiterado meses depois pela intercessão de Antônio Carlos no Senado Mineiro, conseguindo aprovar a liberação da subvenção apontada no início deste capítulo no valor de 10:000\$000 para o referido Instituto.

Em dezembro de 1910, o *Jornal do Commercio* publicou nota sobre o reconhecimento deste curso e dos demais oferecidos pela Academia de Commercio pelo Congresso Federal, ratificando através desta nota a efetiva intervenção de

⁹²Os cursos profissionais de nível primário oferecidos eram os seguintes: armeiro, armador, alfaiate, chapeleiro, carpinteiro, cuteleiro, dourador, encanador, ferreiro, funileiro, fundidor, gravador, litógrafo, marceneiro, oleiro, ourives, pedreiro, sirgueiro, serrador, torneiro, tipógrafo, etc. O curso superior tinha a duração de dois anos com regime de internato e externato. As disciplinas oferecidas no curso superior eram as seguintes: álgebra, Geometria, Mecânica, física, projetos e construções de peças para máquinas, eletrotécnica, desenho a mão livre e desenho geométrico, português, francês, ou inglês, ou alemão (de escolha do aluno). As exigências para as matrículas neste curso eram: ter no mínimo 15 anos, estar vacinado, não possuir nenhuma moléstia infecto-contagiosa, ter cursado o 2º ano ginasial ou equivalente, que poderia ser comprovado mediante documento legal ou por exame de admissão. Ver *Jornal do Commercio*, Juiz de Fora,

Antônio Carlos em favor desta instituição:

Foram aprovados pelo Senado na sessão de antehontem as proposições da Câmara dos Deputados declarando de utilidade pública os cursos – Instituto Polytechnico e Academia de Commercio de Juiz de Fora⁹³.

Merece aplausos o Congresso Federal por esse acto que vem proporcionar ao nosso Estado mais esse melhoramento.

É com prazer que aqui registramos auspicioso facto para o qual muito concorreram os illustres deputados e senadores mineiros, os quais vendo nessa concessão um impulso muito salutar ao ensino profissional, foram ao encontro da bella iniciativa dos illustrados e virtuosos padres da Sociedade do Verbo Divino.

Para a fundação do Instituto, esses úteis representantes do clero encontraram da parte do exmo. Sr. Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada intervenção efficaz.

Podemos affirmar autorizados pelo que ouvimos daquelles sacerdotes que a Idea da creação deste Instituto, ora reconhecido de utilidade pública pelo Congresso Federal, é, principalmete, daquelle illustre senador mineiro e presidente da Câmara deste município, o qual não cessa de cogitar de tudo que pode trazer progresso e engrandecimento ao Estado.

É caso de anteciparmos aos revmos. padres do Verbo Divino e ao exmo. Antônio Carlos os nossos parabéns por verem assim bem coroados os seus esforços, e de nos congratularmos com o estado de Minas, especialmente com Juiz de Fora pela posse de uma escola profissional.⁹⁴

Segundo relatório apresentado pela Câmara Municipal em janeiro de 1911, há indícios de que o curso profissional de nível primária foi subvencionada por verbas da municipalidade referentes às sobras de recursos destinados às escolas municipais. Segundo tal relatório, esta intervenção era de cunho provisório, enquanto se aguardava a subvenção estadual, que, segundo o documento, com certeza seria liberada naquele ano. Sobre isso, afirma o documento, justificando o referido gasto: "A instrução profissional tão necessária, precisa de cuidado prompto, em uma cidade essencialmente industrial como Juiz de Fora".⁹⁵

De acordo com Yazbeck (1999), no ano de 1914 o Instituto

⁹³Somente a partir de 1905 que a União passou a traçar algumas normas para o ensino das Ciências econômicas e Comerciais. Quando pelo decreto de n.º. 1339 de 9 de janeiro de 1905 reconhece como de utilidade pública os cursos da Academia de Comércio do Rio de Janeiro e a escola Prática de Comércio de São Paulo. A partir deste dispositivo os diplomas por eles conferidos são reconhecidos de caráter oficial, passando estas instituições a serem fiscalizadas pela União. Em 1910, pela atuação mediadora de Antônio Carlos, a academia de comércio de Juiz de Fora também passa a ser reconhecida como de utilidade pública. Sobre isso ver também NAGLE, 2001, p.227.

⁹⁴*Jornal do Commercio*, Juiz de Fora, 23 de dezembro de 1910, p.1.

⁹⁵Idem, janeiro de 1909, p.2.

Politécnico da Academia de Comércio encerrou suas atividades em decorrência da crise desencadeada por divergências de parte do corpo docente e seus alunos com a direção dada pela Congregação do Verbo Divino. Como consequência desta contenda situa-se a instalação da Escola de Engenharia de Juiz de Fora, criada pelos professores dissidentes e alguns alunos, que mantiveram profundos vínculos com Antônio Carlos no decorrer da história desta instituição.

A autora afirma que no período entre 1913 e 1914, o ensino superior de Juiz de Fora sofreu marcada laicização. Tal movimento se iniciou com a desvinculação das escolas de Farmácia e Odontologia, Direito e Engenharia das instituições confessionais Granbery e Academia de Comércio, respectivamente. Esses rompimentos se deram por questões de autonomia acadêmica e disciplinar, envolvendo principalmente o corpo docente daquelas instituições.

Na ocasião, Antônio Carlos, que já ocupava o cargo de Deputado Federal, tendo sido um dos professores fundadores da Escola de Direito do Granbery, figurou entre os lentes dissidentes responsáveis pela criação da nova Escola de Direito de Juiz de Fora, fundada em janeiro de 1914. Sua atuação nesta instituição se fez notar principalmente quando de sua intercessão junto ao governo federal a favor de sua reativação, uma vez que a faculdade havia sido obrigada a encerrar suas atividades por imposição do decreto de Lei nº 11530 de 19 de março de 1915, Lei Carlos Maximiliano. Esta lei proibia o funcionamento de faculdades de Direito em cidades com menos de 100 mil habitantes. A intervenção do político não logrou êxito, obrigando a instituição definitivamente fechar suas portas naquele mesmo ano.

Em livro sobre a história desta faculdade registra-se uma possível intervenção de Antônio Carlos em favor do movimento de resistência ao referido decreto:

Não se sabe que poderosa influência se exerceu no sentido de o Governo manter-se firme na negativa, principalmente quando se sabe que Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, fundador e professor da Faculdade era seu líder na Câmara dos Deputados, se, seguramente, ter-se-à empenhado em favor de uma reconsideração da medida em relação a Juiz de Fora, que lhe coubera administrar no período de 1908 a 1912. fato significativo: O Ministro da Justiça e Negócios Interiores, o Dr. Carlos Maximiliano, era gaúcho. Recusou a Juiz de Fora o reconhecimento de sua Faculdade de Direito sob a alegação de ' a medida precisa ser geral e abranger os institutos que mercadejam o ensino, espalhados pelo Brasil inteiro'. Mas, o ilustre Ministro deu guarida à Faculdade de Direito de Pelotas, fundada na mesma época [...]. A medida não era, pois, tão geral como afirmava.

Pelotas era muito menor que Juiz de Fora. Até 1950, ainda não tinha os exigidos 100 mil habitantes.⁹⁶

Entretanto, não foi somente neste episódio que sua presença revelou-se marcante na história do ensino superior de Juiz de Fora. Vinculou-se, no decorrer de sua trajetória pública, a diversas instituições de ensino, valendo-se sempre de sua posição política, para favorecer as mesmas através de subvenções e do reconhecimento pelo governo federal. Caso particular pôde ser observado na criação da Escola de Engenharia de Juiz de Fora, na qual teve efetiva atuação.

Fundada em 17 de agosto de 1914 por iniciativa daquele grupo dissidente do Curso Politécnico da Academia de Comércio e liderado pelo professor Clorindo Burnier Pessoa de Mello. Esta instituição teve como finalidade formar profissionais para obras de engenharia em geral, oferecendo no decorrer de sua história vários cursos, entre eles, o de Agronomia, Engenharias Mecânica, Civil e Elétrica, constituindo mais tarde, com o processo de federalização na década de 1960, como uma das unidades de ensino fundadoras da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF.

Já no primeiro ano de sua instalação, várias providências foram tomadas no sentido de atender às necessidades da instituição. Buscou-se assim, estabelecer canais de sustentação política a este projeto através da cooptação de pessoas de maior influência na região, entre as quais se destacou Antônio Carlos.(Cf.YAZBECK, 1999, p.70)

Data desse período a criação da Cadeira de Economia Política e Direito Administrativo estabelecida com a finalidade de oferecer a Antônio Carlos o título de professor efetivo da instituição. Conforme o que foi estatuído pela Congregação da escola, Antônio Carlos tinha plena autonomia para nomear seu substituto. Colocação que foi atribuída a Pedro Marques de Almeida, advogado e político na cidade.

Em 1918, com a crise administrativa instalada na Escola de Engenharia, dentre as inúmeras ocorridas no percurso de sua história, foi eleita nova diretoria e. Antônio Carlos foi escolhido o novo diretor. Cargo que renunciou ao alegar impossibilidade de exercê-lo devido às suas funções políticas.

Além desses fatos, observou-se ainda, que no decorrer da existência da Escola, várias foram as intervenções de Antônio Carlos em favor da mesma. Entre

⁹⁶ UFJF, História da Faculdade de Direito de Juiz de Fora, 1985, p.45, apud YAZBECK, 1999, p.77.

elas, podemos destacar as subvenções obtidas pelo político junto ao governo federal com a finalidade de sanar as dificuldades financeiras da instituição. Obteve, também, através de sua influência política a recuperação do registro oficial da Escola, cassado no período de 1931 a 1933 pelo Ministério da Educação e Saúde por razões de inadequação às exigências legais.

De acordo com YAZBECK (1999), na década de 1950, essa Escola passou a investir no projeto de criação de uma Universidade do Trabalho em Juiz de Fora, que traduziria duas intenções: a primeira de estar em consonância com a política empreendida naquela época por Getúlio Vargas para o ensino profissional e técnico; a segunda a de resgatar um antigo projeto de Antônio Carlos.

Nota-se, desse modo, que a presença deste político não se fez notar apenas como elemento mediador entre instituição e Estado. Ele deixou também outro legado, a marca de um projeto intelectual maior, consubstanciado, mais tarde, na proposta de criação de tal Universidade do Trabalho.

Esse legado, estava em conformidade com o debate político educacional ressonante no Brasil nas décadas de 1930 a 1950, que teve como escopo central a articulação de duas esferas de atividades, até então distanciadas, a educação e o trabalho. Tal proposta objetivava atender, através de um ensino técnico-profissional de nível médio e superior, as novas exigências do mercado de trabalho, em plena expansão industrial, permitindo, também, a integração de novos grupos sociais que não tinham espaço nos sistemas educativos tradicionais. Neste sentido, a Universidade do Trabalho contribuiria, assim, para a harmonia social, para a racionalização do processo produtivo e para a formação de mão-de-obra necessária ao desenvolvimento econômico do país. (PRONKO, 1999)

A concepção de ensino técnico-profissionalizante que norteou o primeiro projeto de criação de uma Universidade do Trabalho no Brasil aproxima-se significativamente da visão de Antônio Carlos sobre essa modalidade. Estas tinham como base comum a crença no valor do trabalho, na capacidade produtiva individual como bem coletivo e no ensino técnico-profissional como meio de acrescentar a esse valor individual uma formação profissional sobre bases científicas e racionais, constituindo-se num recurso fundamental para o progresso e harmonia de toda sociedade⁹⁷.

⁹⁷Sobre as concepções que nortearam o primeiro projeto de Universidade do Trabalho do Brasil desenvolvido por Buyse, ver Pronko (1999).

O referido projeto foi apresentado ao governo de Getúlio Vargas em 1934, tendo sido desenvolvido pelo engenheiro belga Omer Buyse, que participou da criação da Universidade do Trabalho de Charleroi (Bélgica) em 1902, como também da criação de tal instituição em diversos países. Seu anteprojeto fora, na verdade, engavetado por Gustavo Capanema que alegou motivos de inadequação à realidade brasileira.

De acordo com os indícios encontrados por esta pesquisa, sabe-se que a afinidade entre as duas concepções apontadas anteriormente, não se deu por acaso, uma vez que este educador e especialista belga havia sido convidado no ano de 1929 pelo governo de Antônio Carlos, quando na presidência do estado de Minas, para participar da remodelação e expansão do ensino técnico neste estado.

Nota-se, porém, que mesmo antes da chegada de Omer Buyse em Minas, o político andradino já marcava em seu discursos as bases conceituais de um projeto de formação para o trabalho. Essas marcas fizeram-se notar no seu discurso de apresentação da “plataforma de governo”, em janeiro de 1926. Diz o político:

(...) No plano educacional de valorizar o homem e de instruí-lo como forte unidade econômica, há um sistema a observar, e, nesse tem parte saliente tudo que concerne ao ensino técnico. Sem a aquisição que só os conhecimentos dessa natureza determinam e asseguram, o homem como agente de produção, e também como instrumento civilizador, raramente conseguirá capacidade que pode aspirar e para cujo alcance o poder público, na própria vantagem do benefício coletivo, direta e indiretamente deve concorrer. [...] Embora exorbite dos poderes estaduais, o ensino secundário e o superior, cabe ao Estado considerá-los sempre no maior apreço, estimulando e amparando os estabelecimentos que a eles se dedicam.⁹⁸

Observa-se em seu discurso, além das marcas apontadas anteriormente, entre elas a concepção do indivíduo como uma “forte unidade econômica”, sua preocupação em sustenta a responsabilidade do poder público no sentido de estimular e amparar o ensino técnico e profissionalizante. Aponta, também para a possibilidade de uma efetiva intervenção do estado no que diz respeito ao ensino secundário e ao superior. Propostas que, em certa medida, se concretizaram de fato com sua ascensão ao governo de Minas Gerais em setembro de 1926, conferindo naquele momento coerência entre seu discurso e sua atuação política. Sabe-se, por exemplo, que em seu governo houve uma significativa expansão do ensino técnico, do ensino

⁹⁸ ANDRADA, Antônio Carlos R. de, Plataforma de Governo, Minas Gerais, 24 de janeiro de 1926. (Ver PEREIRA, Lígia M. L. & FARIA, M^a Auxiliadora de 1998, p.266).

secundário(200%), do ensino normal (950%), além do fortalecimento do ensino superior estadual com a criação da Universidade de Minas Gerais. Ações empreendidas juntamente com a Reforma do Ensino Primário e Normal (1927/28) - principal elemento de modernização de seu governo.⁹⁹

Data desse período (1929) a criação do Curso Estadual Noturno de Farmácia e odontologia, que funcionou no prédio da Escola de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora. O curso era mantido exclusivamente por subvenção estadual, garantida pelo Decreto Lei nº 1151. Este curso teve a mesma estrutura curricular e organizacional dos demais cursos ali existentes.¹⁰⁰

Em 1931, com a Reforma Francisco Campos, a Escola foi obrigada a fechar o referido curso, uma vez que o mesmo mantinha vínculo direto com o poder público estadual e não federal, situação dissonante com relação à política centralizadora do então Ministro da Educação. Tal impedimento veio acompanhado de severa intervenção por parte do Conselho Nacional de Educação, através do Parecer de nº 17, denunciando graves irregularidades nesta instituição. Este documento propunha a cassação de sua equiparação e o seu reconhecimento pelo governo federal. Naquele momento foi decisiva a intervenção de Antônio Carlos, ao orientar a administração da Escola no sentido de regularizar sua situação. (Cf. YAZBECK, 1999, p.83)

A criação deste Curso Superior Estadual, bem como a fundação da Universidade de Minas Gerias, e de quatro outros estabelecimentos de ensino secundários mantidos por verbas estaduais e situados em diversos municípios do Estado¹⁰¹, poderiam ser entendidas, em certa medida, como uma estratégia concreta de estender ao Governo do Estado uma maior participação nas políticas destinadas ao ensino secundário e superior, que sempre foram determinadas pela ação centralizadora do governo federal. Tal posição estaria coerente à trajetória de um liberal que desde sempre defendeu uma política favorável à autonomia estadual e a uma ordem constitucional que limitasse o poder central. Convicção, que lhe teria mais tarde, rendido seu afastamento compulsório do Governo de Getúlio no golpe de 1937.

⁹⁹Sobre esses dados ver Peixoto (1983)

¹⁰⁰Em decorrência do limite de tempo imposto a esta pesquisa não foi possível identificar o perfil sócio-cultural dos alunos que freqüentaram tal curso. Para maiores informações ver Yazbeck (1983).

¹⁰¹Foram criados em seu governo estabelecimentos de ensino secundário em Muzambinho, Teófilo Otoni, Ubá e Uberlândia, com um total de 1763 alunos matriculados. Ver ANDRADA, Antônio C. R. Mensagem Presidencial de 1930,p.31, apud. PEIXOTO, 1983, 87.

3.2. Projetos em Disputa : Antônio Carlos e a expansão da rede pública de ensino primário em Juiz de Fora (1908-1926)¹⁰²

De janeiro de 1908 a junho de 1912, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada exerceu os cargos de Presidente da Câmara e Agente Executivo do Município de Juiz de Fora – este último equivalente ao cargo de prefeito – funções que acumulou com a de Senador do Estado de Minas Gerais até 1912¹⁰³. Neste período, segundo relatórios anuais apresentados por sua administração, foi coerente com a orientação seguida quando Secretário das Finanças do Estado, priorizando o equilíbrio financeiro, reduzindo gastos com o pessoal e com obras e serviços públicos.

No entanto, observou-se que apesar de sua austeridade administrativa e do baixo montante de recursos arrecadados naquela época, houve em seu governo uma expansão da rede escolar municipal, verificando-se o aumento do número de escolas criadas e mantidas pela municipalidade nos distritos e na cidade. Esse desempenho foi anunciado já no relatório do primeiro ano de seu governo, publicado no *Jornal do Commercio* em janeiro de 1909¹⁰⁴:

Entregue ao trabalho absorvente, à grande tarefa de reconstrução financeira, exercendo efectiva vigilância sobre a arrecadação de rendas, não abandonou o Sr. dr. Antônio Carlos os outros encargos da presidência. Cuidou especialmente da instrucção popular.

Nada menos de 21 escolas, mantém o Município. A actual administração conservou as que encontrou e creou outras.

Injustamente accusado de fazer política, o Sr. dr. Antônio Carlos não demittiu um só dos professores nomeados pelo seu antecessor.

E quanto ao funcionalismo, em geral, foi quasi todo conservado, não tendo havido uma só demissão por motivo político.¹⁰⁵

No final de 1911 existiam já 28 escolas instaladas no município – 96% de crescimento, as quais eram divididas em “subvencionadas” e “mantidas” pela câmara

¹⁰²Optou-se por desenvolver em outro subitem a expansão deste setor quando Antônio Carlos exerceu a presidência do Estado de Minas (1926-1930), por tratar-se de um período relevante, não só para a história da educação pública em Juiz de Fora, mas para todo o sistema educacional deste estado, com a Reforma do Ensino Normal e Primário realizada em seu governo (1927-1928)

¹⁰³Pelo fato das sessões do Senado estadual se concentrarem em poucos meses do ano possibilitava o exercício simultâneo dessas, sendo que nas suas ausências Antônio Carlos era substituído pelo vice-presidente da Câmara Municipal - Oscar Vidal.Barbosa Lage.

¹⁰⁴Ver *Jornal do Commercio*, Juiz de Fora, 16 janeiro de 1909.

¹⁰⁵Idem, Juiz de Fora, 16 de janeiro de 1909, p.1.

municipal¹⁰⁶. Esta rede escolar era, na sua quase totalidade, constituída pela primeira categoria de escolas, com um reduzido número de cadeiras oficialmente criadas e mantidas pela municipalidade. Situação inversa a da administração anterior (1905-1907), que apesar de ter possuído um número menor de escolas - cerca de 15 cadeiras -, tinha em sua maioria escolas “mantidas”.

Conforme os documentos estudados, as escolas subvencionadas era criadas pela iniciativa particular, ganhando determinada subvenção para custear seu funcionamento, desde que oferecessem ensino gratuito. O valor de tal subvenção era estipulado pelo agente executivo através de resoluções da Câmara Municipal e, geralmente, fixadas em torno de 50\$000. Já as escolas mantidas, eram criadas oficialmente pelo poder público, recebendo além dos vencimentos mensais, mobiliário e alguns materiais de consumo - não ficando, porém seus professores isentos de impostos e aluguéis de salas. Os critérios de estipulação dos vencimentos mensais dos regentes destas cadeiras variaram nas administrações estudadas de Duarte de Abreu (1905 a 1907) e a de Antônio Carlos (1908 a 1912), sendo, em geral, maiores do que as subvencionadas – cerca de 125\$000 (cento e vinte e cinco mil réis).¹⁰⁷

As diferenças entre essas duas categorias de escolas explicam, em parte, o fato de ter havido uma visível expansão da rede de escolas na administração de Antônio Carlos (1908-1912), sem ter havido, na mesma medida, um aumento significativo na verba total destinada à educação municipal. Fenômeno que pôde ser observado nos orçamentos anuais votados pela Câmara naquele período, como também, em alguns relatórios oficiais publicados na imprensa, dos quais se observou uma retração dos recursos destinados às escolas da cidade.

¹⁰⁶Segundo o relatório de Albino Esteves, inspetor escolar, em janeiro de 1912, havia até aquela data várias escolas subvencionadas e mantidas pela municipalidade, que foram instaladas no decorrer de seu governo. Foram criadas seis escolas urbanas no distrito da cidade, relacionadas a seguir: a Escola Urbana Noturna das Classes Operárias, fundada em setembro de 1908; a Escola Urbana Mista da Gramma, fundada em janeiro de 1908; a Escola Urbana Mista da Avenida Dona Rita Halfeld, mantida pela Sociedade São Vicente de Paula, fundada em julho de 1908; a Escola Urbana Noturna dos Coqueiros, localizada no Borboleta, fundada em maio de 1909 e a Escola Urbana Mista do Borboleta, fundada em setembro de 1909. Figuram também entre as escolas distritais criadas no seu governo, as instaladas em 1908, como a de Filgueiras, no distrito de Chácara; a de Pirapetinga, no distrito de São Francisco de Paula e a de Santa Rosa, no distrito de Matias Barbosa. Além destas ganharam subvenções, em 1910, o Externato de Água Limpa; a Escola do Lageado, distrito de São Francisco de Paula; a Escola de Cotegipe, distrito de São Pedro de Alcântara e a Escola da Fazenda da Providência, distrito de Chácara. E por fim, em 1911, as escolas de Limoeiros em Porto das Flores; de Sobragy em Vargem Grande, de Boa Vista, em Chácara e de João Ferreira no distrito de Água Limpa - única, entre todas as demais escolas citadas, que não era subvencionada e sim mantida pela municipalidade.

¹⁰⁷Ver Resoluções da Câmara (1905-1912) e Relatórios da Instrução Pública da Câmara Municipal de Juiz de Fora 1905 e 1911 a 1913.DAH/PJF

A tabela abaixo ilustra bem esta aparente contradição:

ORÇAMENTOS APROVADOS PARA A INSTRUÇÃO PÚBLICA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA (1907-1911)					
DISTRITOS	1907/1908	1908/1909	1909/1910	1910/1911	1911/1912
	Verbas em Réis				
Cidade	17:150\$000	13:600\$000	6:000\$000	6:000\$000	7:000\$000
Sarandy	1:200\$000	1:800\$000	1:541\$000	1:541\$000	1:541\$000
Chácara	720\$000	1:800\$000	1:235\$000*	1:235\$000*	1:235\$000*
Sant' Anna do Dezerto	480\$000	2:575\$000*	1:200\$000	1:200\$000	1:200\$000
São Francisco de Paula	600\$000	1:800\$000	620\$000	620\$000	620:000
São Pedro de Alcantara	1:240\$000	2:400\$000	1:575\$000*	1:575\$000*	1:575\$000*
São José do Rio Preto	300\$000	1:200\$000	635\$000	635\$000	635\$000
Paula Lima		1:200\$000	3:005\$000*	3:005\$000*	3:005\$000*
Vargem Grande	360\$000	1:800\$000	1:200\$000*	1:200\$000*	1:200\$000*
Porto das Flores		600\$000	360\$000	360\$000	360\$000
Água Limpa	720\$000	3:360\$000	2:100\$000*	2:100\$000*	2:100\$000*
Mathias Barbosa	1:800\$000	1:800\$000	1:800\$000	1:800\$000	1:800\$000*
Rosário		1:200\$000	1:200\$000	1:200\$000	1:200\$000
Total dos Distritos:	7:420\$000	21:635\$000	16:471\$000	16:471\$000	16:471\$000
Total distrito/cidade	24:570\$000	35:235\$000	22:471\$000	22:471\$000	22:471\$000

LEGENDA:

O ano em negrito corresponde ao ano em que foi votado o orçamento. A primeira coluna refere-se ao orçamento para 1908, votado na administração anterior.

As verbas assinaladas com (*) referem-se aos valores gastos com instrução e obras públicas (não tendo sido especificado o valor para cada destinação).

Fonte: Resoluções da Câmara Municipal de Juiz de Fora votadas no período de 1907 a 1911.

Alguns aspectos da tabela merecem ser destacados. Nota-se, por exemplo, que no ano de transição das duas administrações, foi votado para o distrito da cidade, referente ao exercício de 1908, uma verba de 17:150\$000 (dezessete contos, cento e cinquenta mil réis), bastante discrepante ao se considerar as verbas orçadas para os anos anteriores¹⁰⁸ e posteriores. Aspecto relevante, uma vez que nas disposições gerais dos orçamentos votados pela câmara para os anos de 1905, 1906 e 1907, havia um dispositivo que dava autonomia ao agente executivo de remanejamento de todas as verbas orçamentárias, abrindo-se, aí, uma prerrogativa de se transferir tais recursos de um determinado setor para outro. Este dispositivo, curiosamente, não aparece nos orçamentos votados para os anos seguintes (1908 a 1912). Fato que deve ser levado em conta ao se considerar o número elevado de pontes e prédios construídos na gestão anterior (1905-1907), abrindo-se uma possibilidade de aumento de verbas no setor de obras públicas. Isso aponta para uma maior probabilidade de desvio de verbas da educação para o setor de obras, principalmente no que tange aos orçamentos dos distritos.

¹⁰⁸Devido à limitação do tempo imposta a esta pesquisa optou-se em levantar apenas as verbas disponíveis para o distrito da cidade, referente aos de 1905, 1906 e 1907, que foram, respectivamente, as seguintes: 7:650\$000, 10:000\$000 e 12:000\$000.

Outro indício que também sustentaria a análise anterior foi o dispositivo criado na administração de Antônio Carlos - Resolução nº 638 de 06 de outubro de 1908¹⁰⁹ -, referente à proibição do uso de recursos da instrução para outros fins. O que reforça a idéia antecedente e explica, em parte, a vinculação das verbas de instrução e obras públicas observada em vários orçamentos distritais a partir de 1910.

Não foram encontrados, porém, mais indícios que pudessem justificar aquele aumento súbito das verbas distritais para o ano de 1909, nem para se traçar um índice confiável destas verbas nos anos posteriores, visto que metade dos distritos passou a vinculá-las às de obras públicas, numa possível tentativa de burlar o dispositivo criado pela administração de Antônio Carlos.

Nota-se, no entanto, que mesmo que tenha havido uma relativa expansão das verbas destinadas à instrução, tais recursos não acompanharam proporcionalmente a expansão do número de escolas instaladas até o final de 1911 - cerca de 90% com relação à gestão anterior. Este fato aliou-se, ainda, a uma expressiva retração no que se refere às verbas para o distrito da cidade (cerca de 50%).

Dois aspectos da administração de Antônio Carlos poderiam sustentar esta incongruência. Um deles decorre do aumento do número escolas subvencionadas, na quase totalidade das instituições em sua gestão. Estratégia que lhe teria rendido uma maior racionalização dos custos com a educação popular, uma vez que as verbas disponíveis para as subvenções, em geral eram estipuladas com valores bem mais baixos do que as verbas destinadas às escolas oficiais.

A título de comparação, observou-se que os salários mensais pagos às escolas mantidas na administração de Duarte de Abreu eram de 137\$000 para a escola noturna e 125\$000 para as demais - quantia bem maior do que a destinada às escolas subvencionadas que giravam em torno de 50\$000 - o que representaria para a Câmara a possibilidade de se reduzir pela metade os gastos com a rede escolar.

Somou-se a isso, a criação de dispositivo legal que vigorou já em 1908, vinculando os vencimentos dos professores das cadeiras oficiais à frequência de seus alunos, critério que, sem dúvida, poderia ter contribuído para o enxugamento das verbas neste setor.

¹⁰⁹O dispositivo da resolução 638 de 1908 está redigido da seguinte forma: “a verba de instrução pública será aplicada unicamente na manutenção das escolas municipais e em subvenções às escolas primárias”.

Cabe, ainda, ressaltar que houve também uma expansão da rede estadual de ensino do município, com a criação de novas escolas, entre elas dois grupos escolares – o grupo escolar de Mariano Procópio e o Grupo Escolar de Matias Barbosa. Fato que teria permitido uma migração de alunos e conseqüente redução da freqüência nas escolas mantidas nestas localidades.

Dessa forma, pode-se apontar dois pontos-chaves da atuação política de Antônio Carlos no período de sua administração municipal. De um lado sua racionalidade administrativa, que, possivelmente, contribuiu para um estrangulamento dos vencimentos dos profissionais atuantes na rede escolar municipal e sua conseqüente precarização. De outro, a convicção da ação positiva da educação como elemento impulsionador do progresso de uma sociedade. Nesta direção, o político andradino, tendo como cerne a ação “zelosa” de um homem público frente a “grande causa nacional da educação”, defendeu, mesmo que de forma precária uma ampliação da rede escolar, não abandonando seu projeto cultural. \percebe-se que o político busca estratégias para atender as especificidades daquele contexto, no qual o endividamento municipal poderia ser colocado como uma realidade concreta que se impôs diante de sua administração. Fato relevante para se compreender os meandros de sua ação racionalizadora.

Ainda sob os auspícios desta causa educacional, Antônio Carlos utilizou-se de sua posição política no Congresso Mineiro para obter, por parte do governo do estado, uma intervenção efetiva em favor da expansão da rede escolar do município. Em decorrência dessa ação articuladora, já no início de sua administração, novas escolas estaduais foram criadas, conforme se observou em nota publicada pelo *Jornal do Comércio* em 30 de abril de 1908.

A recente viagem do Sr. senador Antônio Carlos a Belo Horizonte, foi, como era de se esperar, muito proveitosa para o município, que s. ex. ora dirige com mais alto critério.

O Sr. Presidente João Pinheiro resolveu a fundação de uma colônia agrícola¹¹⁰ com campos de experiência e demonstração, auctorizando o Sr. Antônio Carlos a procurar para esse fim uma fazenda apropriada.

[...]

¹¹⁰Esses “campos de experiência e demonstração” tinham como finalidade o ensino prático agrícola, e a fundação dos mesmos estava em consonância com as propostas de aperfeiçoamento e profissionalização desse setor, empreendidas pelo governo de João Pinheiro. Cabe ainda destacar que o projeto de criação de um campo de demonstração no município de Juiz de Fora já havia sido votado pela câmara em 1907. Ver Mensagem do Presidente, *Jornal do Commercio*, 24 de junho de 1908, p. 1; ver também Livro de Resoluções da Câmara de 1907DAH-PJF.

Obteve mais o Sr. Dr. Antônio Carlos do illustre Sr. Dr. Carvalho de Britto a criação de quatro escolas singulares, em prédios que a Câmara obrigou-se a oferecer.

E ficou ainda resolvido a fundação de um grupo escolar de Mathias Barbosa, medida de grande alcance para aquelle florescente núcleo de atividade agrícola, industrial e comercial.

Esperamos que o município avalie devidamente a boa vontade que assim se manifesta o governo com relação a elle e os esforços feitos pelo Sr. Dr. Antônio Carlos para bem servi-lo¹¹¹.

As quatro Cadeiras citadas no recorte anterior foram criadas no intuito de expandir a rede estadual primária no distrito da cidade, não tendo o governo do estado definido a localização geográfica específica para a instalação destas escolas isoladas.

O Grupo Escolar citado também na nota, aparece como reivindicação dos moradores daquele distrito, desde 08 de abril de 1908, quando em sessão ordinária da Câmara Municipal, tal projeto fora representado pelo vereador Sr. Souza Brandão. Este defendeu a criação do Grupo Escolar em seu distrito, apresentando a planta do prédio que seria destinado para sua instalação e o recenseamento escolar daquela região.

Dias depois da publicação anterior, circulou a notícia de projeto de fundação de um outro Grupo Escolar, agora em Mariano Procópio, um bairro do distrito da cidade, que logo recebeu apoio da municipalidade, ratificado pela seguinte nota:

Podemos assegurar que se a fundação do grupo escolar de Mariano Procópio depender do oferecimento ao governo do Estado de casa para esse fim, nossa cidade terá mais esse importante melhoramento.

O Sr. Dr. Antonio Carlos, presidente da Câmara fez chegar ao conhecimento do Sr. Dr. Carvalho Britto que a municipalidade cederá prédio necessário para a boa instalação do grupo.¹¹²

Vê-se, portanto, que já naquele momento existiam dois projetos de criação de novos grupos escolares no município, o que não passou desapercibido pela oposição, que teceu incisivas críticas aos mesmos, tendo na pessoa de Estevam de Oliveira seu principal articulador. Esse jornalista, crítico voraz da política situacionista, o “Lambareiro” como o próprio se intitulava, se posicionou contrário à

¹¹¹ Ver *Jornal do Commercio*, Juiz de Fora, 30 de abril de 1908, p.1.

¹¹² Idem, Juiz de Fora 06 de maio de 1908, p.1.

criação desses grupos, em especial, ao de Mariano Procópio. Em seu diário – o *Correio de Minas* – publicou uma série de artigos criticando e denunciando o caráter eleitoreiro dessas iniciativas. Em artigo publicado em 07 de maio de 1908, Estevam de Oliveira iniciou sua apreciação sobre o projeto de criação do grupo de Mariano Procópio da seguinte forma:

Não estivéssemos já em pleno período eleitoral, e deixaríamos correr mundo, sem o menor comentário, tão alviçareira notícia, certos como estamos de que não realizará a criação do grupo escolar em Mariano Procópio de que é inviável e inexequível semelhante criação, e de que somente interesses partidários a intentam...

Como isca de pescaria de votos para as próximas eleições federaes.¹¹³

Nesse mesmo tom, o jornalista apontou os motivos que o levou a acreditar ser aquele projeto inconsistente e inexequível. Segundo ele, existiu naquele bairro, sete anos antes, uma escola mista que foi fechada por falta de frequência legal. A explicação dada para tal fato seria a de que naquela adjacência já havia um instituto educacional para ambos os sexos, dirigido pelas Irmãs de Santa Catharina, religiosas que, na sua maioria era de origem alemã, o que tornava um chamariz para as famílias que ali residiam, também, em grande parte, de origem germânica. Ressaltou, ainda, que a existência de tal instituto, da forma como era mantido, respondia bem às necessidades daquele bairro, sendo um gasto desnecessário para o governo do estado a criação de um grupo naquele local, já que outras áreas da cidade precisavam ser também contempladas. Além do mais, reforçou o jornalista, já existia na região circunvizinha, a escola do morro da Gratidão - que atendia também uma parte das crianças de Mariano Procópio. Assim sendo, o mais prudente, na opinião do articulista, seria a criação de uma escola singular; para menor dispêndio do Estado e também “pela razão de que divididos os alemães dali em catholicos e lutheranos, a escola do estado, neste regimen de laicidade, seria o ponto neutro em que se podem encontrar meninos pertencentes as duas confissões”.¹¹⁴

Acresce Estevam, que o prédio que supostamente seria oferecido pela municipalidade para a instalação do futuro grupo, não era adaptável aos preceitos de organização e higiene preconizados para tais institutos, não prestando nem mesmo para uma escola isolada. Além disso, a Câmara não teria condições financeiras de

¹¹³Ver *Correio de Minas*, Juiz de Fora., 07 de maio de 1908, p.1.

¹¹⁴Idem.

arcar com a construção de um novo prédio, sendo, portanto, a seu ver, o projeto de criação deste grupo uma propaganda eleitoreira.

A exposição de Estevam revelou-se rica de sentidos, deixando transparecer em seu discurso contradições muito freqüentes em sua época, próprias do confronto entre dois ideários. De um lado, a manutenção dos valores de uma tradição católica, fortemente enraizada na sociedade e de outro, as propostas de laicização da escola republicana.

Neste sentido, a estratégia persuasiva do jornalista mostrou-se bastante contraditória, pelo fato de ter sido ele um dos mais célebres defensores da propaganda republicana na região, apoiando na imprensa, muitas vezes de forma veemente e cega, os preceitos do republicanismo.

O articulista, ao mesmo tempo em que sustentou sua argumentação na ação efetiva das irmãs de Santa Catarina, legitimando, em certa medida, a ação diretiva das mesmas, apontou a necessidade de se instalar uma escola singular laica que servisse como ponto de neutralização desta ação. Neste caso, observa-se que não houve por parte de Estevam de Oliveira, uma preocupação central de ampliar a rede pública naquele bairro, visto que, em momento algum criticou a presença das escolas particulares mantidas por aquela entidade religiosa, sugerindo em seu artigo apenas a criação de uma escola que suprisse o restante da demanda escolar do bairro. Posição contrária a alguns moradores de Mariano, que sustentaram o projeto de criação do grupo através de representação encaminhada ao Secretário do Interior, Carvalho de Brito, através do abaixo assinado de 20 de abril de 1908:

E' do seguinte teor a representação que foi dirigida ao Sr. dr. Carvalho Brito, digno secretario do interior:

“Os habitantes do bairro Mariano Procópio, em Juiz de Fora, vêm pedir a v. ex. a criação de um grupo escolar no mesmo bairro, por quanto pela estatística ultimamente levantada, como verá v. ex. pela copia junta, existem 300 creanças em idade escolar, as quaes, por falta de um grupo no referido logar e' pela longitude dos da cidade, frequentam na sua maioria escolas particulares, onde não são observados os methods modernos do ensino.

Confiados no alto espírito de justiça de v. ex. esperam os habitantes de Mariano Procópio ver coroada de bom êxito a sua alta aspiração.

Mariano Procópio, 20 de abril de 1908. - Antonio Bernardes Fraga, Maximiliano Engel, Manoel José de Castro, O. Beck, Joaquim Ribeiro da Silva Braga, George Francisco Grande, Rodolpho Neubauer, Valentim Dilly, Antenor Gonzaga, Caelos Barbosa Leite, Emerenciano Pereira de Almeida, Álvaro Mendes,

Joaquim Teixeira Alves, Pedro Gonçalves Andrade, Phelippe Griese, Manoel da Silva Borges, Victaliano Albuquerque Mello, dr. Carlos Guedes da Costa, Mansueto Renucci, Christiano Gereim, Frederico Bongratz, Francisco Dore, Henrique L. Santos, Deolino D. Silva, Detleff Krambeck, Eduardo Weiss, Nicoláo Schoralick."

Das trezentas creanças mencionadas na estatística, não fazem parte as que estão matriculadas na escola mixta daquele bairro.

Tais nuances revelaram-se ricas pelo fato de evidenciarem naquele espaço urbano a existência de diferentes projetos em disputa, representados pelas ações evangelizadoras do catolicismo, do protestantismo e, de certo modo, do Republicanismo. Vê-se, por exemplo, que naquela ocasião havia, ali, instalada a Escola Evangélica-Alemã, fundada em 1888 e regida pelo Pastor Fritz Bliedner e as escolas de São Geraldo - uma para meninas e a outra noturna para o sexo masculino -, mantidas pelas já citadas irmãs de Santa Catharina, principais responsáveis pela criação da Sociedade Propagadora do Ensino Primário.

Com relação ao projeto sustentado por esta Sociedade, ganhou espaço no diário de Estevam de Oliveira, uma nota do padre Adriano Wiegante que ao se posicionar diante da contenda desencadeada na imprensa sobre a criação do grupo escolar, ratificou a ação "benemerita" daquelas irmãs, imbuídas em propagar o ensino elementar no bairro de Mariano Procópio. Tal nota serviu ao jornalista Estevam como trunfo para sustentar suas posições:

Escreve nos o padre Adriano Wiegant, cúria da Glória:
Referindo-me à questão movida nos jornaes a respeito da fundação de novas escolas no bairro de Mariano Procópio desta cidade de Juiz de Fora, tenho a honra de comunicar a v. o que se segue:

No princípio do ano corrente fundou se nesse bairro uma Sociedade Propagadora de Ensino Primário. Esta sociedade sustenta:

- 1) as quatro aulas das escolas de Santa Catharina, com 122 alumnos e alumnas.
- 2) a escola de São Geraldo com 65 meninas.
- 3) uma aula noturna com 40 meninos.

A mesma sociedade Propagadora em breve pretende fundar escolas em mais outros pontos do nosso bairro.

Além disso, há em Mariano Procópio quatro outras escolas particulares, cada uma com a freqüência de mais ou menos 20 alumnos.

As revmas. irmãs de Santa Catharina, que durante 10 annos têm promovido o adeantamento intellectual e moral da mocidade, a grande satisfação de toda a povoação, estão construindo um novo e espaçoso prédio escolar, que e tará prompto no mez de novembro do corrente anno e cabera o número de 300 alumnos e alumnas.

Eis o que queria eu levar ao conhecimento de v., para esclarecer

lhe a verdadeira situação do nosso bairro."
 Não poderíamos encontrar melhor argumento a favor do que temos
 escripto com relação à projectada criação de um grupo escolar em
 Mariano Procópio, principalmente partindo desinteressadamente de
 venerano sacerdote;¹¹⁵

Do outro lado desta contenda situou-se o *Jornal do Commercio*, que buscou defender o projeto de criação do grupo de Mariano Procópio, atribuindo sua autoria a Antônio Bernardes Fraga, poeta e jornalista deste diário.

Morador daquele bairro, sua presença foi marcante no processo de criação do novo grupo, tendo sido sua a iniciativa de levantamento da estatística escolar de Mariano Procópio, encabeçando, também, a lista daquele abaixo assinado enviado ao governo do Estado.

Naquela ocasião, estes dois jornalistas, Estevam e Fraga, travaram um intenso debate na imprensa local. O primeiro, o já citado “Lambareiro”, desde o início foi contrário ao projeto. Ao sustentar sua crença na seriedade da Reforma, acreditou na impossibilidade do governo do Estado apoiar tal fantasia eleitoreira:

(...) bem se vê que só de poetas poderia nascer o estupendo projecto. Admira, entretanto, que o presidente da Câmara, homem de governo, lhe fosse dando acolhida entusiástica sem o menor exame. Nem outra cousa se deduz do afam com que se vulgarizou a notícia alvicareira, acompanhada da nota de haver sido já por s. exc. oferecido o respectivo prédio.

Com o alarme do Correio ficaram a descoberto as baterias e desde logo se viu que o grupo escolar de Mariano Procópio, morrido e matado ao nascedouro, nada mais era mesmo que simples fantasia de
 poética e litteratura.¹¹⁶

Fraga, por sua vez, respondeu sarcasticamente às críticas de Estevam, alimentando a polêmica. Para ilustrar recortou-se a seguinte trova destinada ao “pedagogo”:

Não quero ser egoista; assim não deve ficar, como me pedes,
 com a minha versalha. Ahi vae ella. Ouve, meu pedagogo:

¹¹⁵Ver *Correio de Minas*, Juiz de Fora, 10 de maio de 1908, p.1.

¹¹⁶Idem, Juiz de Fora, 09 de maio de 1908, p.1.

Quem dos pequenos
moteja
Tem de graça esta lição;
Um cordeirinho que seja
Pode tomar-se um leão.

Do coió de pouca sorte
Já ninguém hoje dá fé,
Do major, depois da morte,
Só ficou um porco em pé.

O major está zangado,
Desce a serra, meu major,
Pedagogo arreliado,
Larga o osso
C' es trop fort!

E' bem negro o teu passado,
Vê si o esqueces, pedagogo!
Urso manso, hoje ensinado
Escriptor que não dá fogo.¹

Ouve o hymno desta troça,
Que te escrevo, meu
pavão,
Que os meninos lá da roça
Vão cantar ao violão.

Larga a penna lambareira,
O' major pesado e tardo,
Sae fugindo de carreira
Do doutor do Rio Pardo.

Pode-se perceber que os recortes anteriores revelam, em pequena escala, as singularidades que envolveram o processo de criação de um grupo escolar na cidade. Instituição que naquela época ganharia uma dimensão material e simbólica na sociedade, afirmando-se como espaço “modelar” da escolarização elementar. Esses recortes revelaram, também, a correlação de forças presentes naquele contexto, identificadas com diferentes projetos educacionais e políticos. Deste modo, ao contrário do que esperava Estevam, o projeto de criação do grupo de Mariano foi sustentado pelo governo do Estado, através de uma efetiva mediação de Antônio Carlos, tendo sido criado no ano seguinte, juntamente com o grupo de Matias Barbosa.

O grupo escolar de Mariano foi instalado no prédio que havia pertencido ao extinto Conselho Distrital da Cidade, no dia 12 de junho de 1909. Sua cerimônia de instalação foi noticiada pelo Jornal do Comércio:

Realizou-se hontem, a 1 hora da tarde, a installação do grupo escolar em Mariano Procópio, creado a esforços do Sr. dr. Antonio Carlos, illustre presidente da Camara e agente executivo municipal.

Esse novo estabelecimento de ensino representa mais um importante serviço que sua exc. presta á cidade e notável melhoramento para aquelle bairro.

O grupo está instalado n o antigo edifício do conselho districtal, á rua Bernardo Mascarenhas, cedido pelo Sr. dr. Antonio Carlos ao governo de Minas.

Esse edifício acha-se dividido em quatro amplas salas,

possuindo excelente mobiliário escolar.

E' directora do grupo a senhorita Francisca Lopes e professoras a exma. Sra. D. Maria Rita Burnier Pessoa de Mello e senhoritas Carolina Kascher e Maria da Gloria Neiva.

A matricula exigida pelo regulamento é de 120 alumnos, e já se acham matriculados 168, havendo um excesso de 48 o que revela o entusiasmo com que foi acolhido o novo estabelecimento.

A' solemnidade compareceu o Sr. dr. Antonio Carlos, representando o Sr. dr. Estevam Pinto, secretário do Interior, Belmiro Braga, inspetor escolar, representantes da imprensa, grande numero de exmas senhoras e cavalheiros.

Os alumnos entoram um hymno á bandeira, hasteando-se, á frente do edificio, o pavilhão nacional.

Depois foi aberta a sessão, presidida pelo Sr. dr. Antonio Carlos, que declarou que alli comparecia representando o dr. Estevam Pinto, afim de instalar o grupo.

Ao fazê-lo, devia assignalar que é mais um grande melhoramento que os srs. drs. Wencesláu Braz e Estevam Pinto prestam ao município.

Falou em seguida o Sr. Belmiro Braga, inspetor escolar
(...)

A criação desse grupo escolar representou, de certa forma, a concretização de um projeto que abarcou ao mesmo tempo os interesses reformistas do Estado e as reivindicações de ampliação da escolarização primária naquele bairro. Tal desdobramento possibilitou uma melhor compreensão dos meandros que envolveram a constituição deste novo espaço público, revelando o confronto entre o ideal e o real, como resultante de um processo hegemônico de intenso debate e disputa.

De 1912 a 1926, Antônio Carlos deslocou sua atuação para o cenário político nacional, exercendo os cargos de Deputado Federal (1912-1924), de Ministro da Fazenda (1917-1918) e de Senador do Congresso Nacional (1924-1926). Apesar desta trajetória, pôde-se observar que apesar de seu relativo afastamento da política local, o político continuou a interceder a favor de vários projetos educacionais em Juiz de Fora. Como exemplo de sua intervenção em prol da expansão da escolarização primária, cita-se o projeto de criação do grupo escolar de São Mateus, instalado em 1918.

O processo de criação deste estabelecimento de ensino não foi diferente dos demais citados anteriormente, visto que envolveu disputas e contendas em torno de sua constituição. Desde 1916 havia sido disponibilizada pela Secretaria do Interior verba para a construção de prédios escolares na cidade – cerca de 15:000\$000 (quinze contos de réis), verba essa referente à venda de um terreno legado ao Estado

pelos herdeiros do Barão de Cataguases que, necessariamente, deveria ser destinada à instrução pública. Diante disso, surgem dois projetos de construção de novos grupos, um no bairro de São Mateus e outro no bairro de Botanágua. Fato que levantou grande polêmica, pois a quantia referida não seria suficiente para cobrir as despesas com a construção dos dois prédios escolares nos distintos bairros, tendo sido o primeiro o único contemplado pela verba.

Naquela ocasião, o jornal *O Dia*, dirigido por Albino Esteves, no intuito de “bem servir aos interesses populares, [e] pugnado pelo progresso da cidade” realizou amplo debate entre os intelectuais da cidade, que indiretamente, influíram na criação deste estabelecimento de ensino. Destacaram-se os professores Machado Sobrinho, Oswaldo Velloso, Áurea Bicalho, Antonio Raymundo da Paixão, Belmiro Braga, Sylvio Vianna, José Eutrópio. Dilermano Cruz, capitão João de Campos Monteiro Bastos e dr. Bernardo Aroeira, que fizeram publicar artigos, evidenciando a necessidade absoluta da criação do Grupo de S. Matheus.

Vale ressaltar o posicionamento de Machado Sobrinho, jornalista e diretor do colégio Lucindo Filho, que em entrevista concedida ao citado diário, marcou sua posição favorável à criação deste grupo, afirmando em seu discurso a importância de se estender genericamente estes institutos na cidade. Diz o professor:

Sob o ponto de vista com que encaro o desenvolvimento da instrução pública primária, como ponto de partida para a grandeza intelectual das unidades da Federação Brasileira, não acho que a criação de um grupo escolar no bairro de São Matheus consulte apenas aos interesses da respectiva população. Vou mais longe: acredito que a fundação desse tão desejado instituto de ensino primário interessa a toda a população de Juiz de Fora, provado como está que o ensino dado nos grupos [...] tem prestado ótimos serviços à magna causa do ensino popular nesta cidade, combatendo a praga do analfabetismo.

Digo mesmo que deveríamos ter menos escolas primárias particulares e muito mais grupos escolares, pois estes estão prestando inestimáveis benefícios à moralização, metodologia, laicização e o cimentamento do bom ensino primário – plintha (?) basilar do ensino secundário.

O ensino primário particular em Juiz de Fora, salvando as raras exceções que sempre há, é balbúrdioso, deunido, sem gradação pedagógica. está mesmo a reclamar um código proibitivo...É lamentável, mas é facto¹¹⁷.

Vê-se que o educador sustentou sua posição no princípio publicista da educação, defendendo uma escola pública, laica e de boa qualidade para todos.

¹¹⁷Ver Livro: As Entrevistas do O DIA, sobre o Grupo Escolar de S. Matheus. Juiz de Fora: Typ. Americana, 1918, p.7. Acervo da Biblioteca Municipal de Juiz de Fora.

Teceu, ainda, uma incisiva crítica às escolas particulares de ensino primário da cidade, apreciação esta, que se denota pertinente, ao se considerar o contexto daquele bairro, onde não havia nenhuma escola pública, sendo que uma grande parcela das crianças eram obrigadas a se matricularem em escolas particulares e paroquiais, mais próximas a sua comunidade.

Em contrapartida, José Rangel, farmacêutico e diretor dos grupos centrais da cidade, ao ser indagado pelo mesmo jornal, posicionou-se desfavoravelmente à criação deste novo grupo, sustentando a idéia de se criarem apenas duas escolas reunidas. O educador contestou a estatística realizada pelos defensores do movimento de criação do grupo de S. Mateus, na sua fala uma estatística de favor ou de boa vontade. Neste caso, defendeu a divisão eqüitativa da verba disponível para o bairro de São Mateus e o de Botanágua, justificando também sua posição na precariedade financeira pela qual se encontrava o governo do Estado. Para Rangel:

Dotar um núcleo de população com um serviço completo em detrimento e com preterição de outro, com igualdade de direitos e de condições, seria medida injusta e odiosa. Oxalá possamos em breve ver o analfabetismo extinto entre nós! Procedamos, porém, com critério e segurança, a fim de que evitamos procedentes queixas e descontentamentos. Para o caso, a velha Sabedoria de Salomão...¹¹⁸

Nota-se que, apesar da coerência argumentativa de Rangel, pautada em princípios éticos de equidade e justiça, sua contundente crítica ao censo escolar realizado naquele bairro, segundo ele, “uma estatística de boa vontade”, revelou-se inconsistente. Pode-se sustentar tal inconsistência pelo fato de que na ocasião da inauguração do grupo já havia um total de 275 alunos matriculados, número bem acima do mínimo exigido pelo Regulamento do Ensino Primário para a constituição de um grupo (180 alunos). Este total de alunos egressos no novo grupo não poderia ser atendido apenas em uma escola reunida, conforme defendeu Rangel. Diante disso, é possível levantar a hipótese de que a resistência deste intelectual diante da criação do grupo de São Mateus poderia, em certa medida, ser justificada pelo fato de que uma grande parte da população escolar deste bairro, que poderia estar matriculada nos grupos centrais da cidade, naturalmente, migraria para o novo grupo, acarretando o esvaziamento de algumas cadeiras daqueles primeiros estabelecimentos. O que na época representaria a possibilidade concreta de perda da

¹¹⁸Idem, p. 12.

frequência legal e conseqüente supressão de cadeiras. Realidade que desagradaria de imediato o diretor Rangel, que há anos dirigia aqueles estabelecimentos de ensino.

Naquela ocasião, a Secretaria do Interior solicitou, então pareceres ao inspetor regional, Lindolfo Gomes, e ao engenheiro Clorindo Burnier, a fim de buscar informações, respectivamente, sobre a pertinência de se criar grupos escolares naquelas localidades e sobre a adequação do projeto de construção do prédio em São Mateus.

Em carta de 25 de abril de 1917, assinada por D Epaminondas¹¹⁹, endereçada ao Secretário do Interior, consta a avaliação de Lindolfo Gomes sobre a criação destes dois grupos na cidade. De acordo com este documento, o inspetor sustentou a posição de que seria mais conveniente a criação de duas escolas singulares e não grupos naqueles bairros. Posição justificável, segundo ele, devido à pequena quantidade de crianças ali existentes, que na quase totalidade delas recebia instrução nos grupos centrais da cidade, como também nas escolas paroquiais e em institutos particulares, Sugeriu, ainda, em seu parecer que as plantas para a construção dos prédios deveriam ser feitas de tal modo que pudesse posteriormente ser construídas outras salas em suas dependências, caso a frequência exigisse.

Curiosamente, no mesmo documento é citado uma representação do então deputado Antônio Carlos, defendendo a criação do Grupo Escolar em São Mateus, tendo sido ele próprio, o portador do ofício enviado pelo engenheiro Clorindo Burnier ao secretário, através do qual o engenheiro discorria positivamente a favor do projeto de construção do prédio, idealizado por Henrique Surerus & Irmãos.

Esta carta foi finalizada da seguinte forma: “À vista da informação do Sr. Lindolfo Gomes, da pretensão do Sr. Deputado Antônio Carlos, e do mais acima declarado, V. Ex^a. decidirá se deve ser construído o grupo de S. Matheus e a quem será encarregado as Obras. D. Epaminondas. 25 de Abril de 1917”.¹²⁰

Tal registro reforça a idéia de que a intercessão efetiva do então deputado Antônio Carlos junto a Secretaria do Interior, provavelmente, possibilitou a consolidação do projeto de criação do grupo de São Mateus. Isto se sustenta, ainda, pelo fato de que na ocasião dessa contenda, exercia a presidência do Estado de Minas seu primo e companheiro político, Delfim Moreira.

¹¹⁹ Não há mais referência sobre este signatário, sabe-se, porém que suas atribuições estavam ligadas diretamente à Secretaria do Interior.

¹²⁰ Ver SECRETARIA DO INTERIOR. Orçamentos de Reformas em grupos escolares, designações de trabalhos. JF. SI. 3943. Arquivo Público mineiro.

A pretensão de Antônio Carlos e dos demais atores que se mobilizaram pela criação deste grupo concretizou-se em 15 de janeiro de 1918, quando fora instalado em cerimônia solene com a participação de um grande número de pessoas. Ocasão em que seu recém nomeado diretor proferiu as seguintes palavras

Bem andou, portanto, o administrador mineiro, atendendo aos reclamos da população de S. Matheus, que apresenta hoje o seu coração agradecido a todos quantos concorreram directa ou indirectamente para a realização do seu justissimo desejo.

No numero dos primeiros, figuram os srs. dr. Américo Luz, o deputado João Penido e o dr. Antonio Carlos, actual ministro da Fazenda.

Ao Sr. Dr. Américo Luz, [...] grande parte de triumpho alcançado, pois com seu prestígio incontestável junto de amigos dedicados desbravou o caminho áquelles que se batiam pela causa grandiosa do aumento da instrucção em nossa cidade.

[...]

Os srs. deputado João Penido e o ministro Antonio Carlos tem-se imposto á consideração de seus patricios pelos muitos benefícios prestados á cidade durante largo espaço de tempo.

Políticos de prestígio próprio, espíritos esclarecidos, procuram elles pautar os seus actos de accordo com os interesses publicos, a que têm servido com dedicação.

O Grupo de S. Matheus teve logo o apoio valioso destes illustres cidadãos, sem o qual a sua existência seria duvidosa e periclitante.

E para perpetua-lhes os nomes, inauguraremos aqui os seus retratos, que serão apontados á mocidade estudiosa deste centro educativo.¹²¹

Neste mesmo ano de inauguração do Grupo de São Mateus, havia sido publicado uma nota no jornal *O Dia*, sobre a viagem de José Rangel a Belo Horizonte, para ali se entender com o presidente do Estado, Delfim Moreira, a favor da criação de um Jardim de Infância em Juiz de. A idéia foi aprovada pelo presidente do Estado, que de pronto mandou orçar a construção dos pavilhões necessários para tal instituição.

Porém, sua criação deu-se somente em 21 de outubro de 1921, já no governo de Arthur Bernardes da Silva. A construção da Escola Infantil teve início com o lançamento da pedra fundamental no dia 7 de setembro de 1922 e somente concluída no ano de 1925, no governo de Mello Viana.

Com grande visibilidade, a inauguração do Jardim de Infância "Mariano Procópio", realizou-se no dia 07 de junho de 1925, tendo sido cercada por inusitada

¹²¹Ver jornal O Dia, Juiz de Fora, 16 de janeiro de 1918, p1;

pompa. Compareceram à solenidade o presidente do Estado Fernando de Mello Viana, acompanhado por sua comitiva, estando presente também o representante oficial do Presidente Arthur Bernardes, o Comandante Moraes Rego, subchefe da casa militar da Presidência da República, vindo especialmente para esse fim. Estas autoridades foram recebidas pessoalmente por Antônio Carlos, pelo presidente da Câmara de Juiz de Fora dr. Eduardo Menezes, e por demais políticos, entre os quais cita-se João Penido Filho, Francisco Valladares, Rubens Campos e José Bonifácio de Andrada¹²².

De acordo com os registros encontrados, há indícios de que a organização pedagógica desta escola seguiu os preceitos da Escola Ativa, proposta, representando naquela época uma proposta bastante inovadora. Cabe aqui registrar a impressão deixada por seu idealizador, José Rangel, quando de sua visita a esta instituição:

Visitei, com vivo interesse, o Jardim da Infância "Mariano Procópio"; dessa visita colhi a mais confortadora impressão, por verificar a capacidade e a dedicação, não só da sua directoria, como dos seus elementos docentes, no desempenho de suas delicadas funções.

Nesta casa, verdadeiro jardim das creanças, se encontram em perfeita harmonia de vistas Pestolozzi, Froëbel, Montessori e Decroly.

Ahi são observados a rigor os preceitos pedagógicos relativos a escola activa - iniciativa, movimento, liberdade, observação, expressão e a possível realização.

Considero dos de maior valia o trabalho realizado, não só no ponto de vista tecnico, como no aspecto moral, pela sua intelligente actuação no sentido de estabelecer no seu ambiente interno o regime de cordeal entendimento que se observa entre a administração e o corpo docente.

Penso não enunciar conceito falso, affirmando não existir na Capital da Republica estabelecimento congênere em iguaes condições de installação e aparelhamento.¹²³

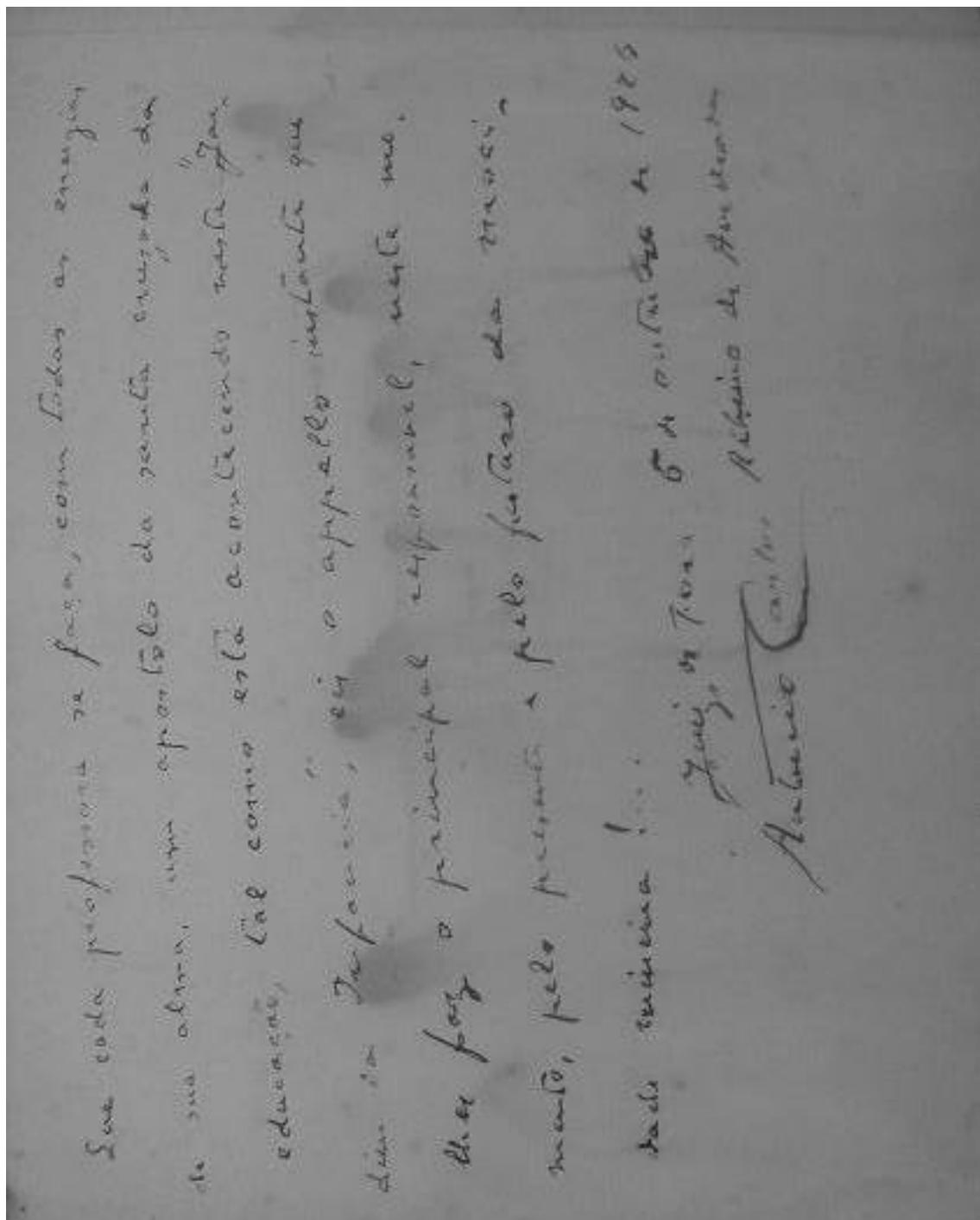
A presença de Antônio Carlos na inauguração deste Jardim de Infância prefigura o que mais tarde vai se desenhar em sua reforma de ensino, ou seja, uma “verdadeira cruzada” no sentido de revolucionar os métodos pedagógicos da escola publica mineira.

Em outubro de 1926, um mês após sua posse na presidência do Estado de

¹²²Ver Ata de Instalação da Escola Infantil Mariano Procópio, 07 de junho de 1925. Acervo da Escola Infantil Mariano Procópio/Juiz de Fora. Ver também jornal Diário Mercantil, Juiz de Fora, junho de 1925.

¹²³RANGEL, José: Álbum de visitas da escola Infantil Mariano Procópio, 5 de junho de 1925.

Minas Antônio Carlos deixou registrado, no Álbum de visitas desta Escola Infantil a sua intenção reformadora, iniciando já naquele momento, usando suas próprias palavras uma “verdadeira cruzada” de mobilização dos professores em prol da remodelação do sistema educacional público:



“Que cada professora se faça, com todas as energias de sua alma, um apóstolo da santa cruzada da educação, tal como está acontecendo neste Jardim da Infância, eis o apelo instantâneo que lhes faz o principal responsável, neste momento, pelo presente e pelo futuro da mocidade mineira!”.

*Juiz de Fora, 6 de outubro de 1926.
Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.*

FONTE: Álbum dos Visitantes da Escola Infantil Mariano Procópio.

Diante do que foi exposto, percebe-se que a atuação de Antônio Carlos R. de Andrada no cenário educacional de Juiz de Fora não pode ser compreendida apenas como resultante de uma atividade intelectual individual, movida por convicções pessoais ou por puras abstrações que influenciaram o pensamento educacional de sua época. Para além dessa perspectiva, percebe-se, que tais contribuições foram resultantes de sua ação mediadora, colocando-se entre o Estado e a sociedade civil, numa tentativa de defender os interesses de determinados grupos sociais. Uma “ação zelosa” que buscou elevar as questões educacionais como prioritárias ao desenvolvimento de uma sociedade. Neste caso, sustentou e apoiou iniciativas que estavam em consonância com seu projeto educacional e político., trazendo à tona o intenso debate em torno da hegemonia sobre o processo de inculcação ideológica desta sociedade, onde afloraram diferentes projetos em disputa.

4. A Reforma do Ensino Primário e Normal do Governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1927/1928) no contexto educacional de Juiz de Fora

4.1. Princípios norteadores da Reforma

Antônio Carlos, ao assumir a presidência do Estado de Minas Gerais em 1926, surpreendeu a todos com seu programa de governo de cunho liberal e inovador. Aproximou-se dos setores médios da sociedade e promoveu uma renovação no aparelho político do Estado aproximando-se da ala mais jovem do Partido Republicano Mineiro (PRM). Nessa ala destacaram-se Virgílio de Mello Franco, Odilon Braga, Francisco Campos entre outros políticos que seguiram uma linha mais progressista naquele partido, cujos ideais confluíam com os defendidos pelo Andrada.¹²⁴

Segundo Peixoto (1983), sua posição renovadora refletiu a perspicácia deste político em assumir a direção do processo de mudança que se impôs à sociedade a partir da década de 1920, desencadeado por profundas crises no setor econômico, social e político. Neste caso, era preciso fazer mudanças, aperfeiçoar as instituições democráticas sem transgredir radicalmente a ordem já estabelecida, ou seja, fazer, nas suas palavras, “a revolução antes que o povo a faça”.

No plano ideológico, como um liberal convicto, defendeu em sua proposta o princípio da liberdade individual compreendida dentro da lei como a matriz pela qual se deveria constituir um governo verdadeiramente democrático. A partir desta perspectiva, iniciou sua reforma política através da instituição do voto livre e secreto no Estado de Minas buscando, também, combater a hipertrofia do poder executivo, dando maior independência aos poderes legislativo e judiciário, bem como buscando a expansão das oportunidades para os setores sociais emergentes. (Cf. PEIXOTO, 1983, p.64)

De acordo com Nagle (2001), este princípio liberal moderno:

trouxe consigo não só a mensagem como a instrumentação institucional de remodelação da ordem político-

¹²⁴Segundo PEIXOTO, esta tendência modernizadora no interior das oligarquias mineiras, iniciada já no início da década de 1920, justifica-se, em certa medida, pelo fato de que já naquela época a máquina governamental abrigava em seu interior jovens intelectuais, alguns deles pertencentes à própria oligarquia, simpatizantes dos movimentos inovadores daquela época de que é exemplo o movimento de 1924. Cita-se como exemplo, Abgar Renault, Mário Casassanta e Carlos Drummond de Andrade, que publicou seus primeiros trabalhos no Diário de Minas, órgão oficial do PRM. (Ver PEIXOTO, 1983, p.56).

social. Significou a quebra dos velhos quadros opressores do desenvolvimento da personalidade humana, a ruptura do sistema de obstáculos que impedia o desenvolvimento harmônico (porque “natural”) da sociedade humana. Ao estabelecer a doutrina do não constrangimento nas diversas esferas da vida social – política, econômica, social e cultural –, a doutrina liberal afirmou ao mesmo tempo os princípios básicos das liberdades.¹²⁵

Apoiado nestes princípios e concernente aos debates que perpassaram os discursos de intelectuais e políticos na década de 1920 sobre o atraso em que se encontravam as instituições educacionais de nosso país, Antônio Carlos afirmou em seu programa de governo o caráter estratégico da Educação. Pois a ela caberia oferecer ao indivíduo condições para o exercício da cidadania, ao mesmo tempo em que aparelhasse “os indivíduos com as qualidades de saúde, de caráter e de aptidão que lhes permitem instituir-se em fator considerável da própria riqueza e, portanto, um elemento preponderante para o progresso econômico do Estado”.¹²⁶

Estes preceitos estavam afinados com o pensamento liberal do filósofo John Dewey, que entendia a sociedade democrática como resultante da atividade livre e racional de cada indivíduo capaz de formar um todo harmônico e consensual. O papel da educação seria o de orientar o indivíduo no exercício de sua liberdade e racionalidade, corrigindo-lhe seus prováveis desvios. Neste caso, a liberdade de escolha – o voto secreto, “constitui expressão máxima da igualdade de direitos e de participação de todos os indivíduos na ordem universal, um símbolo da autoafirmação individual”, tendo a educação “um papel homogeneizador”. (Cf. PEIXOTO, 1983, p.80)

A escola nesta perspectiva adquiriu a função de instrumento de reconstrução social, uma vez que segundo aquela concepção, se a escola refletia e reproduzia os problemas de uma sociedade seria também possível, através de uma escolarização organizada em bases sólidas e igualitárias, construir e cristalizar comportamentos coletivos, desejáveis e harmoniosos. Ou seja, somente através de uma base educacional homogênea e eficiente, que garantisse igualdade de oportunidades, é que se poderia formar indivíduos racionais e responsáveis que respeitassem e fizessem respeitar os direitos inalienáveis de uma sociedade democrática.

Na prática, afirma Peixoto (1983), Antônio Carlos, ao destacar a Educação em seu programa de governo garantindo através desta maior participação política aos

¹²⁵Ver NAGLE, 2001, p.311.

¹²⁶ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de. “Plataforma”, p7, apud. PEIXOTO, 1983, p.64.

grupos até aquele momento marginalizados no processo democrático, na verdade, estaria utilizando-a como importante instrumento de controle e persuasão dos novos grupos em ascensão na sociedade.

Para além desta perspectiva apontada pela autora, não se pode negar o fato de que foi no governo de Antônio Carlos (1926-1930), que se realizou uma das mais amplas reformas educacionais do país na década de 1920, situada por Nagle (2001), como um marco importante do movimento de renovação do sistema educacional brasileiro.

Esta Reforma foi idealizada e implementada por Francisco Campos, o Chico Ciência como era conhecido o então Secretário do Interior no governo de Antônio Carlos. Este projeto concretizou-se através do Regulamento do Ensino Primário de 15 de outubro de 1927 – decreto nº. 7979 e do Regulamento do Ensino Normal de 20 de janeiro de 1928 – decreto nº. 8225¹²⁷.

Coerente com os princípios apontados anteriormente, tal reforma esteve voltada não apenas para a ampliação das escolas primárias e normais bem como para as exigências de maior qualificação para o trabalho docente, mas centrou-se, sobretudo, na necessidade de reorganização interna da escola sustentando a criação de um novo modelo institucional que possibilitasse maximizar a ação pedagógica da escola primária e, conseqüentemente, promover o progresso social.

Tal posição, de acordo com Peixoto (1983), não era uma atitude isolada de Francisco Campos e de Antônio Carlos, mas refletia as influências da Escola Nova no movimento denominado por Nagle de “otimismo pedagógico”,¹²⁸. Tendências que orientaram as discussões e debates sobre os problemas educacionais brasileiros naquele período criticando propostas reformadoras que visassem apenas a difusão de uma escola pautada em práticas arcaicas e tradicionais e que tinha como maior objetivo engrossar a lista de eleitores semi-analfabetos.

Nas palavras de Antônio Carlos, para se compreender este novo modelo de escola que se desejava construir era preciso não perder de vista que:

¹²⁷Além desses, a reforma se consubstanciou também pelos seguintes documentos: Programa do Ensino Primário, decreto nº 8094 de 20 de janeiro de 1928; o Programa do Ensino Normal, decreto nº 8225 de 11 de fevereiro de 1928 e o regulamento da Escola de Aperfeiçoamento, decreto nº 8987 de 22 de fevereiro de 1928.

¹²⁸Expressão utilizada por Nagle (2001), expressa uma tendência difundida na década de 1920, que tratou a questão educacional com um enfoque na qualidade da escola e do ensino situando a intervenção das políticas educacionais no âmbito técnico e pedagógico. Neste caso, o problema da qualidade se sobrepõe ao da quantidade tornando a educação uma questão isenta do campo político, mas um problema eminentemente técnico-científico. Ver NAGLE, 2001.

Saber ler e escrever não são, porém títulos suficientes à cidadania digna deste nome. Não basta, pois, difundir o ensino primário para dilatar os limites da cidade. Se este ensino não forma homens, não orienta a inteligência, e não destila o senso comum, que é o eixo em torno do qual se organiza a personalidade humana, poderá fazer eleitores, não terá feito cidadãos.¹²⁹

Neste sentido, as atenções voltam-se para os preceitos da Escola Nova com um enfoque nas questões técnico-pedagógicas centradas na remodelação do sistema de ensino, nos aspectos psicológicos que envolviam a aprendizagem, na eficácia da administração escolar, nos métodos e processos que envolvem a dinâmica do trabalho escolar bem como a formação do professorado. Estes se tornaram eixos nodais para a concretização desta “cruzada renovadora”.

Os elementos desta nova dinâmica do trabalho escolar envolviam os princípios da escola ativa pelos quais se buscava organizar o espaço educacional de forma “natural”, ou seja, como uma projeção em miniatura da sociedade a fim de se preparar a criança para a vida social. Sob tal perspectiva, a aprendizagem era entendida como um processo ativo que emerge em contextos de experiências ou situações significativas para o educando constituindo-se a partir de um movimento constante pela busca de aperfeiçoamento por parte do aluno e não pela assimilação passiva de fatos e dados descontextualizados. Deste modo, desloca-se a ênfase do conteúdo para o método valorizando os saberes produzidos pela Psicologia Evolutiva e pela Psicopedagogia tornando-se estes os principais vetores para o aperfeiçoamento do trabalho docente. (PEIXOTO, 1983, p. 1000)

A proposta de introdução de novos métodos e saberes na escola demandaria uma qualificação mais adequada ao novo modelo de escolarização. Daí ter sido a formação de professores a palavra de ordem desde o início da implementação dessa reforma. Para tanto, já nos primeiros meses de seu governo Antônio Carlos e Francisco Campos empreenderam uma verdadeira campanha de sensibilização do professorado, no sentido de viabilizar as mudanças pretendidas. O registro deixado pelo Andrada no álbum de visitas do Jardim de Infância de Juiz de Fora, em outubro de 1926, um mês após a sua posse, comprova sua urgência em conscientizar o professorado sobre sua proposta de remodelação institucional que se queria

¹²⁹ ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de. “Manifesto ao Povo Mineiro”. In: PEIXOTO, 1983. p. 90.

implantar, em parte, concretizado naquele Jardim de Infância.

Nessa direção, utilizou-se como estratégia inicial a convocação do Primeiro Congresso de Ensino Primário no Estado, realizado em maio de 1927, com a participação de cerca de 450 professores da rede de ensino público estadual. Este evento, de caráter inovador, serviu para a divulgação das diretrizes e medidas a serem realizadas no setor educacional, afirmando o papel fundamental do professorado na implementação e no sucesso de seu projeto renovador. Além disso, o Congresso ofereceu aos dirigentes um panorama geral da realidade do sistema educacional mineiro e dos recursos humanos disponíveis à realização desta reforma, cooptando a adesão destes profissionais, no sentido de sua viabilização política e ideológica.

O despreparo do professorado com relação às novas propostas pedagógicas reveladas naquele Congresso direcionou os esforços do governo com relação à formação dos profissionais de ensino. Buscou-se, assim, estratégias de ação no sentido de contornar tal problemática, das quais cita-se a realização de cursos intensivos de aperfeiçoamentos destinado ao pessoal técnico e docentes, a instalação de bibliotecas escolares, a realização de conferências e seminários bem como a divulgação de artigos técnicos e científicos pela imprensa oficial – no jornal *Minas Gerais* e na *Revista do Ensino*, publicada pela inspetoria Geral de Instrução.

Foi, porém, a criação da Escola de Aperfeiçoamento – Decreto nº. 8987 de 22 de fevereiro de 1929 – umas das medidas mais importantes no sentido de introduzir e divulgar os novos métodos da escola ativa. Foi através desta que se buscou suprir a carência de pessoal técnico habilitado para dar suporte às novas medidas estabelecidas no regulamento e no novo programa de ensino, orientar e avaliando a implementação destas mudanças nas escolas. Neste caso, seu objetivo principal era oferecer apoio técnico e científico às normalistas e às diretorias dos grupos escolares. Teve, portanto, uma função pioneira de oferecer cursos de nível pós-médio e de aperfeiçoamento profissional preparando intelectualmente, no decorrer de sua história, boa parte do professorado que integrou a Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais. (Cf. FARIA & PEREIRA, 1998, p304)

Nos princípios de 1929 Francisco Campos trouxe a Minas Gerais, às vésperas da criação oficial desta Escola, um grupo de estudiosos europeus para atuar nesta instituição. Entre estes figuraram *Theodore Simón*, médico-professor da Universidade de Paris, diretor da Colônia de alienados e anormais de Perry-

Vandeuse, auxiliar direto de Binet na organização das primeiras escalas de medida da inteligência humana; *Jeanne Louise Milde*, professora da Academia de belas Artes de Bruxelas; *Leon Walter*, do Instituto Jean-Jacques Rousseau, de Genebra; *Artus Perrelet*, também deste mesmo instituto, e meses depois, em substituição a Leon Walter, une-se ao grupo *Hélène Antipoff*, vinda também daquele instituto onde trabalhou como assistente de Claparèd e com ampla experiência educacional vivenciada na Rússia¹³⁰.

Paralelamente à criação da Escola de Aperfeiçoamento, o governo enviou, também, um grupo de professores mineiros ao Teacher's College, na Universidade de Colúmbia, Estados Unidos, para participar de cursos, seminários, conferências e atividades de observação, a fim de apreenderem novos métodos que seriam desenvolvidos e divulgados por aquela Escola. Constituíram este grupo as professoras Alda Lodi, Amélia de Castro Monteiro, Benedita Valladares e Lúcia Monteiro Casassanta.

Desta forma, afirma Peixoto (1983), esta escola transformou-se em um grande laboratório de experimentação e pesquisa na área de metodologia do ensino bem como um importante centro de difusão de novos métodos, colocando como centro destes estudos a preocupação com a criança e suas diferenças individuais.

Além disso, buscou-se legitimar tais ações renovadoras através da imprensa na tentativa de mobilizar a opinião pública em favor dessas mudanças, fazendo frente à reações de setores mais conservadores da sociedade, em especial da Igreja Católica que desde o início protestou contra a desoficialização do ensino particular, o caráter materialista dado à questão da aprendizagem, a introdução da Psicologia no currículo das escolas normais e, ainda, os novos métodos de ensino (Cf. PEIXOTO, 1983, p.140).

Mais tarde, como medida de conciliação, Antônio Carlos cedeu às pressões do grupo católico criando novo dispositivo legal que alterava o regulamento do ensino primário, permitindo o ensino religioso dentro do horário regular das escolas

¹³⁰A vinda desses estudiosos para Minas teve também repercussão em âmbito nacional, com a participação desses especialistas em diversas conferências e cursos, sobretudo, na Capital do país. Quando eram, ainda divulgados através da imprensa jornalística, diversos artigos sobre as experiências e os trabalhos realizados na Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte. Dentre esses espaços jornalísticos, destacou-se, a Página de Educação, no Diário de Notícias no Rio de Janeiro, dirigida por Cecília Meireles, no início dos anos de 1930. Espaço divulgador das idéias da Escola Nova, que deu ampla visibilidade ao trabalho desses especialistas, estabelecendo um intenso diálogo entre os mesmos. (Ver FERREIRA, 2006)

mantidas e subvencionadas pelo Estado. Estratégia que amenizou as dissensões apontadas anteriormente.

Sobre o texto legal desta Reforma de Ensino, cabe, ainda, apontar alguns dispositivos significativos que denotam as nuances políticas, sociológicas e pedagógicas que envolveram o processo de implementação da mesma.

De acordo com Peixoto (1983), duas noções perpassam o texto legal, a primeira, a que afirma a legitimidade do Estado como representante legítimo de toda a sociedade, responsável por oferecer a todos os indivíduos oportunidades iguais de participação social. Neste caso caberia somente a este assumir e controlar o processo de integração social das novas gerações. A segunda noção refere-se à idéia de que toda a problemática educacional estava diretamente relacionada a questões internas à escola e não a um contexto social mais amplo.

Decorre da primeira noção, acima referida, a desoficialização do ensino particular pela qual observa-se uma valorização das instituições criadas e mantidas pelo Estado, únicas que teriam a competência para a certificação das promoções reconhecendo, assim, como válido apenas o ensino ministrado por estas escolas oficiais. Medida que como vimos trouxe grande resistência por parte de alguns setores da sociedade civil, em especial por parte das instituições educacionais confessionais.

Outro aspecto significativo refere-se à obrigatoriedade do ensino atrelada à frequência dos alunos, de ambos os sexos, na faixa etária de 07 a 14 anos. Sobre este dispositivo regulador caberia ao Estado, através da Diretoria Geral de Instrução, fazer anualmente o censo escolar a fim de controlar as matrículas. Aos pais, tutores ou empregadores caberia a responsabilidade pela matrícula e frequência dos alunos nesta faixa etária, sendo rigorosamente penalizados caso a falta de frequência não fosse prontamente justificada. Caberia, ainda, aos diretores e aos professores a comunicação sobre a falta imotivada de frequência. A omissão por parte destes atores com relação a irregularidade incorreria, também, em multas.

Ainda sobre o princípio da obrigatoriedade, existiam quatro fatores que isentavam de tal constrangimento legal: incapacidade física ou mental, ausência de escolas públicas ou subvencionadas num raio de três quilômetros em relação ao sexo masculino e um raio de dois quilômetros para as meninas, a indigência – entendida esta como a impossibilidade de “portar vestuário indispensável à decência e à higiene” e por último, nos casos em que se comprove instrução recebida em casa ou

estabelecimento particular.

Na análise de Peixoto (1983), tais fatores permitem avaliar a qual clientela se destinava a escola que se queria construir. Para esta autora, tais dispositivos eximiam da obrigatoriedade de frequência as crianças que habitavam as zonas rurais, locais onde residiam grupos sociais que ainda mantinham com o poder local relações sociais típicas do coronelismo. Não apresentando estas populações uma ameaça em curto prazo aos grupos no poder. Além dessas, ficariam também isentas de tais obrigações as crianças das classes pobres, por alegação de falta de recursos mínimos e também, as das classes mais ricas, que dispunham de recursos para sua instrução. Neste caso, ficava a escola primária pública destinada principalmente aos grupos sociais emergentes, habitantes nas zonas urbanas, em especial as classes médias, grupos com maior poder de mobilização e de reivindicação.

Esta hipótese poderia ser reforçada, ainda, pela criação inovadora das Escolas Maternais, com a finalidade de atender aos filhos de operários, na faixa etária dos 4 aos 6 anos, funcionando no horário compreendido entre 07:00 às 17:00 horas.

Neste caso, tais dispositivos favoreceriam os grupos sociais emergentes naquele período, o operariado e classe média, constituindo-se, em certa medida em uma estratégia de controle e persuasão, uma vez que possibilitaria a diluição de possíveis dissensões por parte desses grupos emergentes.

Com relação à prática de ensino foi preconizada, através do regulamento e do programa, a introdução do método de “centros de Interesses” de Decroly nas escolas primárias e nos jardins de infância. Nos cursos primários, este método deveria ser aplicado às seguintes disciplinas: Noção de Coisas, Higiene, Instrução Cívica e Educação Moral e Cívica. Segundo o regulamento este método teria o objetivo de atender às necessidades de observação e de contato das crianças com o mundo que a cercava grande relevância às excursões e aos passeios escolares bem como aos Museus Escolares¹³¹ e às Bibliotecas.

No que tange ao Ensino Normal a preocupação dominante era transformá-lo em um curso profissionalizante, capaz de ministrar uma formação técnico-científica que desenvolvesse nos futuros professores qualidades indispensáveis ao exercício do

¹³¹O museu escolar tinha como objetivo satisfazer as necessidades de observação dos alunos, nas áreas de ciências, geografia e noções de coisas. Onde deveria figurar, por exemplo, espécies de minerais, plantas e animais úteis e nocivos da localidade, principais artigos da produção agrícola e da indústria local.

magistério. Neste sentido, deu-se maior atenção aos processos e métodos.

O esquema de formação do professor compreendia três cursos: o primeiro chamado de Adaptação, posterior ao primário, com duração de 2 anos que destinava à preparação das alunas à matrícula no curso Preparatório, este último com duração de 3 anos, destinado a ministrar a cultura geral indispensável à formação do magistério primário e por fim o curso de aplicação, com duração de 2 anos e de caráter estritamente profissional.

Compreendia o currículo do curso de Aplicação, a disciplina de Psicologia Educacional – novidade para época; Biologia e Higiene Escolar, História da Civilização, em particular história dos métodos e processos da educação, Metodologia e Prática Educacional.

Outros aspectos merecem ser destacados com relação à profissionalização do magistério, entre estes a instituição do Magistério como carreira regular, com critérios de acesso e promoção bem como a instituição de prêmios, com o objetivo de incentivar estudos e pesquisas por parte dos profissionais em exercício. Dentre os critérios que eram utilizados para fins de acesso e promoção, destacaram-se a aptidão para o ensino, assiduidade aos trabalhos escolares, grau de frequência e aproveitamento dos alunos, colaboração na revista do Ensino, participação nas conferências, nas reuniões do Auditorium e nas reuniões de Leitura, elaboração de livros didáticos reputados e considerados úteis pela Seção Técnica do Conselho Superior.

As informações sobre cada professor eram anualmente lançadas no livro de registros de notas e arquivadas na Inspeção Geral da Instrução Pública, constituindo-se como dados relevantes para se obter promoções ou para a admissão em cursos de especialização promovidos pelo Estado. Neste caso, estas informações serviram de medidas não só para avaliar e valorizar o trabalho docente, mas, sobretudo, para controlar a qualidade do ensino ministrados por estes professores nas escolas.

Além destes aspectos referentes a profissão docente, observa-se, também, no texto legal incentivo ao aperfeiçoamento constante em cursos oferecidos pela inspeção geral de Instrução e conferências programadas pela Seção Técnica do Conselho Superior de Instrução. Foi instituído, ainda, *Dia de Leitura*, que consistia em duas horas semanais exclusivamente destinadas à leitura na Biblioteca ou em sala especialmente designada para tal atividade. Tinha a finalidade de atualizar os

professores em temas pertinentes ao ensino primário.

Sobre a organização do ambiente escolar, vários critérios foram estabelecidos pelo regulamento desta reforma, dos quais pode-se citar os relativos à higiene e à salubridade do espaço escolar com a observância rigorosa, por exemplo, do número de alunos por classes. Outro critério recorrente foi o da homogeneização, resultante da aplicação de testes psicológicos padronizados adotados principalmente nas classes experimentais, foco irradiador de novos métodos situadas somente nos centros maiores.

Em síntese, a reforma idealizada por Francisco Campos e colocada em prática no governo de Antônio Carlos, traduziu-se por uma tentativa concreta de modificar radicalmente o interior das escolas, à luz das propostas escolanovistas. Através do texto legal procurou-se, direta ou indiretamente, cercar todos os aspectos que envolviam a dinâmica do trabalho escolar, não deixando nada escapar ao controle do Estado. Para Peixoto (1983), esta tendência cerceadora refletida nos decretos de implantação da reforma, demonstrou já naquele momento a essência do pensamento político de Francisco Campos: “um Estado nacional e moderno, que intervém direta e intensamente em todos os setores da vida nacional” (Cf. PEIXOTO, 1983, 129).

Quanto a concretização desta reforma, na prática observou-se que, apesar de Francisco Campos ter firmado em seu texto legal a questão da qualidade como pré-requisito para a expansão das oportunidades de escolarização, sua implementação resultou em um crescimento de 170% das unidades de ensino público, ocorrendo um aumento de 87% no número de matrículas durante a administração de Antônio Carlos.

Coerente com a linha de ação desta reforma, que colocou a formação docente como eixo nodal para sua realização, foi o ensino Normal que teve o maior índice de crescimento no período de 1926 a 1930, cerca de 950%. De duas Escolas Normais Oficiais existentes até então, uma em Belo Horizonte e outra em Ouro Fino, passaram a funcionar, nos quatro cantos do Estado, 21 escolas normais. Destas 6 (seis) eram de nível de 2º grau, possuindo o Curso Normal completo de sete anos – curso de Adaptação, o Preparatório e o de Aplicação – e seus diplomas constituíam títulos de habilitação para todos os cargos do magistério primário, sendo requisito também, para nomeação de professores de Metodologia e Prática profissional nas Escolas Normais. As demais escolas era de 1º grau com duração de 5 anos, dando

certificação para o exercício do ensino primário.

Com relação aos estabelecimentos de ensino primário, segundo levantamento de Peixoto (1983), a partir da coleção de *Leis e Decretos Mineiros* e a partir dos termos de instalação das escolas publicados no *Jornal Minas Gerais*, foi possível discriminar a criação de 3.355 escolas primárias no período de 1926 a 1930. Destas 74% constituíram-se como escolas isoladas, dispondo de apenas uma classe, com 30 a 50 alunos, situadas em geral na zona rural, oferecendo um curso primário de 3 anos. O que segundo a autora, apesar da ampliação expressiva destas unidades, as mesmas não contribuíam de forma significativa com relação à oferta de matrículas.

Neste caso, foram os grupos escolares que ocuparam lugar de destaque, embora correspondesse apenas 2,8% dos estabelecimentos criados, pois além de representar para cada unidade criada, 300 novas oportunidades (4 classes), estes ofereciam melhores condições pedagógicas, com o ensino seriado de duração de 4 anos, sendo seu corpo docente, preferencialmente recrutado entre normalistas de 2º grau.

Para fazer frente a esta expansão, o governo concluiu, no período de 1926 a 1930, 80 prédios escolares, deixando em andamento mais 48 construções. As despesas com estas construções e equipamentos representaram cerca de 46% do total das despesas do estado com construções e edificações (pontes, edifícios públicos e estradas).

De acordo com Peixoto (1983), a distribuição geográfica destas escolas não teve um caráter homogêneo. Enquanto o Norte do Estado, região mais extensa e também mais pobre, recebeu somente 10,7%, as regiões Sul e Leste tiveram um percentual maior de expansão da rede escolar (74,5%), com 2.501 escolas criadas e instaladas – incluindo aí a Zona da Mata. Essas regiões representavam áreas de maior concentração populacional e de maior desenvolvimento agrícola, comercial e industrial, o que justificou esta maior concentração de escolas, visto que nestas havia uma maior exigência de qualificação da mão de obra e também uma maior complexidade do quadro societário, com a ascensão de novos grupos sociais. Fato que já justificaria esta concentração estratégica de escolas. Somente em Juiz de Fora foram criadas 43 escolas, das quais 17 eram noturnas. Além das creches e escolas noturnas destinadas aos operários proliferaram pelo estado as chamadas escolas profissionais, cujo objetivo era o melhor preparo técnico dos trabalhadores.

Iniciativa, que segundo Dutra (1988), demonstrou claramente a preocupação do governo com relação a questão social, buscando mecanismos de controle e cooptação da classe operária (DUTRA apud PEREIRA & FARIA, 1998, p.306) ¹³².

Neste caso, aliada à preocupação de remodelação e expansão da escola primária a proposta reformadora do governo de Antônio Carlos também abrangeu um caráter prático, o que, para Peixoto (1983), a aproximava do “realismo”, tendência reformista definida por Vanilda Paiva, como aquela em que seus realizadores se preocuparam com a qualidade do ensino difundido aos diferentes grupos sociais, fator indispensável à preparação do homem para realização de tarefas específicas na sociedade. Ou seja, através desta perspectiva buscavam-se alinhar qualidade e extensão das oportunidades de escolarização com realidade de cada grupo social.

Iniciativas que se tornam significativas também para análise das concepções que nortearam o projeto educacional de Antônio Carlos. Ao se considerar as propostas defendidas por este político, já no início do século XX, com a criação do Instituto Politécnico da Academia de Comércio e, posteriormente, o projeto da Universidade do Trabalho, defendido na Escola de Engenharia de Juiz de Fora. Evidências que apontam para uma grande preocupação deste ator com o ensino técnico como um vetor de desenvolvimento econômico para o país. Fato que permite ampliar as análises de Peixoto (1983) e Dutra (1988) sobre o caráter estratégico de seu projeto educacional, que lhe serviu de mecanismo de controle e persuasão de grupos sociais emergentes, em especial a classe operária. Para além desta perspectiva apontada por aquelas autoras, é possível perceber claramente nas intenções deste intelectual a crença no potencial transformador da educação que buscou sustentar através da expansão das oportunidades educacionais para os diversos setores da sociedade.

Esta tendência não encontrou ressonância na administração posterior, de Olegário Maciel, representante da ala mais tradicional do PRM que passou a investir maiores recursos no setor da siderurgia como solução para a profunda crise econômica instalada no estado a partir de 1930. Nesta administração observou-se com relação à educação primária um retrocesso, se comparada à administração de Antônio Carlos, uma vez que houve uma redução de 50% no número de escolas e no número de alunos matriculados (observados já no censo de 1932). Fato que, para

¹³²Ver DUTRA, Eliana de Freitas. Caminhos Operários nas Minas Gerais. São Paulo: HUCITEC-UFMG, 1988.

Peixoto (idem), comprovaria o caráter estratégico atribuído pelo Andrada naquele período à educação, tornando uma questão prioritária de seu governo a socialização de oportunidades de acesso à educação formal.

Com relação a rede escolar de Juiz de Fora, pôde-se notar uma significativa expansão com a construção de novos prédios escolares na cidade. Cabe, no entanto, destacar neste contexto a reativação da Escola Normal Oficial de Juiz de Fora – Decreto n. 8.245, de 08 de fevereiro de 1928 - , projeto que representou um marco na educação desta cidade, tornando-se a reinstalação desta instituição educacional um verdadeiro documento/monumento da trajetória de Antônio Carlos no cenário educacional de Juiz de Fora.

4.2. Novos Tempos, Antigos projetos: a reinstalação da Escola Normal de Juiz de Fora na Reforma do Ensino de Antônio Carlos R. de Andrada

O início da trajetória pública de Antônio Carlos em Juiz de Fora, palco de sustentação de seu projeto político, coincide com a criação e instalação da 1ª Escola Normal Oficial desta cidade.

Em outubro de 1893, Antônio Carlos foi aprovado em concurso para lecionar na recém criada Escola Normal Oficial de Juiz de Fora. Assumiu suas funções de professor em 15 de fevereiro de 1894, ao lado de Homero Campista, José Rangel, Artur Gosling, A. Brasileiro, Antônio da Cunha Figueiredo, Henrique Gusmão, Maria de Neves e Josefina Pinheiro. Em cerimônia de instalação presidida pelo então diretor da Escola, Leônidas Detsi. Foi naquela ocasião que fixou residência em Juiz de Fora passando a lecionar História Geral e do Brasil e Economia Social e Política. Em junho daquele mesmo ano foi também convidado para lecionar na Academia de Comércio¹³³.

Esta escola normal reivindicada há tempo na cidade¹³⁴ foi criada pelo

¹³³Em junho de 1894 foi nomeado para a Cadeira de História Geral ministrada nesta instituição, juntamente com José Rangel, que assumiu a de Geografia. Em 1898 passou a lente de Direito Comercial, ano em que foi escolhido como paraninfo dos formandos da primeira turma de bacharéis em ciências comerciais, discursando nesta solenidade na condição de representante do Instituto Acadêmico, da Escola Normal e dos órgãos da imprensa juizdeforana, *Jornal do Commercio e Correio de Minas*. Ver FARIA & PEREIRA, 1998,

¹³⁴O projeto de instalação de uma Escola Normal Oficial em Juiz de Fora data desde o Império. Em 1882 foi criada por decreto do Presidente da Província de Minas Gerais, Teófilo Ottoni, uma escola normal na cidade, não tendo sido instalada devido à impossibilidade da Câmara Municipal de oferecer prédio adequado a tal destinação. Outra tentativa nesta mesma direção foi à representação dirigida à Câmara Municipal e posteriormente Assembléia Provincial, por iniciativa do Barão do Retiro com a

decreto estadual n. 607 de 27 de fevereiro de 1893, em função da Reforma do ensino primário e normal de 1892, empreendida no governo de Afonso Penna. Sua instalação se deu em caráter provisório no prédio do antigo Mercado Municipal. Sobre isso comentou João Penido Filho, político da região:

Pareceu razoável, sob o ponto de vista econômico, quer quanto a tempo, quer quanto as despesas, modificar-se o nosso antigo Mercado, e adapta-lo à instalação provisória desta Escola. Falharam, porém, ambas aquelas razões justificativas. Atraíram a atenção publica a morosidade e o modo pelo qual foi feito este trabalho, que antes parecia escola de aprendizagem para inexperientes em matéria de construção. O modesto chafariz que lá esta escondido atrás daqueles muros foi objeto de altos trabalhos e experiência. Quanto a dispêndio, o que ali se gastou em remendos, mais de 32 contos de réis, chegaria para levantar-se modesto edifício, mais adequado àquele estabelecimento de ensino, que lá se acha, entretanto com caráter de instalação provisória ou temporária, visto que a ilustre Diretoria procura outro prédio de melhores acomodações por julgar o atual inteiramente baldo dos requisitos próprios à missão para o que destinaram.¹³⁵

Apesar do acanhamento daquele prédio, em pouco tempo a Escola Normal Oficial de Juiz de Fora se tornou referência na região formando vários professores e normalistas para atuarem no ensino primário. Nesta instituição Antônio Carlos ocupou, também, o cargo de vice-diretor que exerceu até 1897. Encerrou suas atividades como lente nesta escola em 1900 quando de sua exoneração voluntária.

Dos poucos registros que se tem sobre a atuação de Antônio Carlos como professor, vale retomar a impressão deixada por José Massena, também professor em Juiz de Fora, que denotou a postura condescendente deste político e professor em Poliantéia publicada quando da ascensão do político ao governo do Estado:

(...) Como professor, Antônio Carlos encantava pela sua extraordinária distinção pessoal, pela elegância e fluência de sua palavra e, principalmente, pela bondosa tolerância, com que sabia desculpar as fraquezas intelectuais de seus alunos.

No fim daquele ano letivo, trabalhei a seu lado com examinador e tive fartas ocasiões de verificar o seu grande saber e competência; porém o que mais me impressionava era sua inalterável bondade.

Dotado de um otimismo sadio e esclarecido, bondoso por natureza, todas as provas dos examinados lhe pareciam excelentes

finalidade reivindicar do governo da província verbas para a viabilização de instalação uma escola normal em Juiz de Fora. Representação que não foi atendida. Ver OLIVEIRA, Paulino e OLIVEIRA, Delaine, 2000, p.55.

¹³⁵ Ver PEREIRA & FARIA, 1998, 59.

e, se tinha palavra de elogio para os alunos brilhantes, nunca se esquecia também de confortar os obscuros.

A este propósito narrava-me o meu sempre lembrado amigo Augusto Franco que o Dr. Antônio Carlos lhe parecia possuir em tão alto grau as virtudes da tolerância, benevolência e otimismo que chegava a ter a incrível paciência de ler e a cortesia de aplaudir escritos que a nós outros pareciam simplesmente intoleráveis.

(...) Não era necessário ser profeta inspirado ou vidente arguto para calcular de antemão que um homem dotado de qualidades tão excepcionais não poderia permanecer como simples advogado ou obscuro professor em uma cidade sonolenta da província.

A política reclamou-o; e Antônio Carlos abandonou o ensino. Mas, eis aqui uma verdade que parece um paradoxo: para o próprio ensino foi bom que assim acontecesse porque, governado o Estado e talvez futuramente o País, ele poderá ser ainda muito mais útil à instrução do que seria se continuasse absorvido pelas obscuras ainda que nobilíssimas preocupações de professor.

Neste período, o político andradino estreitou seus laços de amizade estabelecendo uma rede de relações, dentro e fora desta instituição, tendo sido José Rangel um dos seus principais companheiros de magistério. Este último revelou em suas memórias a profunda admiração e amizade por Antônio Carlos, acompanhando de perto a ascensão daquele “moço idealista”:

Fundada a Escola Normal de Juiz de Fora, foi nomeado professor da cadeira de história desse instituto, da qual tomou posse em meados de 1894, havendo resignado lugar de promotor que até então exercia; por esse mesmo tempo foi feito professor de história comercial na Academia de Comércio, iniciando desde logo na advocacia. Dotado de hieráfica figura, portador de nome ilustríssimo, servido por uma inteligência privilegiada, auxiliada por memória excepcional [...]; estimulado por legítimas aspirações de moço idealista e talentoso, enfrentou com brio e dignidade as perspectivas da carreira, podendo considerar-se, desde logo, senhor do seu destino, tais as facilidades que encontrou no seio de uma sociedade a que se impôs pelo fascínio pessoal, por uma conduta escrupulosa, tanto no exercício do magistério como na atividade do pretório. A partir deste primeiro surto, abriram-se-lhe de par em par as portas do mais auspicioso sucesso. Por esse tempo, já havia Antonio Carlos atraído para sua residência de solteiro em animados serões, um certo número de amigos que se entregavam a delicioso convívio, reuniões a que concorriam habitualmente Penido Filho, Theodorico de Assis, Albino Machado Sobrinho, Monteiro de Andrade, Christovão Malta, Couto e Silva, Francisco Valladares, Oscar Vidal, Belizário Fonseca [Penna], Frederico Álvares, Rangel e outros; nessa roda vinham á baila assuntos de toda a ordem – projetos de vida em elaboração, comentários políticos, controvérsias sobre novas doutrinas, paradoxos, anedotas, acontecimentos do dia, impressões de leitura e até planos

matrimoniais – em tudo isso porém, a nota dominante era a mais comunicativa alegria, tendo o jovem anfitrião sempre que se oferecia oportunidade, uma nota adequada e pitoresca pondo em jogo o seu humor desconcertante.¹³⁶

Pode-se dizer que esta rede de sociabilidade foi formada por políticos e intelectuais que na sua maioria compartilharam projetos em comum acompanhando Antônio Carlos no decorrer de sua trajetória pública. Tal rede sustentou e legitimou as aspirações político-ideológicas deste Andrada.

Como já foi apontado anteriormente, no ano 1904 em decorrência do estreito vínculo entre José Rangel e Antônio Carlos e da ação mediadora deste último, rendeu à Escola Normal Oficial de Juiz de Fora sua transferência para um novo prédio, já não mais acanhado, o Palacete Santa Mafalda.

Em maio daquele ano realizou-se sessão solene da Congregação da Escola para a entrega dos diplomas, tendo sido esta presidida por Antônio Carlos, na ocasião, homenageado com a inauguração de seu retrato no salão de honra desta instituição, juntamente com os de Delfim Moreira e Francisco Salles, então Secretário do Interior e Presidente do Estado, respectivamente. Três anos mais tarde, a Escola foi fechada em função da instalação no mesmo prédio dos primeiros Grupos Escolares da cidade.

Com saudosa lembrança, em suas memórias, falou Rangel sobre a escola e seu fechamento:

(...) Daquela, em cujos âmbitos se passaram os dias risonhos de minha mocidade, me recordo com particular carinho – do delicioso trato com meus companheiros de magistério, da estima com que era pelas alunas premiado o nosso esforço, do conceito e prestígio que desfrutava o estabelecimento, da satisfação que experimentávamos com o triunfo das nossas normalistas na sua carreira profissional e das alegrias que fruímos em comum nas festividades escolares sem me esquecer igualmente da decepção de que possuiu toda a cidade, com o desaparecimento daquela antiga escola de mestres, em plena prosperidade, a qual sempre com dignidade se mantivera na altura da elevada missão social de que se viu investida, durante o largo período da sua útil e gloriosa existência.¹³⁷

O fechamento desta escola trouxe, portanto, grande descontentamento por parte da sociedade em geral, havendo manifestações de intelectuais e antigos

¹³⁶Ver RANGEL, José, 1940, p. 152.

¹³⁷Ver NÓBREGA, 1977 apud OLIVEIRA, 2000, P.60.

professores, em favor de sua reativação No período de 1907 a 1912, Eloi de Araújo - com o pseudônimo *E. A.*, antigo professor e diretor daquela instituição, publicou no *Jornal do Commercio* vários artigos defendendo a reabertura desta escola. Entretanto, ela somente foi reativada 21 anos depois, justamente no governo de Antônio Carlos, pelo decreto nº. 8245, de 20 de fevereiro de 1928.

A nova Escola Normal Oficial de Juiz de Fora, criada pelo decreto anterior, foi instalada em março de 1928 em prédio provisório¹³⁸, sob a direção de José Augusto Massena, conterrâneo e antigo companheiro de magistério de Antônio Carlos. Faziam parte do corpo docente na ocasião, Maria da Glória Carvalho, Maria do Carmo Penido Monteiro, José Martinho da Rocha, Rafael Cirigliano, Francisco de Sales Oliveira, Duque Bicalho, Oswaldo Velloso, Gilberto de Alencar, Monsenhor Domício Nardy, Lindolfo Gomes, Antonio da Cunha Figueiredo, Frederico Álvares de Assis, os dois últimos também professores da antiga escola normal oficial.¹³⁹

Em telegrama enviado ao governo do Estado, João Massena, representando a Congregação da Escola e “toda a sociedade de Juiz de Fora”, felicitou Antônio Carlos pela criação desta instituição:

(...) Estou certo de bem e fielmente interpretar o sentimento unânime, não só da Congregação, como de toda a cidade de Juiz de Fora, afirmando que é geral a satisfação profunda a que todos se mostraram muito gratos ao patriótico governo de V. Exc^a por este e pelos demais estabelecimentos com que V. Exc^a vem lotando esta cidade. Em meu nome e em nome de todos os outros professores tenho a honra de apresentar a V. Exc^a E ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Campos, ilustre autor da reforma e digníssimo Secretario do Interior, os nossos agradecimentos e as nossas mais respeitosas saudações¹⁴⁰.

De acordo com o regulamento da Reforma de 1927/28, tal instituto de ensino fora destinado somente para o sexo feminino oferecendo o Normal de 2º grau que compreendia os cursos de Adaptação (complementar ao ensino primário e com duração de dois anos), o de Preparação (de formação geral com duração de três anos) e o de Aplicação (formação profissional com duração de dois anos). Segundo registes, já no primeiro ano de instalação da Escola havia cerca de 220 alunas

¹³⁸A escola foi instalada na rua Espírito Santo, na antiga residência de Eugênio Horta, que sofreu adaptações, tendo abrigado posteriormente até a década de 1990 a Faculdade de Odontologia da UFJF.

¹³⁹Ver OLIVEIRA, Delaine Gomes, 2000.

¹⁴⁰Livro de Ata nº403, p. 03-4 da Escola Normal oficial de Juiz de Fora apud OLIVEIRA, Delaine, 2000 p. 64-65.

matriculadas.¹⁴¹

A nomeação dos professores era feita através de concurso, sendo exigências aos candidatos às Cadeiras do Curso de Aplicação possuírem diploma de Normal de 2º grau e idade entre vinte e cinco a quarenta anos, sendo que as Cadeiras de Trabalhos Manuais, Educação Física e Modelagem eram somente exercidas por professoras. (Cf. OLIVEIRA, 2000, p.66)

Segundo Oliveira (2000), nota-se nas primeiras reuniões da Congregação desta instituição uma preocupação clara com as questões disciplinares, tanto no que se referia à manutenção da disciplina frente às alunas, quanto nas questões referentes à assiduidade e ao comprometimento dos lentes com os dispositivos estabelecidos no Regulamento de Ensino. Neste sentido, observa a autora, foi através do controle disciplinar rígido e da centralidade no caráter prático do ensino que era afirmado em cada regente dessas Cadeiras a missão de formar novos professores capazes de levarem à frente a verdadeira cruzada de remodelação da escola pública primária no Estado.

Em 14 de agosto de 1930 a Escola Normal Oficial transferiu-se para o prédio definitivo, construído onde antes existia a antiga cadeia da cidade. Fato confirmado pela frase cunhada em bronze que estampa sua entrada: *“Aqui houve uma prisão, hoje há uma Escola”*. Expressão que espelha, em certa medida, concepção pela qual a Escola torna-se como um espaço formador capaz de libertar o homem das opressões da sociedade moderna, sendo um contraponto às iniquidades desta mesma sociedade.

Este prédio, hoje tombado como Patrimônio Histórico de Juiz de Fora - Decreto nº. 4.406 de 7 de dezembro de 1990, integrando o conjunto arquitetônico da Praça Antônio Carlos, pode ser considerado um verdadeiro legado do governo do Estado à Juiz de Fora¹⁴².

Sua estrutura arquitetônica revela a opulência e o requinte desta iniciativa, verdadeiro documento/monumento da intervenção de Antônio Carlos no contexto educacional desta cidade. De estilo neoclássico associado a elementos ecléticos, o prédio foi estruturado por pavilhões de três andares unidos a três torreões mais altos,

¹⁴¹Sobre isso ver no item anterior deste capítulo, a duração e regulamento destes cursos.

¹⁴²De acordo com o Decreto Estadual nº 42.235, de 11 de janeiro de 2002, estabelecido no governo de Itamar Franco, passou a ser denominado Instituto Estadual de Educação de Juiz de Fora, atendendo à Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e ainda o Curso Normal de nível médio. Situa-se na confluência da Av. Getúlio Vargas com a Rua Espírito Santo, Centro, Juiz de Fora/MG.

sendo a entrada principal composta por três portas que se abrem para o hall ampliando o acesso ao prédio. Este salão de entrada – saguão Oswaldo Velloso - , é adornado com colunas em detalhes ornamentais, piso com mosaicos ordenados, portas e janelas verticais com vidraças jateadas proporcionando em seu interior luminosidade difusa e funcional. As escadarias ao fundo de mármore branco juntamente com o elevador permitem o acesso ao Salão Nobre da Escola – Sala Antônio Carlos - , onde fora instalado o retrato de Andrada, pintado por Boscaglia. Tais elementos revelam uma arquitetura monumental para aquela época com grande valor histórico para a cidade de Juiz de Fora ¹⁴³.

A cerimônia de inauguração deste prédio foi cercada por expressiva solenidade, com as presenças de Antônio Carlos, do Engenheiro Lourenço Baeta Neves, do Senador Luiz Penna, do diretor Augusto Massena, do Diretor Geral da Instrução Mário Casassanta, além de diversas autoridades, representantes da imprensa local e oficial e com notável participação popular. (Ver foto no final deste capítulo)

Tal evento ocorreu em meio às turbulências que envolveram os preparativos para o movimento revolucionário de outubro de 1930. Período de grande instabilidade política acirrada pelos últimos acontecimentos no país, entre os quais situa-se a morte de João Pessoa. Antônio Carlos, que já se encontrava no final de seu governo, elegeu a cidade de Juiz de Fora como palco onde afirmou seu apoio definitivo aquele movimento. Diante desta conjuntura, pode-se pensar que a cerimônia de inauguração do novo prédio da Escola Normal Oficial teria servido ao Andrada como espaço legitimador de suas posições frente aos novos rumos que se traçavam para o país revelando toda sua perspicácia política.

¹⁴³Seu projeto de construção foi assinado por Lourenço Baeta Neves, então professor de engenharia na recente criada Universidade de Minas Gérias. A construção ficou a cargo da Cia. Industrial e da Construtora Pantaleone Arcuri, tendo apoio da firma Sagiorgi & Oliveira para o serviço de iluminação.



Foto de inauguração: O Senhor Presidente Antônio Carlos recebendo do engenheiro Lourenço Baeta Neves, consultor técnico de seu governo, o edifício da Escola Normal de Juiz de Fora, a 14 de agosto de 1930. FONTE: Acervo fotográfico do Instituto Estadual de Educação de Juiz de Fora.



Foto: Retrato de Antônio Carlos R. de Andrada pintado por Boscaglia, que se encontra exposto no Salão Nobre do Instituto Estadual de Educação de Juiz de Fora – Sala Antônio Carlos.¹⁴⁴

¹⁴⁴Sobre o retrato acima é recorrente na crônica desta instituição que o pintor teve a intenção de ridicularizar o político andradino, ao retratar seus sapatos em tamanho desproporcional, levando o observador a associá-los aos de um palhaço ou bobo da corte.

5.O Ator e seu Palco:A política personalista de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada

E, diante daquele mágico da tribuna, a gente sentia o enlevo do paradoxo, o fascínio do ceticismo envolvente, a gostosura das ilusões consoladoras.

Era um fascinador que sabia, de alma fechada, invadir a alma alheia com habilidade tal, que, incitando os encantadores de serpente, se transformava encantador de corações. Fechada a alma para melhor representar seu universo interior era o palco onde suas criações fazem milagres.¹⁴⁵

Em artigo publicado em 15 de setembro de 1979, por ocasião das comemorações do centenário de nascimento de Antônio Carlos. O jornalista Rangel Coelho, que conheceu de perto a atuação do Andrada no plenário da Câmara Federal, traçou interessante perfil deste político.

Segundo aquele jornalista, Antônio Carlos se distinguia no meio “achamboado” da política brasileira demonstrando uma veracidade de garoto e uma malícia ingênua, próprias de uma personalidade quixotesca, um mosqueteiro republicano que sustentou sua vida política numa perene fidelidade aos ideais do liberalismo democrático.

Para Rangel Coelho, O Andrada era um legítimo herdeiro do romantismo liberal do séc.XIX. Sua essência intelectual provinha de suas origens, dentro da linha tradicional do “doutrinarismo andrático”. Foi um espírito voltado politicamente para os altos interesses do país herdando da tradição familiar o fascínio pela liberdade, pela moral e pela razão, além do “gosto pelos debates democráticos, a que ele, espírito arejado pelas concepções políticas do séc. XX juntou o pragmatismo a compreensão do socialismo bem intencionado e a combatividade em prol da verdadeira justiça social”.¹⁴⁶

Forrado de “cômodo” individualismo, tinha como imperativo de seu procedimento o princípio de permanecer fiel a si mesmo, não se deixando iludir pelos acontecimentos externos que marcaram o país após a Revolução de 1930. Atuou naqueles tempos fazendo de sua vida política uma arte do ilusionismo.

Sua mobilidade de pensamento estava a serviço de suas aspirações liberais, circulando em torno dos acontecimentos e dos princípios, “com a desenvoltura de um

¹⁴⁵Rangel Coelho, Diário Mercantil, 15 de set de 1970 p. 4.

¹⁴⁶Idem.

bailarino de idéias”. Sua oratória prezava os sofismas do malabarismo da lógica e do raciocínio que, segundo Rangel Coelho (*idem*), com deliciosa perversidade fazia calar os representantes da oposição.¹⁴⁷

Nota-se a partir deste entusiástico relato de Rangel Coelho (*idem*) aspectos significativos da personalidade política de Antônio Carlos. Sua postura multifacetada, marcada pela fluidez e agilidade na ação, permitiu-lhe associar velhas e novas convicções a fim de sustentar sua fidelidade aos ideais de um liberalismo.

Para isso, Antônio Carlos utilizou estratégias persuasivas que lhe garantiram legitimidade e visibilidade na política nacional. Através de seu discurso expressivo e de sua habilidade de convencimento sustentou como um liberal conservador a crença nos ideais da liberdade individual, da igualdade de oportunidades e da legitimidade da ordem legal.

Deste modo, para um maior aprofundamento sobre as nuances mais subjetivas que envolveram a atuação política de Antônio Carlos, em especial, no que tange sua inserção nas solenidades que envolveram os diversos contextos político-culturais na cidade de Juiz de Fora até 1930, procurou-se, neste capítulo, sustentar tais análises, através dos conceitos de política personalista e de carisma secular, empregados por Richard Sennett (1998) em seu trabalho *O declínio do Homem Público: As Tirantias da Intimidade*, no qual desenvolveu, a partir da interação entre história e teoria, proposições sobre as mudanças concretas do comportamento público com a queda do *Antigo Regime* (discurso, vestuário, crenças, etc.), explorando em seu estudo as dimensões sociais e políticas deste fenômeno e, tendo como foco principal, as mudanças históricas dos papéis públicos - teoria da expressão pública.

Nesta obra, Sennett (1998) trabalha aspectos que envolvem o equilíbrio entre a vida pública e a vida privada, identificando questões sociológicas que refletem, em certa medida, o esvaziamento do caráter objetivo da participação e da ação em público e a importância dilatada dos aspectos emocionais subjetivos dos agentes sociais.

Para o autor, em geral, o domínio público, na contemporaneidade, tornou-se desprovido de sentido e a participação na *res publica*¹⁴⁸, uma questão de obrigação

¹⁴⁷ *idem*

¹⁴⁸ Para Sennett a *res publica* representa os vínculos de associação e compromisso mútuo existente entre indivíduos de uma sociedade organizada, independentes de laços de família e amizade

formal, deixando a mesma de ser um espaço de atuação e negociação política e social. Visto que nosso código moderno de significação das relações entre a vida pública e a privada se apresenta confuso, exacerbado por uma imaginação psicológica da vida, onde “as pessoas tratam em termos de sentimentos pessoais os assuntos públicos, que somente poderiam ser adequadamente tratados por meio de códigos de significação impessoal” (p.18). Em contrapartida, cria-se um problema na vida privada que perde sua fronteira não se achando mais refreada pelo mundo público.

Deste modo, a sociedade é vista como “significativa”, somente quando convertida em um grande “sistema psíquico”, do qual resulta uma obsessão pelas pessoas em detrimento das relações sociais mais impessoais. O indivíduo busca autenticidade e legitimidade como ator social através de suas qualidades pessoais. Segundo Sennett (idem), “o que torna uma ação boa (autêntica) é a personalidade daqueles que nela se engaja e não a ação em si mesma”. (p. 25)

Este autor procura, então, entender a maior absorção psíquica e a menor participação social, observada hoje, como aspectos resultantes de um processo que, segundo ele, se estabeleceu com a queda do *Antigo Regime* e com a formação de uma nova cultura urbana, secular (imane) ¹⁴⁹ e capitalista.

O equilíbrio entre o domínio público e privado existente no Iluminismo foi rompido por mudanças nos códigos de crença da sociedade cosmopolita (séc. XIX), que definiram novos papéis para seus atores públicos, entendidos como comportamentos adequados a determinadas situações, nas quais estão envolvidas certos códigos de crença (p.51).

A ponte existente entre o palco e a vida, estabelecida no *Antigo Regime*, que configurava os intercâmbios sociais constituídos através de sinais e convenções mais impessoais, se rompe gradativamente tornando esses sinais mais subjetivos e passando a personalidade individual a ser o princípio de organização das cidades cosmopolitas. Dito de outro modo, ocorre uma mistificação da condição humana através da crença nas experiências imediatas dos indivíduos: em uma personalidade imane ¹⁵⁰.

(SENNETT, 1998, p.16).

¹⁴⁹Este conceito será abordado no corpo deste trabalho.

¹⁵⁰No Antigo Regime os sinais eram definidos através da objetivação do corpo, na tentativa de dissolver os traços da personalidade individual (roupas, perucas...), como também pelo discurso expressivo utilizado mais como signo do que como símbolo.No séc. XIX as aparências serão

No Antigo Regime os sinais eram definidos através da objetivação do corpo, na tentativa de dissolver os traços da personalidade individual a partir de marcas sociais distintivas reveladas através do “corpo como manequim” (o vestuário, as perucas, as maquiagens, etc) bem como no discurso expressivo, utilizado mais como signo do que como símbolo. Em contrapartida, no séc. XIX a aparência do indivíduo torna-se mais valorizada como sinal do caráter individual e dos sentimentos (SENNET, 1998).

Sennett (1998) aponta como elemento constituidor deste processo, a relação entre o capitalismo industrial e a cultura política, identificando este sistema econômico como uma força atuante que possibilitou essas mudanças. Sua influência se deu de duas maneiras: a primeira, como força privatizadora pela qual a família passa a ser uma unidade representativa da estabilidade social e a vida pública moralmente inferior àquela; em segundo lugar: pela “mistificação” da vida material em público, decorrente da produção e distribuição em massa das mercadorias, pelas quais as marcas públicas perdem suas formas distintivas e as mercadorias se tornam mais uniformes ganhando atributos próprios à personalidade íntima – o “fetichismo das mercadorias”¹⁵¹.

Outra força atuante neste momento, que mudou a vida pública, foi uma nova visão de mundo, a secularidade imanente, que se formou na sociedade burguesa influenciada pelo positivismo científico, pela teoria Darwiniana e pelas transformações ocorridas no campo da arte e da psicologia, concepções que ganharam força no final do século XIX.

Esta nova visão de mundo, baseada no princípio da imanência, segundo a qual se apreende os fatos como realidades em si mesmas, tendo as coisas significados nelas próprias. Concepção que, segundo o autor, possibilitou a dissolução das fronteiras do pessoal e do impessoal, preparando para a “atual era da subjetividade radical” (1998, p38). Além dessas forças, soma-se a sobrevivência cultural da crença na vida pública, herdada do *Antigo Regime* e as contradições que esse legado imprimiu nas novas gerações, que passaram a se fixar como espectadores passivos mais na observação dos fenômenos sociais do que na interação com eles. Além disso, estes espectadores tendo como regra a passividade, requisito para o conhecimento de

valorizadas como sinais do caráter individual e dos sentimentos (SENNET, 1998).

¹⁵¹SENNETT utiliza este conceito de “fetichismo das mercadorias”, apoiado nas idéias de Marx. Ver MARX, K. O capital [s.n.t.].

si e dos outros, buscavam prioritariamente através das experiências com estranhos um desenvolvimento pessoal livre dos rigores da instituição familiar, configurando um paradoxo entre personalidade e sociabilidade.

Neste caso, a medida que as aparências tornam-se a expressão direta da personalidade interior dos sujeitos, as experiências públicas passam a estar ligadas à formação do “eu”, enquanto que no *Antigo Regime* estas experiências estavam ligadas à formação da ordem pública (1998, p.191).

No Século XIX, fortaleceu-se, então, a crença no poder involuntário do inconsciente, na revelação da personalidade através de signos imanentes, ou seja, na crença de que a personalidade de um indivíduo poderia ser revelada involuntariamente pelas formas físicas, pelos gostos pessoais e pelo seu discurso – a aparência como indício da personalidade. Estes códigos de significação imanentes (códigos da personalidade), que são os termos da secularidade moderna, passaram a definir a popularidade de um líder público, em especial, pelo caráter retórico de seu discurso.

Com isso, diz Sennett (idem), o desvendamento involuntário da personalidade em público rompe e dilui as fronteiras entre o privado e o público, mantidas, até então, pela ação social estabelecida na sua forma mais impessoal no *Antigo Regime*. Neste caso, a credibilidade política é dada pela superposição do imaginário privado sobre o público, revelando, aí, um líder capaz de atrair grupos cujos interesses são opostos à ideologia divulgada.

(...) o sistema de expressão pública tornou-se um sistema de representação pessoal; uma figura pública apresenta aos outros aquilo que sente, e é essa representação de seu sentimento que suscita a crença. A superposição do privado sobre o público exercia uma atração particularmente forte sobre as platéias burguesas, mas na medida em que se podia fazer com que outros inferiores na escala social, acreditassem nos seus termos, podia ocorrer dominação de classes por meio da imposição dos cânones burgueses de” respeito “diante de uma personalidade autêntica. Em suma, as idéias atuais de” autenticidade “em público têm suas raízes numa arma anti-ideológica que começou a ser utilizada no século passado, na luta de classes” (SENNETT, 1998, p.42) (Sem grifo no original).

O homem público tenta captar a atenção de uma platéia paralisada, sendo sua liderança sustentada e interpretada mais em termos de “credibilidade” do que em termos de “proezas” (p.271). Ou seja, o que importa nessa relação não é mais o

conteúdo do discurso político, mas a forma como este ator o interpreta constituindo-se neste momento uma “política da personalidade”.

Segundo tal perspectiva, a burguesia do século XIX passará a utilizar como elemento mediador este político intérprete de atuações públicas (um ator) que se impõe através de suas características distintivas, como a auto-suficiência e a educação refinada, expressas não apenas em seu discurso como também na forma de representar o mesmo, garantindo-lhe maior legitimidade e autoridade política.

Essa figura pública apresenta aos outros o que sente e é essa representação de seu sentimento que suscita crença. “Uma aparência crível é aquela em que a personalidade é exposta (...)”.(SENNETT, 1998, p.311)

Segundo Sennett (1998) ocorre por parte da platéia uma transferência de sentido, pela qual o grupo passa a se referenciar a partir da visão de mundo de grupos com interesses opostos, legitimados por este ator público. Neste caso, há uma interseção, em termos de classe e em termos de cultura, pela qual são legitimados os códigos de “ethologia” da classe burguesa forjando uma aura de superioridade ética e principalmente estética.

Desta forma, a autoridade do líder se legitima em público a partir do momento imediato em que o político fala a uma multidão, a qual enxerga através de seu discurso retórico uma personalidade superior, imergindo esta platéia em um abandono temporário de seus interesses próprios.(280)

Este político carismático ¹⁵² busca, então, subjugar a paixão de uma

¹⁵² Nesta direção, Sennett (1998) discorda das teorias do carisma, desenvolvidas por Max Weber e por Freud, que excluam o fenômeno carismático da matriz racional e política de uma sociedade, não cogitando que este pudesse funcionar como uma força para a “trivialização”, ao invés de uma força intensificadora dos sentimentos, ou seja, um “lubrificante para um mundo racional e ordenado” (p.332). Segundo aqueles autores o fenômeno carismático surgiria sempre em situações de distúrbios ou tensões como um processo ilusório. Porém, estes distúrbios são concebidos distintamente pelos dois autores. Para Max Weber os distúrbios são esporádicos, são eventos históricos configurados como conflitos próprios a um determinado grupo social, que ao se imporem como insolúveis levam às pessoas deste grupo investirem em alguém que, revestido de uma aura divina, seja ilusoriamente capaz de lidar com estes conflitos. Com isso, Max Weber situou esta personalidade carismática em uma teoria da necessidade (da demanda) de um determinado grupo social que a toma como uma figura capaz de conduzi-lo às sublevações na vida social (“ilusão compartilhada”). Neste caso, o carisma weberiano é sempre caótico e anárquico, um instrumento de ebulições, de revoluções na sociedade e nunca de ordem. Para ele o tédio e o espírito de rotina mata o desejo de se ter um líder carismático, sendo que o fenômeno, enquanto tal, não desaparece, mas rotiniza-se. E é, somente neste momento, que este fenômeno ganha, parcialmente, força estabilizadora (SENNETT, 1998,335). Já Freud entendia estes distúrbios como algo constante e necessário na sociedade, como um estado de natureza, uma constante estrutural e funcional, pela qual a humanidade estava sempre imersa – “ilusão carismática”. Para este autor, a renúncia e auto-recusa (dos impulsos mais primitivos do ser humano), necessárias à sobrevivência e à sociabilidade, levam as massas buscarem um ditador emocional - uma figura com poder emocional sobre elas - , capaz de induzi-las a renunciarem suas paixões, colocando-

multidão pela força de sua personalidade, entendida como uma força antiideológica que suscita interesse e respeito a partir da qualidade de suas aparições em público, constituindo-se em uma “política da personalidade”, diluidora dos interesses de classes (SENNETT, 1998, p.285).

Para o autor, essa dinâmica só foi possível devido à doutrina da imanência, apontada anteriormente, pela qual passa-se a sustentar a crença no imediato e não mais no transcendente. Neste caso, o poder da personalidade é legitimado no momento imediato da aparição pública, possibilitando suspender o peso do passado, das antigas injúrias e convicções. Logo, “O político carismático secular dá a seus ouvintes a fé na absoluta realidade do momento concreto e imediato, e assim, fazendo, destrói os poderes que têm eles de se expressarem”. (p.290).

Ao contrário de um carisma religioso que supõe uma força que transcende à personalidade do guia carismático, em uma sociedade secular o poder do carisma se volta para a personalidade vigorosa do líder, sendo sua origem mais mistificadora do que em uma sociedade voltada para o sagrado.

Para este autor, o carismático secular não pode ser confundido com um demagogo arrebatado, capaz de dirigir sua platéia à sublevação. Para que se torne crível, o carismático, em geral, se reveste de uma personalidade afável, sofisticada sendo capaz de centralizar a atenção de seus ouvintes sobre seus gostos pessoais, sua aparência, sua habilidade de retórica e até mesmo sobre sua vida mais íntima. “A liderança passa a ser uma forma de dramatização, de sedução, desviando a platéia da possibilidade de medir seus atos, mas prendendo-a às suas motivações, aos seus sentimentos, expressos em sua representação” .(p.291)

Portanto, o líder carismático serve à política como um agente estabilizador da ordem social. Através do mesmo a política pode entrar em contato íntimo com a massa evitando conflitos ideológicos (p.330).

Deste modo, Sennett (q998) afirma que o carisma secular desinveste as pessoas com relação às questões sociais produzindo passividade. Ele funciona como uma “instituição burocrática”, distraindo a atenção das massas da política para os políticos. Ou seja, em uma política da personalidade subtrai-se o conteúdo político em favor de uma “sedução incivilizada”, pela qual o conteúdo da arte de

o, assim, este carismático no lugar de um pai dubiamente desejado e temido. Deste modo, o carisma é tido por Weber e Freud, como uma resposta aos distúrbios, com uma força dionisíaca, produzindo uma sensação ilusória de prazer e/ou segurança.

representação se rompe de seu intérprete perdendo todo seu sentido - o ator sem sua arte.

Conclui o autor, que o carisma secular não pode ser concebido somente como um fenômeno ilusório, ele é trivial, banal, “um meio racional para pensar sobre a política numa cultura governada pela crença no imediato, no imanente, no empírico, rejeitando [...] aquilo que não pode ser diretamente experimentado” (p.338).

Nesse sentido:

(...) um evento publicamente crível é criado por uma pessoa publicamente crível, mais do que por uma ação crível. As qualidades estéticas genuínas do encontro entre artes e a política desapareceram: o que restou foi apenas o efeito obscurantista, paralisante, de uma política da personalidade”.(SENNETT, 1998, p.293).

É dentro desta perspectiva que se buscou, então, entender a atuação de Antônio Carlos como um fenômeno carismático, como um ator que buscou credibilidade e consenso concentrando a atenção em si mesmo, desviando a platéia de seus verdadeiros interesses e necessidades, que teria utilizando as cerimônias dos grupos escolares como palco para sua atuação personalista.

Um pequeno trecho do livro *A menina do sobrado*, do memorialista e jornalista mineiro, Ciro dos Anjos, que retrata o encontro de Antônio Carlos com João Pessoa, quando da visita deste último a Belo Horizonte, em janeiro de 1930, revela a força de representar do discurso deste Andrada:

Não foi na saudação de Antônio Carlos a João Pessoa que senti chumasco de pólvora. Um tanto anódina na substância, esta me impressionara menos pelas palavras que pela teatralidade. Um artista o velho Andrada. Seu gesto largo, tribunício; o olhar arguto, cravando-se nos espectadores, ora à direita, ora à esquerda, a acentuar cada frase; o rosto pálido, aristocrático; e sobretudo, aquele nariz Renascença, arqueado na parte média[...] não tanto quanto o de Francisco d’Este no retrato de Van der Weyden, mas o bastante para mostrar domínio de emoções – grudaram-se à minha memória visual, e ainda agora, decorridas várias décadas os revejo, soberbos, em toda beleza plástica.¹⁵³

Através de um discurso expressivo Antônio Carlos estaria buscando legitimar sua atuação?

Outro exemplo que retrata em sua retórica a capacidade deste artífice em

¹⁵³Ver PEREIRA & FARIA, 1998, p.376.

direcionar a platéia, desviando sua atenção através de uma ação mistificadora, levando-a a um deslumbramento paradoxal, pelo qual a realidade concreta contrasta-se com o dito:

Não se edifiquem as democracias com a sólida argamassa da instrução e da educação e só existirá um simulacro republicano, mal dissimulando, paroxismo de decadência fatal, ou a irrupção violenta das paixões demagógicas ou a tirania dos ditadores apoiando-se na corrupção do caráter ou na força das armas. Conferindo o poder ao povo, dar-lhe soberania, dizia Talleyrand porque é o contrapeso da liberdade. A ignorância impelle ao despotismo, á desmoralização, á miseria, observava Emile Laveley; a instrução, a educação, ao contrario, asseguram a liberdade de um povo e podem dar-lhe a prosperidade e a virtude. Republica que somos, e republica organizada em moldes de completa egualdade e da mais perfeita liberdade civil e política – assegurando ao cidadão o acesso de todas as posições, podendo alçar-se desde as mais baixas camadas sociais até acender ao ponto supremo – tendo de obedecer e a executar uma constituição libérrima, inspirada nessa outra que ao gênio Gladstone pareceu a mais admirável obra que jamais saíu do cérebro humano devemos guardar e rememorar a sabedoria desses altos conceitos”.¹⁵⁴.

Vê-se que Antônio Carlos não se preocupou em tornar o conteúdo deste discurso o mais convincente possível, uma vez que aponta para uma sociedade pautada na igualdade e na liberdade política e social, muito distante da realidade de sua platéia, mas próxima de suas convicções políticas. Neste caso, busca, através de sua retórica, uma atuação conciliatória.

Neste caso, o poder do orador está em tirar proveito da mistificação, através da qual não se importa qualquer padrão de verdade colocado em seu texto, mas a qualidade de suas intenções, de seu sentimento, base auto-suficiente para sua legitimidade. O que enceta a crença é a capacidade deste ator de revelar-se diante de sua platéia, através de uma “espontaneidade controlada”, demonstrando uma personalidade poderosa, capaz de expor sua intimidade, sem perder o controle emocional, suscitando neste momento sua superioridade sobre a platéia, que se sente, de forma real e absoluta, paralisada (SENNETT,1998,p.291).

Quanto à expressão pública de Antônio Carlos, no que se refere à sua atuação política, vários são os indícios que poderiam sustentar a idéia de um político personalista e de um carisma secular. Qualidades destacadas em pequenos recortes

¹⁵⁴

ANDRADA, Antonio Carlos R. de (s/d) apud ESTEVES, A.1915.

de sua vida pública, relatadas em entrevistas, crônicas, artigos, etc., e amplamente divulgadas por seus contemporâneos, poderiam ilustrar uma personalidade sutil e sedutora, capaz de envolver até mesmo seus adversários políticos, características marcantes de uma figura carismática secular.

Dentre as inúmeras crônicas e artigos produzidos por Moacir de Andrade sobre Antônio Carlos destaca-se uma interessante anedota do banheiro, que revela no imaginário deste autor a arte de representação do político andradino:

(...) Querendo definir os senhores Artur Bernardes, Melo Viana e Antônio Carlos, de acordo com os respectivos temperamentos, divulgou-se a anedota do banheiro.

Uma senhora num hotel entrou no banho e deixou, por distração, a porta do banheiro aberta.

O Sr. Artur Bernardes, precisando entrar no banheiro e dando com a senhora no banho, retrocedeu, irritado, censurando: “Mas a culpa foi sua de deixar a porta aberta!”.

O Sr. Melo Viana entrou no mesmo banheiro e, amável, ficou a pedir desculpas: “Minha senhora, peço a V. Ex.a.p perdoar-me, pois não poderia saber absolutamente que se encontrava aqui”.

O Sr. Antônio Carlos entrou no mesmo banheiro e logo que viu a senhora começou a apalpar as paredes, monologando: “Que tristeza ser cego de nascença...”, e ela continuou a banhar-se tranqüila.¹⁵⁵

Outra qualidade que foi diversamente retratada por contemporâneos, era sua capacidade de persuasão, diz um opositor às vésperas de votar pela destituição de Antônio Carlos da Presidência da Câmara Federal “Só não queria encontrar-me antes com o Andrada, pois ele é irresistível – com duas palavras desorienta a gente”.(Cf. PEREIRA E FARIA, 1998, p.524).

Segundo Pereira e Faria (1998), Dario de Almeida de Magalhães deu, também, destaque a essa característica persuasiva de Antônio Carlos que, ao ser entrevistado pelas autoras, comentou: “Ele era uma figura brilhantíssima, inteligentíssima. Não era homem de grande cultura, mas era um homem de inteligência penetrante e maliciosa. Sobretudo, a malícia, a astúcia. Era sutil. Ele fazia tudo com muita elegância, ele era muito elegante”.(p.524-5)

A marca aristocrática, definida pela elegância, sutileza e carisma foi

¹⁵⁵ Andrade, Moacir. Definições alheias sobre Antônio Carlos. Op. cit. P.79, apud.PEREIRA e FARIA, 1998. M^a Auxiliadora.Presidente Antônio Carlos: Um Andrada na república: O Arquiteto da Revolução de 30. Rio de Janeiro. Ed. Nova Fronteira. 1998.p524.

registrada por aquelas biógrafas ao publicarem diversos depoimentos, artigos e comentários sobre a expressão deste político, que serão, parcialmente, transcritas a seguir.

Conforme Barbosa Lima Sobrinho, lê-se:

(...) Podia mostrar-se magoado, nunca vi, entretanto, de sua parte, nenhum ímpeto de ódio, nem o *rictus* do rancor. O que mais que tudo definia era aquele sorriso cordial, que brincava sempre por seus lábios, embora muitas vezes, misturado com a malícia de olhos perspicazes, refletindo a atividade de sua inteligência arguta, penetrante, sutil. (...)” (LIMA SOBRINHO apud FARI & PEREIRA, 1998, 520- grifo das autoras)”.

Em artigo escrito por Júlio Barbosa, e publicado em 1946, podemos notar impressões parecidas sobre este ator:

“(...) Antonio Carlos um bom humor invulnerável. A sua elegância britânica, a sua maneira acolhedora e a sua bondade ficaram proverbiais. O velho Andrada, como ele próprio se chamava, era feito de linhas altas, não tinha curva. Era uma palmeira ufana. Destacava-se sempre. Teve admiradores e invejosos. Aqueles que se mantiveram firmes em torno de sua pessoa, estes padeceram e muito por verem a superioridade do grande homem que *pairava acima das paixões*. Nunca molhou os pés nos charcos para subir. Foi sempre limpo física e moralmente...” (BARBOSA apud FARIA & PEREIRA, 1998, p.520 – grifo meu).

De Pedro Calmon temos uma interessante análise, na qual afirma ter tido Antônio Carlos uma capacidade incrível de se adaptar aos novos tempos, pois apresentava uma vantagem acessória sobre os outros Andradas, o humor, a “alegria perspicaz” da frase feliz, segundo ele, um verdadeiro esgrimista verbal, afirmando sobre este político, o seguinte: “Nele havia o ritmo interior dos reformadores corajosos. [...] A sensibilidade cívica disfarçada por uma serenidade heróica. E – a dominar suas contraditórias qualidades de ‘homem do século’ – *uma confiança justa e sólida em si mesmo*” (CALMON apud in FARIA & PEREIRA, 1998, p.521 – grifos meu).

Outro contemporâneo de Antônio Carlos, que de forma rica e literária, soube por muitas vezes em sua obra desvelar as qualidades expressivas deste ator, foi o memorialista mineiro Pedro Nava, do qual temos o seguinte recorte:

Ele era político. E como político, capaz de idas e vindas, de avanços e recuos, dos embustes, das negaças, das fintas, dos pulos-de-gato, dos blefes que são o lote de todos os que pertencem

a tal estado – do Príncipe de Maquiavel, de Luís XI, Churchill, ao último vereador de Santo Antônio do Desterro. Mas era também Andrada, e portador do orgulho familiar que fazia dele um florete do mais fino aço - dobrável, vergável, mas dentro do limite de sua própria substância – no caso a elegância e a tradição de sua raça. Sendo, assim, inquebrantável e sempre voltando silvante – à linha reta de sua fabricação¹⁵⁶.

A narrativa acima reforça mais uma vez a representação deste político como uma figura que se distinguia como ator, como um artífice representante de uma classe que fez da política sua profissão e arte.

Como se pôde perceber, dentre as qualidades mais subjetivas de Antônio Carlos destacam-se sua retórica - ou “esgrima verbal” como quer Calmon, sua sutileza, sua sagacidade e elegância britânica, própria de um político personalista, muitas vezes, centrado mais na sua atuação do que nas contradições de seu texto, revelando aí, marcas distintivas e sutis da força política de carismático secular. Que sustentou sua autoridade através de uma personalidade confiante em si mesma, de gostos refinados, capaz de controlar suas paixões diante de seu público, forjando uma aura de superioridade ética e estética. Ou seja, um político de sua época, que vislumbrava na sociedade juizdeforana do início do século XX elementos contraditórios e inconciliáveis próprios do capitalismo industrial que, de certa maneira, para se sustentar uma ordem “democrática” precisariam ser “trivializados”.

¹⁵⁶

Ver NAVA, Pedro apud in. FARIA & PEREIRA, 1998, p.498.

Considerações finais: um olhar sobre múltiplas facetas de um ator social

Diante da complexidade que envolveu este objeto de pesquisa e seguindo os rumos propostos por esta investigação qualitativa, tornou-se sua finalização uma árdua etapa deste trabalho historiográfico, uma vez que se propôs aqui responder às indagações germinais deste estudo, sem a pretensão de sustentar verdades incontestes ou construir elucubrações puramente abstratas, que se pretendessem de forma determinista, dar significações às interpretações suscitadas pelo universo pesquisado.

Deste modo, impôs-se ao historiador a delicada missão de contribuir para a (re) construção de uma história, ainda muito pouco explorada, que permitisse não só redimensionar as formulações existentes sobre o projeto educacional de Antônio Carlos R. de Andrada, como também, uma maior compreensão dos aspectos que envolveram a realidade educacional em Juiz de Fora nos primórdios do século XX.

Buscou-se, assim, alinhar, ainda que de forma tênue, as informações levantadas no decorrer deste trabalho, partindo-se das inquietações iniciais que mobilizaram a constituição deste objeto de pesquisa. Para isso, procurou-se responder a proposição central deste estudo, que foi a de que Antônio Carlos teria conferido à Educação um lugar de destaque em seu projeto político, desde os primórdios de sua trajetória pública, no contexto urbano e industrial de Juiz de Fora, elevando-a como um instrumento estratégico de legitimidade política e de persuasão social.

Ao se pensar no fulcro desta questão e reportar o olhar para os elementos históricos apontados no decorrer deste trabalho pode-se dizer que as informações apresentadas, em certa medida, já respondem positivamente tal proposição. Esta afirmativa advém da constatação da significativa inserção desse artífice no cenário educacional e cultural de Juiz de Fora.

Em busca de apoios e consensos, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada constituiu suas bases políticas através da estruturação de uma ampla rede de relações sociais estabelecida no seio da sociedade juizdeforana. Sua ação mediadora diante do poder público possibilitou a criação e manutenção de escolas municipais e estaduais nessa cidade. Dentre essas escolas, destaca-se a criação do Grupo de Mariano Procópio (1909) – hoje Escola Estadual Antônio Carlos -, bem como a criação do Grupo Escolar de São Mateus (1918). Trata-se de projetos que se consolidaram de

forma efetiva através da ação direta desse político. Outra questão relevante foi a de que a expansão da rede municipal, fator incontestado da atuação de seu governo, se deu atrelada às questões de precarização financeira, fato que denotou sua capacidade em atrelar a realização de um projeto educacional a uma racionalidade administrativa. Tal dispositivo aponta para, nas palavras desse político, “uma ação zelosa”, ainda que precária, no que tange a convicção de que a Educação tem um papel importante para o progresso de uma Nação.

Esses ideais romperam os liames da Educação Primária, uma vez que a atuação desse artífice atingiu também o Ensino Superior com a intervenção direta de Antônio Carlos na criação do então Instituto Politécnico da Academia de Comércio de Juiz de Fora. O projeto por ele idealizado e viabilizado pelos padres da Congregação do Verbo Divino foi mantido durante a existência dessa instituição pela ação mediadora do político andradino. Tal intervenção se estendeu, ainda, na sustentação do projeto da Escola de Engenharia de Juiz de Fora beneficiada pelo espaço privilegiado ocupado por esse político no cenário nacional. Fato esse que viabilizou trâmites legais, bem como possibilitou a captação de recursos financeiros.

Ao criar a Universidade de Minas Gerais (1927) e subvencionar um curso noturno de Farmácia e Odontologia na Escola que já o abrigava num turno outro, o situa como um político liberal alinhado ao estadualismo. O desafio dele se estruturava pelo anseio de fortalecer a autonomia federativa, fato que o distanciou, posteriormente, de políticos como Getúlio Vargas e Francisco Campos que defendiam uma ação centralizadora da União.

Além dessas iniciativas, merece um destaque especial a (re)criação da Escola Normal Oficial de Juiz de Fora (1928), espaço onde exerceu atividades de magistério no início de sua carreira política. A reativação deste instituto no governo de Antônio Carlos, quando Presidente do Estado, vinte e um anos após o fechamento do mesmo, representou um marco da inserção efetiva do Andrada no cenário educacional de Juiz de Fora. Legado que ficou abalizado nos alicerces do edifício tombado pelo patrimônio histórico desta cidade. Um verdadeiro documento-monumento, memória viva de um intelectual que fez da Educação um veículo de sustentação de seu projeto político-cultural.

No que tange à inserção de Antônio Carlos no cenário cultural de Juiz de Fora, expõe-se aqui que a imprensa ocupou um lugar de destaque em sua trajetória. Apesar de ter sido neste trabalho explorada de forma sucinta, em virtude do tempo

que o constituiu, essa dimensão revela nuances singulares da personalidade desse intelectual. Fato inegável foi o de que a imprensa representou uma importante instância de disseminação de seu projeto, político por possibilitar um direcionamento da opinião pública. Tal leitura pode ser feita por sua atuação advir desde a época em que o jornal era considerado um lugar de ricos e intensos debates políticos.

Para além das evidências apontadas anteriormente, que por si só revelam a intrínseca relação deste político com a educação, desde os primórdios de sua atividade pública, faz-se necessário, ainda, compreender os fatores que levaram este artífice a atribuir à Educação um caráter estratégico e legitimador em sua atuação política. Neste sentido, buscou-se redimensionar as análises já formuladas sobre Antônio Carlos por situarem seu projeto educacional numa perspectiva apenas conjuntural, em meio a um contexto de crise social, instalada no final da década de 1920.

Para tanto, procurou-se explorar as especificidades de sua trajetória a partir de duas dimensões explicativas que pudessem, em certa medida, diluir o determinismo apontado acima, permitindo, dessa forma, uma melhor ordenação das análises propostas neste trabalho. Estas dimensões explicativas, entendidas como elementos imbricados, são resultantes de um todo complexo que constituiu as singularidades deste sujeito histórico.

O primeiro eixo mobilizador se situa na sua personalidade carismática, caracterizada por seu discurso expressivo, sua sutileza e sagacidade de ação oriunda de uma personalidade confiante em si mesma, capaz de controlar suas paixões diante de seu público, forjando uma aura de superioridade ética e estética - um verdadeiro “encantador de serpentes”, dissipador de consoladoras ilusões. Esta ação personalista sustentou-se a partir de uma interação orgânica nas diversas instâncias da sociedade civil e política, garantindo-lhe uma inserção direta na práxis social. De onde as cerimônias dos grupos escolares aparecem como um espaço de visibilidade deste ator, lócus que contribuiu para sua legitimidade política. Pode-se, ainda, inferir que sua inserção orgânica, tanto no âmbito local quanto em contextos sociais mais amplos, lhe permitiu compreender, de forma mais consistente, os meandros que envolveram as diferentes instâncias destas realidades. O que lhe teria rendido uma percepção mais clara das contradições e conflitos emergentes na sociedade de sua época. Essência norteadora de suas propostas reformadoras

O outro eixo direcionador de sua atuação poderia ser buscado na faceta mais

idealista deste político, que enquanto sujeito histórico inserido em seu tempo, fiel aos ideais do liberalismo moderno, sustentou sua crença na capacidade transformadora da Educação, entendendo a escola como espaço privilegiado para a formação de cidadão autônomo e responsável, que respeitasse e fizesse respeitar

Com base no que foi apresentado no decorrer desta Dissertação, e em busca da possibilidade de viabilizar um olhar outro acerca do movimento empreendido por esse artífice no cenário cultural de Juiz de Fora sustenta-se que é preciso entender a trajetória política de Antônio Carlos R. de Andrada também como um projeto intelectual, que, em medida, se consubstanciou na reforma educacional do final da década de 1930, mas que já estava plantado, em seus primórdios, no início do século XX, na ambiência cultural desta cidade.

Referências

ANDRADE, Sílvia Maria Belfort de. **Classe Operária em juiz de Fora: Uma história de lutas (1912-1924)**. Juiz de Fora. EDUF. 1987.

ARAÚJO, José Carlos Souza. Os grupos escolares em Minas Gerais como expressão de uma política pública. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org). **Grupos Escolares: Cultura Escolar Primária e Escolarização da Infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas. Mercado das Letras, 2006, p. 233-254.

ARRUDA, Maria do Nascimento. **Mitologia da Mineiridade**. São Paulo. Editora Brasiliense. 1990.

BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e Sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)**. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp - Centro de Memória da Unicamp, 1999. v. 1. 199 p

BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos: Renovadores e a política educacional. Rio de Janeiro. **Revista Estudos Históricos**, vol. 6, n 11, 1993, p. 24-39.

BRANDÃO, Zaia. **A 'Intelligentsia' Educacional: Um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e as Histórias da Escola Nova**. Rio de Janeiro, 1992. Tese (Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro).

BUFFA, Ester. Práticas e Fontes de Pesquisa em História da Educação. In: GATTI JÚNIOR, Décio & INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.). **História da Educação em Perspectiva: Ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas. Editora Autores Associados; Uberlândia. Edufu, 2005, p. 105-132.

CARRARA, Ângelo. **A Zona da Mata Mineira: Diversidade Econômica e Continuísmo**. Niterói, 1993. Tese (Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense).

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **A Europa dos Pobres: a belle époque mineira**. Juiz de Fora. EDUJUF. 1994.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino industrial manufatureiro no Brasil: origem e desenvolvimento.** www.flacso.org.br/data/biblioteca/392.pdf, acessado em 12 de janeiro de 2007.

DEBRAY, Régis. **O Estado Sedutor: As revoluções midiológicas do poder.** Petrópolis. Editora Vozes, 1994.

DIAS, Fernando Correia. **Universidade Federal de Minas Gerais – Projeto Intelectual e Político.** Editora da UFMG. Belo Horizonte. Minas Gerais. 1997.

ESTEVES, Albino (org). **Álbum do Município de Juiz de Fora.** Juiz de Fora 1915.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Dos Pardieiros aos Palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República.** Passo Fundo. UPF. 2000.

_____. Escolarização, cultura e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, Ana Maria B. de Magalhães; GONÇALVES, Irlen Antônio; FARIA FILHO, Luciano Mendes; XAVIER, Maia do Carmo **História da Educação em Minas Gerais.** Belo Horizonte. FHC / FUMEC. 2002, p. 109-117.

FERREIRA, Rosângela Veiga Júlio. Infância e educação para a diversidade no discurso jornalístico de Cecília Meireles. Anais da 29ª Reunião Anual da ANPED. www.anped.org.br GT02 – História da Educação, 2006.

GATTI JÚNIOR, Décio. A História das Instituições educacionais – inovação paradigmática e temática. In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (orgs.). **Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa.** Campinas. Editora Autores Associados. Uberlândia. Minas Gerais. EDUFU, 2002, p. 03-24.

GIROLETTI, Domingos. **O Processo de Industrialização de Juiz de Fora (1850-1930).** Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro. 1980.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e Organização da Cultura.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1979. pp.03-24.

LE GOFF. História. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo. Editora Unicamp. 1994.

LOMBARDI, José Claudinei. História e Historiografia da Educação: atentando para as fontes. In: LOMBARDI, José Claudinei & NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas. Autores Associados. 2004, p.141-176.

MOURÃO, Paulo K. C. O Ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930). Belo Horizonte. Ed. Centro Regional de Pesquisas Educacionais em Minas Gerais. s/d.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade**: Na Primeira República. Rio de Janeiro. DP&A, 2001.

NAVA, Pedro. Baú de Ossos .Rio de Janeiro. José Olympio Editora, 1974.

NUNES, Clarice. (Des)Encantos da Modernidade Pedagógica. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia (orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2000, p. 371-398.

OLIVEIRA, Almir de. **A Imprensa em Juiz de Fora**. Juiz de Fora. 1981.____.

_____. Períodos Históricos de Juiz de Fora. In: **Testemunho** – Revista do Instituto Cultural Santo Tomas de Aquino. Juiz de Fora. n 4, abril, 1998, p. 41-54.

OLIVEIRA, Delaine Gomes de. **Memórias e Representações acerca da Escola Normal Oficial de Juiz de Fora (1928 – 1968)**.Juiz de Fora. 2000.Dissertação (Mestrado em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora).

OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. Juiz de Fora. Gráfica Comércio e Indústria. 1966.p.177.

PEIXOTO, Anamaria Casassanta. **Educação no Brasil**: Anos 20. Edições Loyola. São Paulo. 1983.

PEREIRA, Lúcia Maria Leite & FARIA, Maria Auxiliadora. **Presidente Antônio Carlos**: Um Andrada da República: O Arquiteto da Revolução de 30.Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira. 1998.

PRONKO, Marcela A. Crônica de um fracasso: Uma História dos Projetos de criação da Universidade do Trabalho no Brasil. Campinas. **Revista Educação e Sociedade**.

Vol. 20, n. 66, 1999.

RANGEL, José. **Como o Tempo Passa!**: aspectos, fatos, figuras, costumes antigos e contemporâneos. Rio de Janeiro. A Encadernadora S.A. 1940.

REIS FILHO, Casemiro dos. **A Educação e a Ilusão Liberal**: Origens do ensino público paulista. Campinas. Editora Autores Associados, 1995.

SILVA, Eliane Moura. **Maçonaria, Anticlericalismo e Livre Pensamento no Brasil (1901-1909)**. Apresentação na Mesa Redonda: Maçonaria e Cidadania no XIX. Simpósio Nacional de História da ANPUH.

SIMEÃO, Èrica & SILVA, Marília Kappel. **A Imprensa Local e Imprensa Oficial**: o debate acerca dos grupos escolares em Juiz de Fora (1906-1907). Anais eletrônicos do XIV Encontro Regional de História. ANPUH-MG, 2004.

SENNET, Richard. **O Declínio do Homem Público** – as tiranias da intimidade. Editora Companhia das Letras. São Paulo. SP. 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço de Educação e da civilização: origens dos Grupos Escolares no Brasil. In: SAVIANI, Demerval; ALMEIDA, Jane Soares; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera. **O Legado Educacional do Século XIX**. Araraquara. Unesp. Faculdades de Ciências e Letras, 1998.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **Historicismo, Cultura e Formação Humana no Pensamento de Gramsci**. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Educação: História e Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

_____. Jornal diário como fonte e tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920 (Prelo). In: Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (Org.). **Fontes para História da Educação**. 1 ed. 2007, V.1, p. 1-35.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites Políticas em Minas Gerais na Primeira República. Rio de Janeiro. **Revista Estudos Históricos**, vol. 8, n. 15, 1995, p. 39-56.

YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes. O desenvolvimento econômico de Juiz de Fora e a educação superior. Belo Horizonte. **Revista Varia História**, n 24, jan./01.

_____. Um Projeto Modernizador: O grupo escolar numa cidade de vocação industrial. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org). **Grupos Escolares: Cultura Escolar Primária e Escolarização da Infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas. Mercado das Letras, 2006, p. 259-276.

Fontes primárias:

Decreto n 1960 de 16 de dezembro de 1906. Regulamento da Instrução Primária e Normal no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. Imprensa oficial do estado de Minas gerais, 1906. Acervo Arquivo Público Mineiro/BH.

Livro de Registro para os Termos de instalação, Termos de Visitas e Atas de Exames dos Primeiros grupos Escolares de juiz de Fora (1907-1925).Acervo da Escola Estadual Delfim Moreira/JF.

Livro de Atas de Visitas do Jardim da Infância Mariano Procópio, 1925. Acervo da Escola Estadual Mariano Procópio.

Livro de Resoluções da Câmara Municipal de Juiz de Fora (1904 a 1912).Divisão de Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora - DAH/PJF.

Mapa da estatística escolar (1913).DAU/PJF.

Relatório sobre a Instrução Pública apresentada à Câmara Municipal de Juiz de Fora pelo inspetor escolar Heitor Guimarães, referente ao ano de 1905.DHA/PJF.

Relatórios sobre a Instrução Pública apresentados à Câmara Municipal de Juiz de Fora pelo inspetor escolar Albino Esteves, referentes aos anos de 1910, 1911, 1912.DAH/PJF.

Fichas das escolas da Rede Escolar do município de Juiz de Fora (1913).DAH/PJF.

Livreto: As Entrevistas do O DIA ,sobre o Grupo Escolar de S. Matheus. Juiz de Fora: Typ. Americana, 1918, p.7 . Acervo da Biblioteca Municipal de Juiz de Fora.

Carta à Secretaria do Interior. Orçamentos de Reformas em grupos escolares, designações de trabalhos. JF. SI.3943. Arquivo Público Mineiro.

Periódicos: (Arquivo da Biblioteca Murilo Mendes/Prefeitura de Juiz de Fora)

Jornal do Commercio - juiz de Fora/MG;

Correio de Minas – Juiz de Fora/MG;

Diário Mercantil – Juiz de Fora/MG;

O Dia – Juiz de Fora/MG.